Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Jorge Máximo de Souza

Mario Pereira de Souza Lima: uma etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro anterior à NGB

Rio de Janeiro
2011

Jorge Máximo de Souza

Mario Pereira de Souza Lima: uma etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro anterior à NGB

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Santos Azeredo

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

L732 Souza, Jorge Máximo de.
Marco Pereira de Souza Lima: uma etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro anterior à NGB /Jorge Maximo de Souza.- 2011.
153 f.

Orientador: José Carlos dos Santos Azevedo.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Lima, Mario Pereira de Souza. Grammatica expositiva da língua portuguesa – Teses. 2. Língua portuguesa – Gramática - Teses. 3 Língua portuguesa – Sintaxe - Teses. 4. Língua portuguesa – Palavras e expressões – Teses. 5. Língua portuguesa – Brasil – Teses. 6. Língua portuguesa – Portugal – Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Jorge Máximo de Souza

Mario Pereira de Souza Lima: uma etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro anterior à NGB

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos dos Santos Azeredo (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. André Crim Valente
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. João Baptista de Medeiros Vargens
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Edwaldo Machado Cafezeiro
Faculdade de Letras da UFRJ

Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

A Mírian, terra, água, fogo e luz da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A José Carlos e André Valente, companheiros inesquecíveis.

A Marize Peixoto, companheira inesquecível.

Vou sustentar aqui duas teses que me parecem ter um interesse filosófico. A primeira concerne ao nascimento das ciências da linguagem (ou para evitar o bloqueio da mitologia comparatista, digamos "as considerações reflexivas sobre a linguagem humana"). Os historiadores, os lingüistas e os filósofos habitualmente fazem deste aparecimento uma das causas do nascimento da escrita. Em meu primeiro capítulo sustento o contrário: a escrita é que é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem, as quais remontam à virada do terceiro e do segundo milênio antes de nossa era, entre os acadianos. Existe aí uma questão de fundo tão importante quanto aquela, tão debatida, que consiste em determinar (por exemplo) se a matemática nasceu ou não da agrimensura e da contabilidade. A segunda tese concerne ao que chamo de gramatização e é o objeto do segundo e do terceiro capítulos. Podemos formulá-la assim: o Renascimento é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionário e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX.

Paris, março de 1992.

Sylvain Auroux

RESUMO

Souza, Jorge Máximo de. *Mario Pereira de Souza Lima:* uma etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro anterior à NGB. 2011. 153f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Este trabalho, estruturado em três capítulos, é uma análise crítica da *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa* de Mario Pereira de Souza Lima, publicada em 1937, pela Companhia Editora Nacional, em sua *Bibliotheca Pedagógica Brasileira, Serie 2ª – Livros Didacticos – Vol. 70*, somente reeditada, em 1945, pela Livraria José Olympio Editora, sob o título de *Gramática Portuguêsa.* No primeiro capítulo, faz-se a contextualização histórica do surgimento da *Grammatica Expositiva*, com a apresentação de seus antecedentes e as correspondentes referências às linhas do pensamento gramatical e do pensamento pedagógico que norteavam as publicações dos compêndios didáticos de estudos gramaticais. Mostra-se a filiação teórica da obra compulsada, no segundo capítulo, no qual se examinam as influências incidentes sobre os procedimentos de interpretação adotados por Mario Pereira. A análise da estrutura da *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa* é feita, criticamente, no terceiro capítulo, com o intuito de aferir o caráter inovador da abordagem que efetua dos conteúdos gramaticais, explicitando-se as suas peculiaridades, quando confrontada com duas outras obras coexistentes: a *Grammatica Expositiva (Curso Superior)* de Eduardo Carlos Pereira e a *Grammatica Secundaria* de Manuel Said Ali, a partir dos critérios de conceituação dos fatos e categorias gramaticais, em especial as classes de palavras e as funções sintáticas. Quanto aos fins pedagógicos e ao perfil do corpus, caracteriza-se a obra, através do exame do conceito de uso padrão adotado, majoritariamente literário, com indícios, entretanto, de preocupação com a variação da língua, com alguns indicadores das diferenças entre o uso brasileiro e o português. Selecionam-se, também, temas acompanhados de comentários, com destaque para o novo, para o descritivamente mais consistente. Em conclusão, é assinalada a singularidade da obra, no contexto dos estudos gramaticais realizados, na época de sua publicação, tendo em vista a sua abordagem inovadora, particularmente, no que se refere à perspectiva morfossintática de exame pela qual se inicia.

Palavras-chave: Mario Pereira de Souza Lima. Gramática Expositiva da Língua Portuguesa. Morfossintaxe. Sintaxe. Gramatização Brasileira.

RÉSUMÉ

Cette étude, qui est composée de trois chapitres, est une analyse critique de la *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*, de Mario Pereira de Souza Lima, publiée en 1937, sur Companhia Editora Nacional, dans sa *Bibliotheca Pedagògica Brasileira, Serie 2ª – Livros Didacticos – Vol. 70*, republiée, en 1945, sur Livraria José Olympio Editora, sous le titre de *Gramática Portuguêsa*. Dans le premier chapitre, on présente le contexte historique concernant la naissance de la *Grammatica Expositiva*, ses antécédents et les références qui correspondent à la pensée grammaticale et pédagogique qui conduisait les ouvrages didactiques d'études gramaticales. Le deuxième chapitre montre les orientations théoriques de l'ouvrage, où l'on examine les influences sur les procédés d'interprétation, adoptés par Mario Pereira.L'analyse critique de la structure de la *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*, dans le troisième chapitre, est faite dans le but de constater le caractère innovantde l'approche des contenus grammaticaux, en explicitant ses particulariés et en la comparant avec deux autres ouvrages contemporains : *Grammatica Expositiva (Curso Superior)* de Eduardo Carlos Pereira e *Grammatica Secundaria* de Manuel Said Ali, à partir des critères de conception des faits et des catégories grammaticales, surtout les classes grammaticales et les fonctions syntaxiques. Par rapport aux intentions pédagogiques et au profil du corpus, l'ouvrage se caractérise par l'analyse du concept d'emploi de la variété normative, plutôt littéraire, mais avec des traces d'une préoccupation envers d' autres variétes de la langue et aussi quelques indices des différences entre le portugais du Brésil et celui du Portugal. On choisit aussi, dans ce chapitre, des thèmes avec des commentaires, en mettant en relief le nouveau et, sous l'aspect descriptif, le solide. En conclusion, on peut signaler son caractère unique, dans le contexte des études grammaticales développées au moment de sa publication, puisque, au départ, l'ouvrage révèle déjà une approche particulière, surtout en ce qui concerne la perspective morphosyntaxique d'analyse.

Mots-clès : Mario Pereira de Souza Lima. Gramática Expositiva da Língua Portuguesa. Morphosyntaxe. Syntaxe. Gramatisation Brésilienne.

ABSTRACT

This work, divided into three chapters, is a critical analysis of Mario Pereira de Souza Lima's *Grammatica Expositiva da LÃngua Portuguesa* (*Portuguese Language's Expository Grammar*), published in 1937 by Companhia Editora Nacional, as part of its Brazilian pedagogic Library (2nd Series - Textbooks 70th vol.), only reissued in 1945 by *Livraria José Olympio Editora*, under the title of Gramática Portuguesa. In the first chapter, the historical context around the emergence of the *Grammatica Expositiva* is recalled through the presentation of its background and corresponding references to the lines of grammatical and pedagogical thought which guided the publication of grammatical textbooks. The theoretical affiliation of the examined work is shown in the second chapter, where the influences on interpretation procedures adopted by Souza Lima are studied. Analysis of the structure of *Grammatica Expositiva* is made in a critical way in the third chapter, in order to assess the innovative character of the approach it makes on grammatical contents, its peculiarities being shown when confronted with two co-existing works: The *Grammatica Expositiva* by Carlos Eduardo Pereira and the *Grammatica Secundaria by* Said Ali, from facts and grammatical categorie's conceptualization criteria, in particular parts of speech and syntactic functions. As for educational aims and corpus profile, Souza Lima's grammar is characterized by examination of the concept of standard use adopted, mainly literary, with evidence, however, of concerns with language variation, with some indications of differences between Brazilian and Portuguese use. Also in this chapter, subjects accompanied by comments, especially to the new, to the descriptively more consistent, are selected. In conclusion, Souza Lima's work uniqueness in the context of grammatical studies carried on at the time of its publication is signaled, due to its innovative approach, particularly with regard to the examination's morphosyntactic perspective through which it begins.

Keywords: Mario Pereira de Souza Lima. Gramática Expositiva da Língua Portuguesa. Morphosyntax. Syntax. Brazilian Gramatization.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	**OS ESTUDOS GRAMATICAIS**	16
2	**FILIAÇÃO TEÓRICA DA *GRAMMATICA EXPOSITIVA DA LINGUA PORTUGUESA***	20
3	**A ESTRUTURA DA GRAMMATICA EXPOSITIVA DA LINGUA PORTUGUESA**	25
3.1	**A estrutura da obra**	25
3.2	**Livro Primeiro**	31
3.2.1	Dos modos geraes da expressão do pensamento	31
3.3	**Livro Segundo**	53
3.3.1	Das partes do discurso e suas funções	53
3.4	**Livro Terceiro**	66
3.4.1	Da constituição e variações das palavras	66
3.5	**Livro Quarto**	86
3.5.1	Da construção do período	86
4	**CONCLUSÃO**	104
	REFERÊNCIAS	113
	ANEXO A – Páginas Introdutórias do Livro da Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa, edição 1937	117
	ANEXO B – Capítulo da *Gramática Expositiva da Lingua Portuguesa* sobre Flexão Nominal, reproduzido em *Estilística e Gramática Histórica*	136
	ANEXO C – Páginas Introdutórias dos Livros da *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa (Edição revista e aumentada de acôrdo com o Programa Oficial, para as 4 séries)*, edição 1945	142

INTRODUÇÃO

A análise gramatical não decorreu, em seus primórdios, da necessidade de falar uma língua, mas sim do surgimento da escrita, que implica compreender um texto. Também em seu nascedouro, a gramática não se destinava à atividade pedagógica.

Auroux (1992) considera o aparecimento da escrita uma revolução tecno-linguística, um dos vetores das reflexões a propósito da linguagem e o processo de gramatização das línguas a segunda revolução tecno-linguística, equivalente à revolução agrária do Neolítico e à Revolução Industrial do século XIX, que alterou essencialmente a ecologia da comunicação humana e proporcionou ao mundo ocidental um instrumento de conhecimento e dominação sobre as outras culturas. Duas causas da gramatização das línguas são apontadas por Auroux (idem): a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira em um contexto onde existe previamente uma tradição linguística e a política de uma língua determinada.

O aprendizado de uma língua estrangeira recobriria interesses práticos: domínio de uma língua de administração, de um corpus de textos sagrados ou de uma língua de cultura; de relações comerciais e políticas, de viagens, de implantação/exportação de doutrina religiosa, de colonização. A política de uma língua atende dois interesses: organização/regulação de uma língua literária e desenvolvimento de uma política de expansão lingüística de uso interno ou externo.

O processo de gramatização caracteriza-se pela transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, acompanhada de uma transferência cultural mais abrangente. Para o autor, a transferência de tecnologia pode ser uma endogramatização (tradições lingüísticas gregas para o latim, pelos romanos; tradições latinas para os vernáculos europeus, pelos europeus) ou uma exogramatização (tecnologia do português para as línguas indígenas, pelos portugueses e não pelos indígenas).

O uso da gramática para o ensino da própria língua é uma decorrência da constituição das nações européias. A luta entre estas nações fazia-se acompanhar pela emulação entre as respectivas línguas. As transformações das nações em Estados tornam obrigatórios para seus cidadãos a aprendizagem e o uso de uma língua.

No Brasil independente, Antonio Pereira Coruja, segundo Nascentes (2003), inaugura a gramaticografia brasileira, com a edição do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*, em 1835.

Segundo Molina (2004), estudos sobre o processo de gramatização têm sido desenvolvidos, em Portugal e no Brasil, a partir da década de oitenta do século passado,

através de trabalhos acadêmicos, teses e congressos, focalizando a produção gramatical portuguesa desde o século XVI e a brasileira dos séculos XIX e XX. Algumas obras são referências básicas, na descrição das idéias que caracterizaram os sucessivos períodos desta historiografia gramatical, examinando os momentos mais significativos do saber linguístico.

No Brasil, *A vertente grega da Gramática Tradicional* (Neves, 1987), *"obra que historia o momento de constituição do saber linguístico na Antiguidade Clássica"*, mostra que o surgimento da gramática deriva da vivência intuitiva de poetas, evolui para a análise filosófica, pelos pré-socráticos, por Platão, por Aristóteles e pelos estóicos, chegando às classificações e sistematizações gramaticais dos alexandrinos.

Em Portugal, a *Historiografia da Língua Portuguesa* (Buesco, 1984) e, no Brasil, *As concepções linguísticas no século XVIII*, (Fávero, 1996) e *Fonologia e Morfologia na gramática científica brasileira* (Cavaliere, 2000), ainda segundo Molina (idem), são *"obras que contemplam um determinado momento do saber linguístico"*, conjunto no qual também pode ser incluída a obra *As concepções linguísticas no século XIX* (Fávero ; Molina, 2006), que continua o trabalho dedicado ao século XVIII.

Buescu (1984) delineia o percurso, desde a Antiguidade Clássica, das gramáticas das línguas grega e latina até as primeiras gramáticas da língua portuguesa, referindo-se ao fato de que, da Idade média até o Renascimento, o ensino da gramática propagou-se pelas escolas episcopais e monásticas, fundamentado na tradição greco-latina, assistindo-se, paralelamente, à concorrência do uso do vulgar com o do latim.

Com a multiplicação de traduções dos clássicos, faz-se necessária a unificação das normas, a fim de garantir a essência dos textos literários. A autora atribui às demandas dessa conjuntura o surgimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa, as de Fernão de Oliveira e de João de Barros, que adaptaram a terminologia das gramáticas italianas à realidade da língua portuguesa. A obra de João de Barros, a mais caracteristicamente renascentista, foi fortemente influenciada pela gramática espanhola de Nebrija (1492).

A obra de Fávero (1996) historia as concepções linguísticas dos séculos XVI e XVII, explicitadas nas gramáticas de Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo. Apresenta a influência, sobre o pensamento linguístico, dos traços conjunturais de Portugal, no século XVII, seus componentes políticos, econômicos, culturais, a Companhia de Jesus e a reforma pombalina.

Depois de discorrer sobre as obras dos gramáticos portugueses, calcadas na obra de Francisco Sanchez de las Brozas, *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia* e na de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, *Grammaire générale et raisonnée*, focalizando a

morfologia e a sintaxe, enfatiza a importância da *Grammatica Philosophica*, de Jeronymo Soares Barbosa, na elevação do padrão de análise linguística.

Fávero ; Molina (2006), dando sequência ao enfoque da produção gramatical, em língua portuguesa, examinam as gramáticas editadas, no Brasil, durante o século XIX, reunindo-as em dois grupos denominados *"Obras sob orientação da Gramática Geral e Filosófica" e "Obras sob orientação das correntes científicas"*, apresentando, relativamente a cada uma delas, a biografia sintética de seus autores, a visão geral da obra e a organização da gramática.

Ao primeiro grupo, *"Obras sob orientação da Gramática Geral e Filosófica"*, que, apesar de publicadas no Brasil, não abordavam os fatos característicos do uso brasileiro, considerados vícios de linguagem, pertencem os compêndios: *Epitome da Grammatica Portugueza*, de Antonio de Moraes Silva; *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca; *Compendio de Lingua Nacional*, de Antonio Pereira Coruja; *Grammatica Portugueza*, de Francisco Sotero dos Reis; *Grammatica Portugueza*, de Augusto Freire da Silva e *Nova Grammatica Analytica da Língua Portugueza*, de Charles Adrien Olivier Grivet.

Integram o segundo grupo, *"Obras sob orientação das correntes científicas"*, fundamentadas na concepção histórico-comparativa, em busca de rompimento com a tradição greco-latina, nem sempre com êxito, as obras: *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro; *Grammatica da Lingua Portugueza*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade; *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes; *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro; *Grammatica Descriptiva*, de Maximino Araújo Maciel e *Grammatica Portugueza Practica*, de Adelia Ennes Bandeira.

A obra de Cavaliere (2000), inicialmente, discute a conceituação dos termos *lingüística* e *filologia*, nos estudos brasileiros e nas escolas européias do século XIX. Examina, em seguida, os conceitos de gramática, os aspectos fundamentais da gramática brasileira e as influências estrangeiras. Depois de mostrar os estudos historiográficos de Maximino Maciel, Antenor Nascentes, Mattoso Câmara e Sílvio Elia, sobre a gramática científica brasileira, apresenta a fonologia, a ortografia e a morfologia, na estrutura da gramática científica.

A descrição analítica da *"Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa"*, de **Mario Pereira de Souza Lima**, edição de 1937, empreendida neste trabalho, tem o objetivo de contribuir para a explicitação dos traços característicos de uma obra de singular concepção,

uma etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro, publicada em um momento importante do processo de busca da sua identidade doutrinária.

Este objetivo decorre das referências feitas pelo Professor Celso Cunha à qualidade e ao caráter inovador da obra, nas suas aulas dos cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ e na reprodução do capítulo da *Grammatica Expositiva*, referente à flexão nominal, sob a forma de leitura complementar,no livro de sua autoria e do Professor Wilton Cardoso, *Estilística e Gramática Histórica*:

> Leia atentamente o texto da Leitura Complementar, tirado de uma das melhores gramáticas da língua, e observe que ele se divide em três partes: GÊNERO DOS SUBSTANTIVOS; GÊNERO DOS ADJETIVOS; NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS E DOS ADJETIVOS. (CUNHA ; CARDOSO, 1978, p. 105)

Em artigo recente, *Gramática no Brasil: imagens de um percurso* (2009), e também em suas aulas nos cursos de Pós-Graduação da UERJ, o Professor José Carlos de Azeredo reavivou estas referências elogiosas e acentuou a necessidade de que se examinasse a obra, com atenção, tendo em vista o relativo esquecimento a que foi relegada pelos estudiosos do processo de gramatização brasileira.

Esta obra de **Mario Pereira de Souza Lima** teve apenas duas edições, bastante distanciadas no tempo. A primeira edição foi publicada em, 1937, pela Companhia Editora Nacional, em sua *Bibliotheca Pedagogica Brasileira, Serie 2ª – Livros Didacticos – Vol. 70.* A segunda edição foi lançada, somente em 1945, pela Livraria José Olympio Editora, sob o título de *Gramática Portuguêsa.*

As diferenças entre as duas edições são decorrentes dos ajustes efetuados, para adequar a obra ao Programa de Português e às Instruções Metodológicas, constantes das Portarias n° 170 e 172, de 11/07/1942 e 15/07/1942, respectivamente, instituídos pelo Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, que levaram o autor a alterar a ordem dos livros da sua gramática, fazendo com que o *LIVRO TERCEIRO, da constituição e variações das palavras*, passasse a ser o *LIVRO SEGUNDO, Das partes do discurso e suas funções*, e o *SEGUNDO* passasse a ser o *TERCEIRO*. Além desta alteração, ainda em atendimento às Instruções, introduziu um *QUINTO LIVRO, Da História da Língua Portuguesa*.

Ressalte-se que estas modificações não atingiram a concepção doutrinária da obra, pois os textos foram mantidos, à exceção dos *Capítulos III, IV e V, do LIVRO TERCEIRO*, da

primeira edição, que foram suprimidos, em face do caráter diacrônico de seus conteúdos, os quais passaram a ser abordados, no *LIVRO QUINTO* da segunda edição. Interessante observar, a propósito da manutenção conceitual da abordagem, as palavras do autor, no texto *"Duas palavras"*, com o qual apresenta a nova edição:

> Embora se achasse de há muito esgotada a presente obra, retardou-se uma nova edição por motivos que não importa esclarecer. Sai esta agora acrescida de um 5º livro, em que sumariamente se estudam as origens da língua portuguesa a partir das transformações fonéticas e morfológicas do latim. Quanto à matéria anterior – do livro 1º ao 4º - foi toda ela revista com atenção e mais rigorosamente definida e sistematizada, dentro dos princípios que orientaram a primeira edição e constam do seu prefácio. Realizaram-se para isso algumas transposições, visando sempre a melhor concatenação dos capítulos e parágrafos. Teve-se o empenho de satisfazer as exigências dos programas oficiais sem sacrificar as exigências doutrinárias, o que deveras não foi difícil, pois coincidem umas e outras, dado o paralelismo existente entre as linhas gerais dos programas e as deste compêndio. (LIMA, l945, p. 9)

A análise da estrutura da *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa* é feita, criticamente, no terceiro capítulo, com o intuito de aferir o caráter inovador da abordagem que efetua dos conteúdos gramaticais, explicitando-se as suas peculiaridades, quando confrontada com duas outras obras coexistentes: a *Grammatica Expositiva (Curso Superior)* de Eduardo Carlos Pereira e a *Grammatica Secundaria* de Manuel Said Ali, a partir dos critérios de conceituação dos fatos e categorias gramaticais, em especial as classes de palavras e as funções sintáticas.

1. OS ESTUDOS GRAMATICAIS

Os sábios de Alexandria se referiam à crítica de textos, como os de Homero e outros, da mesma forma com que já Aristóteles se expressava através da techné (arte técnica de ler e escrever). Gramática é do latim, *grammatica*: ciência dos textos. Cícero e Quintiliano usavam *grammatica* ou *littera*.

A ciência da linguagem surge com os gregos, no século V a.C., e teve utilização filosófica com a controvérsia entre naturalistas e convencionalistas. Neste sentido, a gramática era um sistema de regras ou a descrição, desde que se distinguia do "léxico", que aparecia no dicionário e da fonologia, que era o sistema de sons da mesma língua. Assim era, pois, um sistema de regras que especificavam as orações ou as frases de uma língua e excluíam outras sequências desconexas para seus falantes.

Os naturalistas viam na origem da linguagem mesma, uma seleção natural, um liame, entre a palavra e seu significado, os convencionalistas viam nessa relação um acordo, convenção, entre a palavra e a coisa representada.

São os gregos que, por volta do século V a.C., iniciam os estudos gramaticais, embora os textos mais antigos (Homero, Hesíodo, a Bíblia) já considerassem a frase em termos que ainda hoje usamos como modelo. As primeiras tentativas, no sentido de organizar o discurso, tendiam a buscar a sua verdadeira origem *étymos*: a etimologia (*etymos*: verdadeiro e *logia*: estudo). Assim, se tornaria possível verificar as regularidades/analogias e as irregularidades/anomalias das palavras e frases.

As primeiras contribuições foram de Platão (419 - 347) e Aristóteles (séc. IV a.C.). O primeiro mostrava a sentença como unidade do discurso, dividia-a em nome(*ónoma*) e verbo (*rhema*), correspondentes a sujeito e predicado. Aristóteles incluía as classes conhecidas hoje como artigo, conjunção e pronome. Entre os predicados, incluía o verbo e o adjetivo.

Em Alexandria, Dionísio o Trácio (170 – 90 a.C) e seus seguidores incluíram os adjetivos na classe dos substantivos. A obra de Dionisio, o Trácio, compunha-se dos seguintes vinte parágrafos: Da grammatica; Da leitura; Do acento; Da pontuação; Da rapsódia; Do elemento; Da sílaba; Da sílaba longa; Da sílaba breve; Da sílaba comum; Da palavra; Do nome; Do verbo; Da conjugação; Do particípio; Do artigo; Do pronome; Da preposição; Do advérbio; Da conjunção. Dionisio não estuda a sintaxe, somente a fonética e a morfologia, tudo de acordo com a língua grega.

Outro gramático da Antiguidade, Apolonio Díscolo, nascido em Alexandria, no século II a.C, apresenta na sua gramática a seguinte divisão: 1. Dos elementos (sons

elementares). 2. Divisão das partes do discurso: nomes, parônimos, gêneros comparativo, nominativo dos nomes femininos, casos; verbos – conjugação; verbos em -mi; substantivos; imperativos; dos partitivos; do artigo; do pronome; da preposição; dos advérbios; das partes do discurso; da composição; dos acidentes (alterações que sofrem a forma das palavras); das figuras; das figuras homéricas; da ortografia; da prosódia; dos dialetos.

Apoiados nas partes do discurso Dionisio e Apolonio, somente mais tarde, vão ocupar-se do aspecto sintático.

Em Roma, estudaram-se basicamente as controvérsias e as categorias gregas. Foi o caso de Varrão (116-27 a.C.), em *Da língua latina*, que compreende vinte e um volumes. Ele conheceu as obras dos estóicos e as dos filólogos de Alexandria, definiu a gramática como o conhecimento sistemático dos usos de poetas, historiadores e oradores. Estudou também a etimologia, a sintaxe e a morfologia latinas.

Nos séculos IV e V d.C, Donato e Prisciano se destacaram como estudiosos da língua latina, com a substituição do artigo, que não havia em latim, pela interjeição.

Prisciano designou, para cada classe de palavra, formas relevantes: fenômenos flexionais, como os derivativos. Na sintaxe, seguiu o modelo grego: verbos ativos, passivos e neutros. Nesta definição, levava em conta o sujeito (*subcetium*), o objeto não aparece nos trabalhos de Prisciano. Separava a subordinação da coordenação.

Na Idade Média, surge a gramática especulativa, baseada na filosofia escolástica. A base teórica da gramática especulativa era a filosofia, abolindo os fins práticos escolares. O termo especulativa indica que a língua se assemelha a um espelho e a gramática reflete a sua realidade, subjacente aos fenômenos sensoriais universais. Eram chamados também de modistas, porque entendiam a língua como expressão dos modos de designação dos seres.

Do século XIV ao XVII, os fatos importantes são: o contato com os linguistas árabes e judeus, que também se tinham inspirado nos gregos; o aparecimento de gramáticas das línguas vernáculas, relacionado com o advento dos Estados Nacionais e os sentimentos patrióticos da época. O conhecimento convive e se concilia com a renovação dos modelos greco-latinos. Surge a controvérsia entre empiristas e racionalistas.

Assim, Dante escreve o *De Vulgari Eloquentia* (Sobre a Língua do Povo) e surgem outros gramáticos, considerados fundadores dos estudos das novas línguas, como: Antonio Nóbrega (*A Gramática sobre a Língua Castellana* (1402) e Fernão Oliveira *(Gramática da Linguagem Portuguesa)*. Entretanto, o latim e o grego continuam a ser estudados, conjuntamente com o hebraico, considerada língua da Escritura. Então, Cícero e Virgílio passam a ter grande importância.

Dois grandes gramáticos desta época – Julio Cesar Scaligeri (*De Causis Linguae Latina* - 1504 - Sobre a Questão da Língua Latina) e Francisco Sanchez ou Sanctius (*Minerva (...) de Causis Linguae Latinae* – Minerva ou Comentários sobre Questões de Língua Latina).

Na língua portuguesa são várias as gramáticas dos séculos XVI e XVII – João de Barros, Fernão Oliveira, Duarte Nunes Leão, Pero de Magalhães Gândavo.

Durante o século XVIII, foi muito importante o debate entre empiristas e racionalistas. Estes últimos, inspirados na filosofia cartesiana, formam o grupo Port-Royal que procura reviver ideais da gramática especulativa.

Publicada em 1610, a *Grammaire Générale et Raisonnée*,tinha a finalidade de demonstrar a estrutura da linguagem como produto do raciocínio. Então as línguas não seriam mais que variantes de um sistema racional e lógico.

Todo empirista considera o conhecimento como o resultado da experiência e do conhecimento da linguagem, adquiridos pela existência de uma estrutura mental inata. Isto é, consideram noções universais implantadas no homem por sua natureza.

Entre os portugueses, o principal defensor da gramática filosófica, foi Jerônimo Soares Barbosa (Grammatica Philoshophica) e, no Brasil, Ernesto Carneiro Ribeiro (*Elementos de Gramática Portuguesa)*.

O estudo da linguagem humana assumiu o caráter de uma verdadeira ciência no curso do século XIX sob o rótulo de Gramática Histórico-Comparativa, e como tal contou com muito sadeptos no Brasil. Os estudos gramaticais então realizados entrenós beneficiavam-se dessa reorientação científica, mas nem por isso abandonaram as motivações normativas de sua origem greco-romana. Com efeito, as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX foram cenário da produção de inúmeras gramáticas.

Alguns de seus primeiros autores eram homens de grande erudição, os quais estavam atualizados com a ciência lingüística de seu tempo e punham esse saber e um certo sentimento de orgulho nacional a serviço do conhecimento da língua e de seu ensino. Era como se a proclamação da República, coroando o processo da autonomia política e cultural desencadeado ao longo do século XIX, propiciasse à nação a definitiva legitimidade para construir seu futuro e ratificar, sem sentimento de vassalagem, um padrão de uso literário “à altura da melhor tradição da língua”. Esta expressão vai aqui entre aspas para deixar claro que traduz o sentimento da corrente mais conservadora do tempo, a qual, movida por um ideal purista de língua, defendia um modelo de escrita padrão uniforme entre Brasil e Portugal.

Uma proposta de impacto na renovação da expressão escrita literária brasileira só teria lugar com o Movimento Modernista de 1922, inspirando um debate recorrente ao longo

do século passado sobre a identidade da língua padrão do Brasil e seu lugar no conjunto da sociedade brasileira. Em que fontes ela é reconhecida, como sistematizá-la e como proceder para ensiná-la às novas gerações eram – e ainda são – algumas das questões levantadas.

2. FILIAÇÃO TEÓRICA DA GRAMMATICA EXPOSITIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A “língua das pessoas doutas”, no dizer de João Ribeiro, ou “os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática”, na expressão de Evanildo Bechara, constituem modos variantes – o primeiro mais antigo, o segundo mais moderno – de nomear a mesma entidade: um conjunto de formas e construções da língua empregadas, de forma razoavelmente padronizada, pelas pessoas que alcançaram um grau mais elevado de instrução. Aonde o gramático vai buscar essas formas e construções? Geralmente é na escrita, em particular a literária, objeto que é de elaboração mais refletida, em busca da harmonia e do melhor efeito estético. À falta do exemplo tirado dessa fonte, ou mesmo em nome da objetividade da explanação, o gramático recorre à própria intuição e cria os exemplos propícios. Esse é o recorte adotado pelas gramáticas pedagógicas em geral na definição de seu objeto.

A destinação ao ensino do modelo de língua acima definido caracteriza o perfil das gramáticas elaboradas no Brasil. O que as distingue é a atualização dos exemplos. Nossas gramáticas mais antigas, não obstante o fim explícito de formular as regras da expressão correta segundo a prática dos “homens doutos”, não utilizavam ostensivamente exemplos tomados à escrita literária, pois mesmo esta podia apresentar defeitos à luz dos critérios racionalistas emanados da chamada Gramática Filosófica.

A observância do uso se tornaria ostensivo na segunda metade do século XIX, quando os estudos gramaticais procuram assimilar a metodologia das demais ciências, em particular a Biologia. Seja como for, os exemplos de língua correta provinham da escrita dos portugueses considerados ‘clássicos do idioma’: Camões, Vieira, Bernardes, Herculano, Castilho, Latino Coelho, Camilo, Garrett entre outros. Algumas décadas depois, passam a ter espaço nas gramáticas, Machado de Assis, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Humberto de Campos. Eram brasileiros, mas nada nos exemplos colhidos da obra desses autores os fazia diferentes dos portugueses. Mesmo a *Gramática Secundária*, de Said Ali, e a *Gramática Expositiva*, de Souza Lima, a primeira surgida na década dos anos 1920, a segunda em meados da década seguinte, ignoraram a contribuição de autores brasileiros que destoava da tradição lusitana.

Autores que acolheram, na escrita literária, formas tipicamente brasileiras, como Lima Barreto, Manuel Bandeira e José Lins do Rego, só passariam a ter acolhida, ainda nos anos 1930, nas *Lições de Português* e nos *Trechos Seletos*, de Sousa da Silveira, filólogo que

se destaca, ao lado de Antenor Nascentes, por um espírito muito mais aberto, por uma visão bem mais progressista em relação à dinâmica da língua. Não por acaso, foi Sousa da Silveira, antigo catedrático de Língua Portuguesa da então recém-criada Universidade do Distrito Federal, que se bateu pela criação do curso de Lingüística Geral, que viria a ser ministrado por J. Mattoso Câmara Jr. a partir de 1938.

A idéia de gramática como um conjunto de ensinamentos sobre a maneira correta de falar e escrever uma língua, ou de um livro que contenha esses ensinamentos, está fortemente arraigada na sociedade letrada. Trata-se de uma imagem construída ao longo de pelo menos vinte séculos, desde que os gregos – e, continuando-os, os romanos – conceituaram gramática como a arte do uso correto da língua, segundo a prática dos "bons autores" (*gramática* é palavra de origem grega, e se liga a *grammata* [letras e sons]).

Esta história abriga um extenso capítulo escrito a partir do final do século XV e recheado de episódios decisivos no curso dos séculos XVI e XVII, quando se consolida o perfil das gramáticas normativas das línguas européias modernas.

O sentimento que desde a antiguidade animava os autores de gramáticas era o de que a língua alcança, na obra dos poetas e dos oradores/prosadores, uma forma de beleza e perfeição que precisa não só ser protegida e preservada, mas imitada pelas novas gerações de usuários. Tivemos, assim, de um lado, a gramática como prescrição de um modelo de língua e, de outro, complementando-a, a retórica, como um conjunto de preceitos para tornar a palavra um meio de convencimento, de persuasão e de sedução.

Como conceito técnico da moderna ciência da linguagem, gramática refere-se ao sistema de regras que permite aos falantes de uma língua construir e compreender suas frases. É a gramática latente ou implícita. Ninguém aprende a falar uma língua sem adquirir sua gramática. Ela está presente no modo de pronunciar as palavras, na ordem em que estas ocorrem na frase, nas variações de forma a que estão sujeitas quando se combinam para a expressão de algum significado em uma situação interlocutiva. Uma língua só é uma forma de comunicação porque seus falantes conhecem e empregam – mesmo sem estar conscientes disso – as mesmas regras para construir frases e atribuir-lhes significado. Este sistema de regras é a gramática.

No curso dos anos 1960, a Lingüística, que já havia revolucionado a compreensão da estrutura e funcionamento da linguagem humana nas universidades européias e americanas, se tornou disciplina obrigatória nos cursos de Letras no Brasil. Desde então, a produção de conhecimento sobre a língua portuguesa, em seus múltiplos aspectos, tem crescido num ritmo

alucinante entre nós, como se comprova nos bancos de teses dos centros de pesquisa do país e nos sites de órgãos de fomento como o CNPq.

Entre nós, o pioneiro dessa renovação foi Joaquim Mattoso Câmara Jr. Nos anos 1950-1960. As descrições que empreendeu dos subsistemas fonológico e flexional do português, reunidas nos volumes *Problemas de Linguística Descritiva* e *Estrutura da Língua Portuguesa*, este publicado postumamente, não foram superadas, passados quase quarenta anos, por nenhuma proposta posterior. O rigor dessas análises não chegou, porém, ao terreno da sintaxe, que, em compensação, ganharia destaque nos anos 1970-1980, período em que um expressivo segmento do pensamento lingüístico nacional é guiado pela teoria da gramática gerativa.

A produção de compêndios de gramática destinados ao ensino secundário (ou médio) prossegue ao longo do século XX. Algumas dessas obras lograriam sucessivas edições, como a *Gramática Expositiva* (em 1942 tinha alcançado a 59ª edição), de Eduardo Carlos Pereira, e a popularíssima *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, encarnação exemplar do normativismo gramatical ultraconservador e intransigente. Outras duas obras sempre lembradas, antes pela consistência teórica e pela modernidade das análises que empreenderam, são a *Gramática Expositiva*, de Mário Pereira de Souza Lima, e a *Gramática Secundária*, de Manuel de Said Ali, já aqui mencionadas. Em 1957, Carlos Henrique da Rocha Lima publica sua *Gramática Normativa*, que seria refundida a partir da 17ª edição em 1972 e que é, até hoje, referência dos que cultuam um padrão de linguagem mais conservador.

É bem antigo o costume de dar início à apresentação da matéria gramatical nos compêndios pela análise dos sons e de sua representação gráfica. Esta opção metodológica trai o vínculo histórico entre gramática e língua escrita: a exposição dos fatos da língua começa justamente pela apresentação das unidades cujo conhecimento é uma condição *sine qua non* do ingresso no mundo da escrita. Assim fez Antonio de Nebrija no final do século XV, assim fizeram Fernão de Oliveira e João de Barros no século XVI e Jerônimo Soares Barbosa no início do século XIX. Júlio Ribeiro também inicia sua gramática pela descrição das vogais e consoantes, sua combinação em sílabas, a tonicidade e as correspondentes convenções ortográficas. João Ribeiro, no entanto, dividiu sua gramática em três partes, e destinou as duas primeiras à descrição da palavra, examinando, sucessivamente, suas classes, sua estrutura e formação e suas funções sintáticas. Só na terceira parte abordou os aspectos fonéticos, a que se seguem o estudo da etimologia e o da semântica.

A primeira metade do século XIX ainda vivia sob a influência das ideias racionalistas da gramática de Port-Royal, quer na Europa, quer na América hispânica e portuguesa.

No entanto, já nesse tempo se registravam reações à orientação filosófica. Em Portugal, Francisco Solano Constâncio publicava, em 1831, sua *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, e, em 1847, saía a *Gramática de la lengua castellana*, de Andrés Bello. Segundo a opinião de Amado Alonso, "Bello, no solamente seleccionó y organizó las ideas más válidas y consistentes en la primera mitad del siglo XIX, sino que tuvo admirables vislumbres de otras que sólo el siglo XX habría de desarrollar con rigor de sistema. En otras supo con acierto mantenerse fiel a una tradición gramatical que su época tenía en tela de juicio, pero que la crítica posterior ha confirmado como de validez permanente." (ALONSO, Amado. Introducción a los estudios gramaticales de Andrés Bello. In: www.cervantesvirtual.com/bib_autor/Andresbello).

Mário Pereira de Souza Lima revela-se, ao longo da *Grammatica Expositiva*, um autor muito bem informado sobre os antecedentes históricos do pensamento gramatical brasileiro e em consistente sintonia com as idéias linguísticas de seu tempo. Desde a publicação da gramática de Julio Ribeiro, em 1881, quando se inicia a etapa científica do pensamento gramatical brasileiro, a gramática filosófica era objeto de rejeição e zombaria.

Uma das fontes doutrinárias de Souza Lima é, justamente, Andrés Bello, que, a despeito de ter nascido na Venezuela e ter-se dedicado ao crescimento da universidade na América Hispânica – ele foi fundador e primeiro reitor da Universidade do Chile -, Bello foi um empenhado defensor da unidade da língua espanhola na América e da preservação de seus laços com a língua escrita pelos espanhóis. Uma importante característica da Gramática de Bello é, precisamente, a ruptura com a orientação filosófica e a denúncia do equívoco de tentar analisar as línguas modernas com base nas categorias estabelecidas pelos velhos gramáticos romanos para a descrição do latim clássico.

Souza Lima estava consciente desse equívoco, mas não se alinhou à corrente que rejeitava *toutcourt* a concepção racionalista, mas, pelo contrário, pondo o bom senso acima do preconceito, recorreu inúmeras vezes à *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), de Jeronymo Soares Barbosa. Aí encontrou, entre outros, apoio explicativo para a análise da semântica das preposições, em uma formulação ratificada por Friedrich Diez, na *Grammaire des langues romanes* (1876).

Outro nome de destaque nas páginas da *Grammática Expositiva* é o de Rodolfo Lenz, *La oración y sus partes* (1920), que inspira Souza Lima na conceituação a frase como

unidade fundamental do discurso. O mesmo R. Lenz é citado a propósito dos efeitos de sentido decorrentes da posição do adjetivo (p. ex.: soldado valente / valente soldado).

A análise dos fatos sintáticos que tendem a dividir opiniões é amparada, sobretudo, na obra de Epifânio Dias, *Sintaxe histórica portuguesa* (1917); de Mário Barreto, *Novos estudos da língua portuguesa* (1911), entre outros e de Heráclito Graça, *Fatos da linguagem* (1904), ainda hoje referências de modernos sintaticistas do português, seja no Brasil, seja em Portugal.

Toda a parte referente ao estudo dos sons da fala remete às contribuições de foneticistas dentre os mais conceituados, como Rousselot, Paul Passy e Maurice Grammont. Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale* (1916), também é referido a propósito da conceituação de fonema, mas, curiosamente, apenas para reafirmar as idéias naturalistas do século XIX. O conceito estrutural de fonema, prenunciado no *Cours* e que revolucionaria os estudos fonológicos, não é levado em conta por Souza Lima.

Dividida em quatro partes (ou livros), sua gramática começava pela análise da estrutura sintática da oração, sob o sugestivo título de "Dos modos gerais da expressão do pensamento". A segunda parte (ou livro segundo) contém uma minuciosa descrição da sintaxe das diferentes classes de palavras, na qual se destaca o exame das preposições. O livro terceiro trata da "constituição e variações das palavras", reunindo capítulos sobre fonemas, ortografia e estruturação formal das palavras léxicas. Ressalvada a impropriedade de misturar no mesmo segmento unidades pertencentes ao que desde André Martinet chamamos primeira e segunda articulações da linguagem, mediante o uso um tanto ambíguo da expressão 'constituição das palavras', é digna de destaque a perspicácia do autor ao acentuar a natureza predominantemente sintática das palavras gramaticais, tratadas exclusivamente no livro segundo, e retomar o substantivo, o adjetivo e o verbo – palavras léxicas – à luz dos processos de formação de palavras (livro terceiro).

Ele justificava seu método sustentando que "a unidade da linguagem não é a palavra isolada, mas a frase, ou seja, *a expressão lingüística de uma representação global considerada em seu conjunto*." Assim também pensou Sousa da Silveira, a quem coube a elaboração do Programa de Português e das Instruções Metodológicas, constantes das Portarias n° 170 e 172 de 11/07/1942 e 15/07/1942, respectivamente, do Ministro Gustavo Capanema. Por estas Instruções, o programa de português das quatro séries ginasiais começava com a análise do período simples; somente na quarta série é que se estudava a fonética.

3. A ESTRUTURA DA GRAMMATICA EXPOSITIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 A estrutura da obra

No Prefácio da sua *"**Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa**"*, **Mario Pereira de Souza Lima** assinala o seu objetivo primordial, no ordenamento dos conteúdos e na sua concatenação em capítulos e parágrafos, tanto no concernente à racionalidade quanto a uma eficaz organização pedagógica:

> Quisemos, assim, compor um trabalho que fosse realmente um todo e não uma simples juxtaposição de partes. E para isso tivemos sempre presente ao espirito que a unidade da linguagem não é a palavra isolada, mas a phrase, ou seja a expressão linguistica de uma representação global considerada em seu conjuncto. Dahi concluimos – como já o fizeramos em antiga these de concurso (Theoria da Construcção Grammatical) – que o ensino de Grammatica, em vez de começar separadamente pela Phonética ou pela Morphologia, deverá considerar de início a proposição e della descer ás differentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjuncto, como se limitam e se completa. (LIMA, 1937, p. 7)

Ao conceber a *proposição* como a unidade da linguagem, demarca uma diferença substancial relativamente às formulações presentes nas gramáticas contemporâneas da sua, em especial a de Eduardo Carlos Pereira *(Gramática Expositiva: Curso Superior)* e a de M. Said Ali *(Gramática Secundária da Língua Portuguesa)*, aqui consideradas como contrapontos à de Mário Pereira, selecionada a primeira por ser a que teve o maior número de edições publicadas (cento e quatorze) e o maior número de exemplares vendidos (quatrocentos e sessenta mil), na primeira metade do século XX, precisamente até o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira, o que pressupõe a mais ampla difusão de seus paradigmas e conceitos e a segunda, por ser a gramática de cunho pedagógico estruturada com o maior rigor conceitual, dentre as que foram publicadas no mesmo período, conforme avaliações predominantes entre importantes estudiosos da época, como Capistrano de Abreu, Paiva Boléo, José Oiticica e Augusto Meyer, entre outros.

Eduardo Carlos Pereira, nas *Noções Preliminares* de sua gramática, apresenta a concepção do objeto do estudo gramatical, na ordem estabelecida, que orientará o enfoque do conteúdo em partes:

> 18. Estuda a grammatica a palavra sob dois aspectos fundamentais: ISOLADAS e COMBINADAS. Dahi o dividir-se o seu estudo em duas partes, a saber: 1. LEXEOLOGIA – 2. SYNTAXE. Lexeologia é a parte da grammatica que estuda as palavras isoladas, consideradas em si. Syntaxe é a parte da grammatica que estuda as palavras combinadas para a expressão do pensamento. (PEREIRA, 1930, p. 4)

Na *Gramática Secundária*, tratando da divisão da gramática, Said Ali apresenta a seguinte configuração para os estudos gramaticais, que norteia a sucessão de tópicos da abordagem a ser desenvolvida:

> A gramática divide-se em: FONÉTICA OU FONOLOGIA, que é o estudo dos sons; LEXEOLOGIA, estudo dos vocábulos, e SINTAXE, estudo das orações e das palavras consideradas como partes da oração. (ALI, 1969, p. 15)

Interessante observar que **Souza Lima** já intuía a noção de língua enquanto sistema, quando postulava que *"a unidade da linguagem não é a palavra isolada, mas a phrase, ou seja, a expressão lingüística de uma representação global considerada em seu conjunto";* assim como já buscava enfocar o uso da língua, o discurso, ao indicar que no estudo de gramática dever-se-ia *"considerar de inicio a proposição e della descer às diferentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjunto, como se limitam e se completam"*, com o que também reafirma o caráter sistemático da língua.

Também no Prefácio, **Mario Pereira** detalha o seu método de análise, mostrando que no estudo, assim levado a efeito, *"a interpretação da phrase porá em relevo o valor semântico das palavras, e dará a sentir, de uma forma palpável, a propriedade dos vocábulos"*. Indaga ainda:

> Como - se não for assim – poderá o aluno aprender efficazmente o valor das palavras conjunctivas? Como explicar-lhe o que é a preposição, sem lhe fazer ver ao mesmo tempo o que é um complemento? Como falar-lhe, em termos racionaes, do pronome relativo ou da conjuncção, se nenhuma Idea tem elle da existencia e diversidade das proposições e de sua ligação? (LIMA, 1937, p. 8)

Estas indagações revelam que **o autor** buscava aplicar procedimentos de análise, assemelhados aos empreendidos em uma perspectiva morfossintática, nos quais esboçava operações com critérios tais como o morfossemântico e o funcional.

Assinale-se o caráter inovador do seu método de análise, uma vez que uma proposta de classificação do vocábulo formal, segundo estes critérios, só seria formulada sistematicamente, para a língua portuguesa, por Joaquim Mattoso Câmara Jr., em *"Estrutura da Língua Portuguesa"*, obra póstuma, publicada em 1970.

Ao defender a proposta analítica que formula, aponta a importância da organicidade da descrição, para a eficácia do processo didático pedagógico, pois reconhece a necessidade

de explicitar os pré-requisitos pertinentes aos conteúdos que, em sequência vão sendo arrolados para o ensino-aprendizagem *"Como falar-lhe, em termos racionaes, do pronome relativo ou da conjuncção, se nenhuma idea tem elle da existência e diversidade das proposições e de sua ligação?". A*tualiza, com a ênfase na racionalidade, o caráter científico impresso nos trabalhos gramaticais, desde o final do século XIX e a filosofia educacional oriunda da Escola Nova.

Ainda no Prefácio, inicia sua resposta referente ao início do estudo da gramática pela Sintaxe, recorrendo a uma citação:

> A Syntaxe considera os mesmos factos de linguagem que a Morphologia, e assim qualquer separação entre estas duas disciplinas, fundada em uma pretensa diversidade dos factos considerados, desfecha na confusão e no arbítrio, (A. C. JURET, 1926, p. 1)

E prossegue, assumindo o discurso.

> O que distingue uma de outra é, como dizem os lógicos, apenas o *objeto formal*, isto é, o aspecto sob o qual cada uma dellas aprecia os mesmos factos: considerando-os a Morphologia como um sistema de flexões, e considerando-os a Syntaxe como a expressão de um sentido global, ou como grupos ou termos em que este sentido eventualmente se decompõe. (LIMA, 1937, p. 8)

Para concluir, faz uma outra citação:

> O chamado estudo da formação das palavras (morphologia) não pode separar-se absolutamente do estudo da ligação das palavras e da phrase, seja qual fôr a definição que se dê de um e de outro. (K. BRUGMAN, 1905, p. 298)

Confrontada a metodologia de análise descritiva estruturadora da ***Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa***, *de* **Mario Pereira de Souza Lima**, com a da *Gramática Secundária da Língua* Portuguesa, de M. Said Ali e a da *Grammatica Expositiva – Curso Superior,* de Eduardo Carlos Pereira, é possível constatar a diferença básica entre as três obras.

Esta diferença consiste na alteração da disposição tradicional da matéria, levada a efeito por **Mario Pereira**, conforme demonstrado até aqui, para dar conta da fragmentação dispersiva dos conteúdos, contraditória com o pressuposto científico reivindicado pelas gramáticas publicadas no período, considerado o período científico da gramatização brasileira; presente esta fragmentação nas duas outras gramáticas, não reconhecida por

Eduardo Carlos Pereira, cuja obra esteve sempre ajustada ao ordenamento tradicional, mas pressentida por M. Said Ali, embora sem que o mestre tivesse esboçado uma alternativa, para a sua constatação da existência das dúvidas e litígios, vigentes à época, entre os estudiosos, conforme as suas considerações finais relativas à divisão da gramática, em seção que sucede o Prólogo de sua gramática:

> A SINTAXE considera a oração ou proposição como um todo, e as palavras que a constituem como termos essenciais ou secundários da proposição. O que em lexeologia e análise léxica é substantivo, como termo de oração é sujeito ou objeto; o que lá se classifica como verbo por denotar ação ou estado, na oração faz papel de predicado e chama-se predicado; o que num caso se denomina adjetivo, no outro, atendendo à função oracional, é ou atributo ou predicado. Não obstante esta palpável diferença entre a lexeologia e a sintaxe, há contudo vários fatos gramaticais cuja classificação é litigiosa, reinando dúvidas entre as maiores sumidades da linguística sobre se devem vir compreendidos no estudo dos vocábulos ou lexeologia, ou se devem fazer parte da sintaxe. (ALI, 1969, p.14)

No que tange ao componente pedagógico estrito, deve ser ressaltado que a obra de **Souza Lima**, em exame, pouco difere das gramáticas publicadas no período supracitado, porque mantém a preocupação vigente, na época, quanto ao aspecto educativo e moral, apenas dista das demais, ao limitar sua exemplificação às fontes literárias, sem recorrer a provérbios, máximas e ditos sentenciosos, costume que perdurou durante décadas, por influência da Escola Nova, modelo pedagógico alemão, que caracterizava uma correta metodologia pedagógica como aquela que favorecesse a prática e zelasse, simultaneamente, pela formação moral do educando. Este costume chega mesmo a se fazer presente em edições sucessivas da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicadas depois do estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que popularizaram as máximas do Marquês de Maricá.

A ***Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa*** está estruturada em quatro partes: LIVRO PRIMEIRO, LIVRO SEGUNDO,LIVRO TERCEIRO e LIVRO QUARTO, cada um deles dividido em Capítulos: o PRIMEIRO, em cinco; o SEGUNDO, em quatorze; o TERCEIRO, em treze e o QUARTO, em seis.

Dividida em quatro partes (ou livros), sua gramática começava pela análise da estrutura sintática da oração, sob o sugestivo título de “Dos modos gerais da expressão do pensamento”. A segunda parte (ou livro segundo) contém uma minuciosa descrição da sintaxe das diferentes classes de palavras, na qual se destaca o exame das preposições. O livro terceiro trata da “constituição e variações das palavras”, reunindo capítulos sobre fonemas, ortografia e estruturação formal das palavras léxicas.

Ressalvada a impropriedade de misturar no mesmo segmento unidades pertencentes ao que desde André Martinet chamamos primeira e segunda articulações da linguagem, mediante o uso um tanto ambíguo da expressão 'constituição das palavras', é digna de destaque a perspicácia do autor ao acentuar a natureza predominantemente sintática das palavras gramaticais, tratadas exclusivamente no livro segundo, e retomar o substantivo, o adjetivo e o verbo – palavras léxicas – à luz dos processos de formação de palavras (livro terceiro).

Em consonância com o princípio que orienta o método de abordagem detalhado por **Mário Pereira**, no Prefácio de sua obra,*"...o estudo da Grammatica, em vez de começar separadamente pela Phonetica ou pela Morphologia, deverá considerar de inicio a proposição e della descer ás diferentes partes do discurso..."*, a ***Grammatica Expositiva*** apresenta a seguinte distribuição dos conteúdos:

LIVRO PRIMEIRO

Dos modos geraes de expressão

Noções Preliminares

Capitulo I - Dos elementos e termos principaes da oração:

Capitulo II - Da predicação e das vozes dos verbos

Capitulo III - Das orações analyticas:

Capitulo IV - Das orações syntheticas:

Capitulo V - Dos equivalentes da oração:

LIVRO SEGUNDO

Das partes do discurso e suas funcções

Generalidades

Capitulo I - Do nome substantivo:

Capitulo II - Dos adjetivos qualificativos:

Capitulo III - Do nome numeral:

Capitulo IV - Do artigo:

Capitulo V - Dos pronomes pessoais:

Capitulo VI - Dos pronomes possessivos:

Capitulo VII - Dos pronomes demonstrativos:

Capitulo VIII - Dos pronomes relativos:

Capitulo IX - Dos pronomes interrogativos:

Capitulo X - Dos pronomes indefinidos:

Capitulo XI - Do verbo:

Capitulo XII - Do advérbio:

Capitulo XIII - Da preposição:

Capitulo XIV - Da conjunção:

LIVRO TERCEIRO

Da constituição e variações das palavras

Capitulo I - Da natureza e classificação dos phonemas:

Capitulo II - Dos grupos phoneticos:

Capitulo III - Da orthophonia e da orthographia:

Capitulo IV - Do vocabulário:

Capitulo V - Da importação de palavras:

Capitulo VI - Da formação de palavras em geral:

Capitulo VII - Da derivação:

Capitulo VIII - Da prefixação:

Capitulo IX - Da mudança de classe das palavras:

Capitulo X - Da composição:

Capitulo XI - Da flexão em geral:

Capitulo XII - Da flexão nominal:

Capitulo XIII - Da flexão verbal:

LIVRO QUATRO

Da construção do período

Generalidades

Capitulo I - Da ordem:

Capitulo II - Da concordancia:

Capitulo III - Da regencia:

Capitulo IV - Da classificação e ligação das preposições:

Capitulo V - Do emprego dos tempos e modos:

Capitulo VI - Da pontuação.

3.2 Livro Primeiro

3.2.1 Dos modos geraes da expressão do pensamento

"(...) *o estudo da Grammatica, em vez de começar separadamente pela Phonetica ou pela Morphologia, deverá considerar de inicio a proposição"*. (LIMA, 1937, p. 7)

Essa é a tese de **Mario Pereira de Souza Lima,** que, nas NOÇÕES PRELIMINARES do Livro Primeiro de sua *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*, começa os estudos com a apresentação dos conceitos de frase, proposição, oração e período.

De início, apresenta o conceito de língua como expressão do pensamento, a partir do qual introduz a definição de frase - o modo mais comum de se fazer esta expressão - baseado na configuração estrutural da mesma: SUJEITO + PREDICADO, ressalvando que nem sempre a frase se decompõe nestes dois termos, pois pode apresentar o pensamento como um todo indivisível e, circunstancialmente, é suficiente uma simples exclamação ou uma indicação sumária, formada por uma só palavra ou grupo de palavras, como nas placas e tabuletas comerciais, nos anúncios, nas apresentações e nos traços descritivos de uma situação ou personagem.

Dentro desses parâmetros, reconhece a existência de três tipos de frases: orações analíticas (as de sujeito e predicado), orações sintéticas (um todo indivisível) e equivalentes de oração ou fragmentos de oração (conforme representem uma oração inteira ou apenas alguns termos de oração). As orações repartem-se ainda em exclamativas, declarativas e interrogativas, conforme as diferentes entonações, na linguagem oral, a que correspondem diferentes pontuações na escrita.

Interessantíssima é a formulação de Rodolpho Lenz, citada por **Mario,** reveladora de quanto estava **o autor** consciente das interferências das situações discursivas,aqui determinantes das inflexões de voz adequadas à intencionalidade do discurso, na construção do sentido dos enunciados lingüísticos e na determinação das funções de seus termos:

> Um mero substantivo, Pedro, pode ser sujeito ou fragmento de oração, na resposta dada à pergunta; "Quem chegou?" – "Pedro". Pode ser uma exclamação, como acto de chamar equivalente a: "Escuta!" "Vem cá". Pode ser expressão de surpresa em differentes graus: "Oh! É você!" ou "Como é possível que seja Pedro?". Pode ser uma admoestação: "Não faças isto!" ou: "Cuidado!". Uma simples pergunta, etc. etc. Supprem-se todas estas idéas, conforme a entonação de quem falla. (LENZ, 1925, p. 40)

Assinala ser mais comum que as frases se sucedam em conjunto mais amplo, o período, colocadas uma ao lado da outra, o que caracteriza as orações coordenadas ou unidas por vocábulos pertencentes à classe das palavras conectivas, o que caracteriza a oração

composta, constituída por proposição principal e proposição subordinada. Considere-se que "*Oração é toda proposição ou conjunto de proposições que forma sentido completo"* (p. 18)

Concluindo as *Noções Preliminares*, estabelece a distinção entre a *Grammatica Expositiva* e a *Grammatica Historica:*

> A theoria do estado actual da phrase e de seus elementos, de acordo com a estrutura e a índole de um determinado idioma, e com as normas seguidas, na linguagem fallada ou escripta, por aquelles que melhor o têm sabido, denomina-se Grammatica Expositiva desse idioma. Quando a Grammatica, em vez de limitar-se a esta exposição dos factos que se verificam em certo idioma em uma época determinada, procura explicá-los pelos factos e usos de épocas anteriores denomina-se Grammatica Historica. (LIMA, 1937, p.18-19)

Comparadas estas definições com as apresentadas por Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali, em suas gramáticas, observa-se a não existência de divergências essenciais, uma vez que todas elas postulam para a Gramática Expositiva o enfoque metódico dos fatos atuais da língua e, para a Gramática Histórica, o exame de fatos e usos considerados em sua evolução desde épocas anteriores, de suas origens até a época presente, buscando, através do exame dos mesmos, em diferentes épocas, alcançar explicações dos fatos e usos atuais.

A singularidade da obra de **Mario Pereira** reside na estrutura da abordagem dos fatos e usos da língua - a partir do exame da proposição - em seus aspectos morfossintáticos e semânticos, metodologia que estabelece um diferencial básico entre a descrição lingüística nela desenvolvida e a realizada por todas as demais gramáticas suas contemporâneas, as quais se organizam a partir do estudo da fonética, em consonância com o balizamento recorrente no período:

> Essa é a proposta oferecida por Julio Ribeiro na *Grammatica portugueza*. alicerçada no plano de divisão das partes do discurso presente na maioria das gramáticas européias contemporâneas (cf. Burgraff, *Principes de grammaire générale).* Trata-se de uma localização estratégica que visava iniciar o estudo da palavra pelo seu aspecto *material,* a que hoje denominaríamos *segmento fônico,* para depois enveredá-lo pela seara da tipologia lexical e das flexões, via de regra bem mais extensa. (CAVALIERE, 2000, p. 143)

A opção metodológica de **Mario Pereira** expressa uma compreensão mais ajustada a percepções consistentes e modernizadoras dos estudos gramaticais, manifestadas em obras doutrinárias da época, tal qual pode ser visto no *Capítulo XVII dos Novos Estudos da Lingua Portuguesa*:

> No capítulo anterior cremos haver suficientemente demonstrado que o único critério seguro para classificar as palavras é o seu sentido e o seu ofício em cada cláusula. Será sempre imperfeita a classificação que se funde exclusivamente na forma e na estrutura. Nada mais falaz às vezes que a estrutura dos vocábulos, pois que as palavras se substituem reciprocamente em seus diversos ofícios. (BARRETO, 1911, p. 283)

No *Capitulo I*, são focalizados os elementos e termos principais da oração, a começar pelos substantivos e verbos, entendidos como as palavras nucleares da estrutura oracional: *"Dentre todas as palavras, duas se distinguem pela sua importancia e por serem irredutiveis a quaesquer outras"* (p. 20).

Acompanhando esta avaliação funcional dos substantivos e dos verbos, é expendida a sua caracterização semântica: *"São o SUBSTANTIVO e o VERBO, isto é, respectivamente, a palavra que nomeia os seres (Maria, pássaro,mesa) e a palavra que Affirma de um ser uma acção ou estado (corre, voa, caiu).* E, na sequência, as suas características morfossintáticas:

> A série ordenada de formas que o verbo pode assumir, modificando as suas terminações, chama-se conjugação. (...) Por estas modificações o verbo se relaciona com as pessoas ou coisas mencionadas no discurso e que podem ser: 1º) a pessoa que falla; 2º) a pessoa com quem se fala; 3º) a pessoa de quem se falla. Denominam-se todas ellas *pessoas gramaticais*. (...) Como se vê, a idéa de pessoa inclue a de um ou mais seres. Diz-se no primeiro caso, de *numero singular*, e, no segundo, de *numero plural*. Numero é a propriedade de indicar unidade ou pluralidade pela forma da palavra. Mas as variações do verbo não indicam só estes accidentes de número e pessoa. Designam ainda o *tempo* e o *modo* de realização do conceito verbal. (LIMA, 1937, p. 20)

Ainda em relação aos verbos, define as duas grandes classes em que os mesmos se dividem: *a) "O verbo Ser, que se intitula verbo de ligação; b) Todos os mais, que se dizem verbos predicativos"* (p. 21), uma antecipação de conceitos preliminares ao exame da predicação a ser desenvolvido no capítulo seguinte. Com o mesmo escopo, registra a existência dos *verbos unipessoaes*.

Nessas considerações, evidenciam-se as bases dos critérios que são utilizados pelo **autor,** para a discriminação das unidades da oração constituintes do sujeito e do predicado, cuja descrição prossegue, neste capítulo. As análises são procedidas sempre levando em conta os aspectos significativos, estruturais e funcionais dos termos.

A definição do adjetivo se dá, em termos semânticos, como: *"a palavra que designa qualidade ou estado concretizado em um ser: mosca azul, fruto raro" (...) "...porque a qualidade considerada em si mesma não se exprime por um adjetivo, mas sim por um substantivo"*. Busca, provavelmente, esta última explicação demarcar uma distinção entre o papel nuclear do substantivo e o papel subsidiário do adjetivo e um liame com a modalidade de relacionamento sintático entre estas palavras, o qual vem logo demonstrado:

> De dois modos o adjetivo qualifica o substantivo: ou accrescentando-lhe uma qualidade accidental, ou torrnando explícita uma qualidade que lhe é inerente:a) *homem sabio*; b) *homem mortal*.Tem-se no primeiro caso um *adjetivo restrictivo*; no segundo, um *adjetivo explicativo*.Tanto um como outro são *adjuntos attributivos* do substantivo. (LIMA, 1937, p.23)

Morfologicamente, os adjetivos são caracterizados pela propriedade de suas formas poderem se referir a um substantivo, no singular ou no plural e, também, no masculino ou no feminino. Uma citação deixa evidente o posicionamento de **Souza Lima,** em referência ao agrupamento dos substantivos no gênero masculino ou no feminino:

> O gênero grammatical, de facto, as mais das vezes é mera convenção, tanto assim que não se pode prever *a priori* qual ha de ser o gênero de uma palavra dada. É o adjectivo tão só que indica de modo inequívoco o gênero masculino ou feminino do substantivo; masculino é o que vem acompanhado "de forma masculina ... do adjectivo que se lhe refere", feminino "o que pede a forma feminina do adjetivo" (BELLO, 1928, pag. 84)

Um posicionamento assemelhado ao de Said Ali:

> Gênero dos substantivos é a distinção que em português fazemos entre masculino e feminino. Masculino é todo nome a que se pode antepor o artigo o, ou ajuntar qualificativos terminados em –o, (...) Feminino é o nome a que se antepõe o artigo a , ou a que se ajuntam qualificativos terminados em –a (...). (ALI, 1969, p. 35)

Mas completamente distanciado dos conceitos dominantes, conforme o formulado por Eduardo Carlos Pereira, onde o gênero é associado ao sexo, de forma inadequada e insubsistente, do ponto de vista das teorias já disponibilizadas em decorrência dos estudos lingüísticos:

> De dois modos se determinam os gêneros dos substantivos em portuguez: pela *significação* e pela *terminação*. São masculinos pela significação: os nomes dos seres vivos do sexo masculino (...) os nomes de seres fictícios, imaginados do sexo masculino (...) os nomes de mares, rio0s, lagos, montes, ventos, mezes (...) os nomes das letras, dos algarismos e das notas musicaes (...) São femininos: os nomes de seres vivos do sexo feminino (...) os nomes de seres fictícios, imaginados, do sexo feminino (...) os nomes das cinco partes do mundo, de ilhas, cidades, villas e aldeias (...) (PEREIRA, 1930, p. 36)

Ainda com fundamento no critério funcional, **Mario Pereira** aponta a possibilidade de o adjetivo substantivar-se: *"os ricos, os pobres, o bello, ojusto"* e de o substantivo adjetivar-se: *"Elle é muito menino; Deus é verdadeiramente pae"*. (p. 23). São usos que põem em jogo as funções de núcleo e adjunto, de cujo exercício decorre a categorização.

Insipiente a descrição dos artigos, por limitar-se a abordar seu aspecto significativo (definição/indefinição), sem ao menos reconhecer a sua funcionalidade de determinante e o

seu papel no estabelecimento das expressões nominais de gênero e número: *"Chamam-se artigos os vocábulos* o, a, os, as *e* um, uma, uns, umas, *que têm por missão pôr em relevo um objeto como (...) individuo determinado, ou de individuo indeterminado"*. (p. 23-24)

Said Ali e Eduardo Carlos limitam-se, também, ao aspecto significativo dos artigos. Este os define como determinativos articulares *"adjetivos que precedem o substantivo, individualizando-o, quer de um modo preciso, quer de um modo vago"*. (1930, p. 84)

Os advérbios, entretanto, merecem uma descrição mórfica, semântica e funcional consistente, *"... palavras invariaveis que exprimem circunstancia e em geral determinam a significação de um verbo, de um adjetivo: Falla bem, chegará amanhã; acontecimento muito feliz. E como uma circunstância pode acompanhar outra (...) um adverbio modifica ás vezes outro adverbio: muito cedo, mais tarde"* (p. 24),absolutamente inovadora e, nos pontos seguintes, até antecipatória de análises lingüísticas da atualidade, relacionadas na sequência (28. e 29.):

> 28. Outras vezes o adverbio modifica não uma só palavra da oração, mas a oração inteira. Ex.: *Certamente elle virá hoje; felizmente o desastre não produziu victimas*. Uma analyse cuidadosa mostra que o advérbio traduz neste caso o sentimento de quem fallacom referencia ao fato enunciado na oração, e não indica, como no paragrapho anterior, uma circunstancia desse mesmo facto. Pode-se dizer que ele exprime o *elemento subjetivo da linguagem*. (LIMA, 1937, p. 25)

O reconhecimento da expressão pelo advérbio do elemento subjetivo da linguagem, contida na descrição supra, está identificada, na Nomenclatura Gramatical Portuguesa, de 1967, pela denominação *advérbio de oração.* (Henriques, 2009, p. 173)

Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, examina a ocorrência, no item *O plano"transfrásico" e os advérbios*, onde discorre sobre os casos de *hipertaxe* (uma unidade de um estrato inferior pode funcionar, por si só,em estratos superiores).

> Estes casos (...) se combinam com outra camada de estruturação gramatical que é a *hipertaxe* ou *superordenação*, fenômeno pelo qual uma unidade de camada inferior pode funcionar sozinha em camadas superiores. É o caso dos advérbios em –mente quando saem da camada no nível da palavra para funcionar no nível da cláusula e daí no nível da oração ou do texto, em exemplos como: *Certamente ela não virá hoje; todos saíram ilesos, felizmente; Naturalmente ele negará o que disse ontem*. Todos no nível da cláusula comentário. (BECHARA, 2006, p. 46 e 292-293)

José Carlos Azeredo, na *Gramática Houaiss*, de sua autoria, examina o fato lingüístico, no *Décimo Terceiro Capítulo, item 13.2*, no qual trata das *Propriedades Sintáticas dos Sintagmas Adverbiais*:

> Do ponto de vista sintático, um advérbio ou um sintagma adverbial desempenha cinco subfunções conforme a estrutura maior que integram:
>
> a) adjunto *oracional*: constituinte do período ou enunciado, adjacente a uma oração (exemplos 8, 9 10 e 12):
>
> (.....)
>
> 8) *Naturalmente*, ela ainda não tinha visto o mar de perto.
> 9) *Como você pode ver*, desisti de viajar.
> 10) Procure se alimentar *mesmo que não sinta fome*.
> 12) *Sinceramente*, não confio nesse governo.
>
> (.....)
>
> A importância do adjunto oracional para o sentido do enunciado está em que, por meio dele:
>
> a) o enunciador retrata o grau de seu comprometimento com a verdade do fato expresso na oração;
>
> b) o enunciador define o ponto de vista ou domínio de conhecimento do qual depende a validade do conteúdo da oração;
>
> c) o enunciador exprime o efeito psicológico que o conteúdo da oração lhe causa. (AZEREDO, 2008, p. 262 – 264).

No item 29. **Mario Pereira** assinala que o advérbio serve de palavra conectiva entre duas proposições e exemplifica: *"Não sei onde moras. Estudou, conseguintemente, deve saber"* (p. 25). Esta menção identifica o que modernamente se considera um caso de *gramaticalização*, que, para Angélica Furtado da Cunha (2008, p. 173), designa um processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. (...) Com isso, o elemento deixa de fazer referência a entidades do mundo biossocial para assumir funções de caráter gramatical, como ligar partes do texto, indicar categorias gramaticais, (...), etc.

Apenas Eduardo Carlos Pereira reconhece, ao lado dos advérbios que denomina *simples*, os *advérbios conjunctivos, "isto é, que accumulam na phrase o papel de conjuncção:- onde, quando, como, emquanto, entretanto, etc.* Todavia, em *Nota*, termina por acolher a classificação dominante, sem mais discussões: *"Nota:- Os advérbios conjunctivos são geralmente classificados entre as conjuncções, excepto o locativo [onde]"*. (1930, p. 150).

Said Ali a eles não se refere, entretanto registra os *advérbios interrogativos, "palavras invariáveis próprias das perguntas diretas ou indiretas, e denotam tempo, lugar, modo ou causa. Exemplos: Quando chegaste a esta capital?; Não me disseste quando chegaste a esta capital."*. Vale anotar, pela acidez da crítica a procedimentos taxonômicos inconcludentes, uma *Observação* aposta pelo mestre à classificação dos *interrogativos*: *"Não é louvável o antigo processo de analisar nestas frases [quando], [onde], etc., por locuções de*

sentido equivalente (em que tempo, em que lugar, etc.). Não se deve tirar o que num idioma está e sempre estêve, sòmente para salvar teorias discutíveis). (1969, p. 97).

A *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário – Portugal 2007* traz a denominação *advérbio conectivo*, advérbio cuja função é estabelecer nexos entre frases *(O Pedro falou com a Maria. [Seguidamente], foi para casa.)*; ou constituintes da frase *(alguns alunos desta turma, [designadamente] o Pedro e o João, estão de parabéns.)*; como por exemplo relações de consequência *(O professor caiu. [Consequentemente], partiu uma perna.)*; de contraste *(Está frio. O João, [contudo], vestiu uns calções.)* ou ordenação*([Primeiro] batem-se os ovos com o açúcar, [seguidamente] deita-se o leite e a farinha, [finalmente] leva-se tudo ao forno.).* Tal como os advérbios de frase, os advérbios conectivos não são afetados pela negação frásica *(Hoje há greve de funcionários. A escola dos seus filhos não está fechada, contudo.).* A negação frásica não está negando o advérbio "contudo". (Henriques, 2009, p. 198)

Azeredo (2008), assim como fizera com o adjunto oracional, registra, no mesmo passo, a ocorrência do *adjunto conjuntivo*:

> Os adjuntos conjuntivos são utilizados como recurso de coesão textual. Estes sintagmas pressupõem alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto, em relação à qual a porção a que eles se unem expressa:
>
> a) uma conclusão, uma inferência, um resultado *(portanto, pois, por isso, por conseguinte, em conseqüência);*
>
> b) uma oposição ou ressalva *(ainda assim, apesar disso, contudo,,em compensação, entretanto, não obstante, na verdade, no entanto, porém, por outro lado, todavia);*
>
> c) uma retificação *(na verdade, ou melhor, [ou] por outra, pelo contrário, aliás);*
>
> d) uma confirmação *(com efeito, efetivamente, realmente, de fato);*
>
> e) uma paráfrase ou explicitação *(noutras palavras, isto é, a saber, quer[o] dizer, ou seja, em suma, enfim, por exemplo);*
>
> f) um acréscimo ou adição *(além do mais, além disso, igualmente, também, outrossim, inclusive).* (AZEREDO, 2008, p. 288)

Sintetizando, **Mario Pereira** assevera que o advérbio *"exprime, quer por si só, quer pela ligação que estabelece entre duas proposições, uma circunstância relacionada com um termo da frase, ou com o seu pensamento total"*. Esta circunstância, segundo ele, pode ser de: lugar *(aqui, ahi, ali, [...], algures, alhures, nenhures, perto longe, onde)*;tempo *(hoje, ontem, amanhã, [...], sempre, nunca, [...], entretanto)*;quantidade e grau *(muito, pouco, assaz, bastante, [...], quase sequer);* designação *(eis)*;modo *(bem, mal, assim, aliás, [...], sabiamente, e muitíssimos outros terminados em –mente)*; opinião *(de afirmação: sim,*

certamente; de negação: não, nada; de dúvida: talvez, acaso, quiçá). Cabe aqui registrar a inclusão de *nada* entre os advérbios de negação, sem uma explicação a respeito, uma vez que o vocábulo também está relacionado, no Capítulo X, do LIVRO SEGUNDO, entre os pronomes indefinidos substantivos.

A descrição dos elementos e termos principais da oração segue com o exame da preposição, *"uma palavra invariável que posta entre duas outras palavras de funcções differentes, indica a relação de complemento que a segunda tem com a primeira"*. Para esta definição, recorre o **autor** a Jeronymo Soares Barbosa:

> Preposição é uma parte conjuntiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem com a primeira. Assim, n'estas expressões; *venho do Porto, passo por Coimbra,* e *vou para Lisboa;* as tres preposições *de, por* e *para,* postas entre os verbos adjetivos, *venho, passo, vou,* e os nomes *Porto, Coimbra* e Lisboa mostram a relação de complementos em que estes estão para aquelles. (BARBOSA, 1875, p. 218)

Para detalhar as características da preposição, utiliza também o instrumental analítico de Barbosa, ao apontar o posicionamento intermédio da preposição, relativamente ao *antecedente e o consequente*, e o caráter sintático subordinativo da conexão estabelecida (a preposição, conforme definição inicial, é uma palavra de natureza conectiva), que resulta na formação de um complemento do termo antecedente, constituído pela preposição mais o termo conseqüente. Chama a atenção para o fato de que os pronomes pessoais assumem suas formas tônicas com a adjunção das preposições, na formação dos complementos de base pronominal. (p. 27)

A propósito dos pronomes, nas ditas formas tônicas, é reproduzida, em duas extensas notas de rodapé, uma polêmica entre Candido de Figueiredo e Heráclito Graça, envolvendo também Ruy Barbosa, sobre a normatividade de seu uso. O enfoque desta controvérsia, neste trabalho, fará parte das considerações relativas aos Livros Segundo e Quarto, ambos de teor predominantemente prescritivo.

São acentuadas, por fim, a natureza conectiva e subordinativa da preposição e o fato de que só o conjunto preposição mais consequente, e não a preposição por si, especifica as diversas relações semânticas estabelecidas: de lugar, de modo, de qualidade, etc. Acentua-se, também, que o antecedente e o conseqüente da preposição são sempre palavras de funções diversas e que o segundo termo é subordinado ao primeiro. (p, 28)

Ao encerrar o *Capitulo I*, o **autor** define a conjunção, demarcando a sua igualdade com a preposição - a natureza conectiva - e as distinções entre elas: a) a conjunção relaciona

palavras independentes e que exercem na frase a mesma função, palavras coordenadas; b) relaciona uma oração com outra. **Souza Lima** denomina *conjuncções*, inicialmente, apenas as que ele considera *essenciaes*: e, nem, mas, porém, pois, porque, se, senão. (p. 29-30)

Diferentemente, ainda, das preposições, que, por si, não evidenciam a relação entre os termos que articulam, as conjunções expressam a relação que há entre elas. Estas considerações iniciais serão retomadas por ele, no *Capitulo XIV, do LIVRO SEGUNDO*, em que examina as partes do discurso e suas funções. Eduardo Carlos Pereira (1930, p.153) e Said Ali (l969, p. 101), ao contrário do que **Souza Lima** estabelece, classificam as preposições, tal como os advérbios, de acordo com o sentido, não levando em conta a expressão semântica da estrutura do complemento (preposição mais conseqüente) atribuindo apenas à preposição a representatividade da circunstância (de lugar, de modo, de causa, de fim, etc.). No mais, os enfoques de suas gramáticas não apresentam diferenciações.

No que tange às conjunções, é de notar apenas a subjetivíssima análise que Eduardo Carlos faz da conexão efetuada por elas entre as palavras:

> Obs. – No ultimo exemplo [A fé *e* a caridade são virtudes.] a conjunção *e* parece ligar palavras [fé e caridade]; porém há realmente ahi duas orações, que são: [A fé é virtude *e* a caridade é virtude.]. Algumas phrases há, entretanto, que não se podem resolver em duas orações, p. ex.: [Tres *e* tres são seis; Pedro *e* Paulo são amigos.]. Nestas phrases a conjunção exerce a funcção de preposição, e equivale a *com*: [Tres *com* tres são seis; Pedro *com* Paulo são amigos.]. (PEREIRA, 1930, p. 153-154)

Preparando a descrição que vai prosseguir, de maneira progressiva, há uma reiteração de que verbo, substantivo, pronome pessoal, adjetivo, artigo, advérbio, preposição e conjunção são os principais elementos formadores da estrutura da oração, mas não são os únicos.

> *"Quando o verbo significa uma acção que se exercita em um objecto preexistente (ex.: derrubar um muro), ou produz um objecto que ainda não existia (ex.: construir um muro) denomina-se verbo transitivo.* (PEREIRA, 1930, p. 31)

Assim começa o *Capitulo II, Da predicação e das vozes do verbo*. A partir da noção de transitividade verbal, é introduzido o conceito de complemento direto, a palavra que representa o objeto mencionado na definição de verbo transitivo. Utilizadas as formas átonas se a representação do complemento for pronominal.

Na sequência, e para o contraste imediato, conceitua-se o verbo intransitivo como um processo ou estado desenvolvido por completo na esfera do sujeito *(dormir, estar, correr, etc.)*.

Souza Lima aponta a necessidade de observação do contexto e de consulta ao dicionário, para verificar a predicação verbal, uma vez que o uso efetivo do verbo é que deixa evidente a concepção do processo que ele representa, conforme Epiphanio Dias (1970), por ele citado:

> O ser transitivo um verbo depende do modo como a acção que elle significa é representada na imaginação (Ao passo que em port. se diz: "seguir alguem", o verbo allemão correspondente *folgen* construe-se com dativo.); conseguintemente sobre este ponto há de consultar-se o diccionario; aqui só tem cabimento algumas observações; (...) **b)** Verbos, aliás intransitivos, empregam-se transitivamente, tendo por compl. directo, um substantivo cognato ou de significação correspondente á do verbo *(v. g.: viver vida modesta).* **c)** Alguns verbos,originariamente intransitivos, tem significações em que se empregam como transitivos, v. g.: *Há muito já de andar terras estranhas.* (...) **e)** Alguns verbos transitivos empregam-se em certas significações intransitivamente: *E He certo que com estes dous simples sarou e tornou em si*. (DIAS, 1970, p. 42-43)

Caracterizado o verbo transitivo, **Mario Pereira** especifica os modos de apresentação da ação que o verbo significa, em relação ao sujeito, citando Jeronymo Soares Barbosa:

> Pois ou sujeito produz uma acção que outro recebe, e este modo de a exercitar se chama *voz ativa*, como: *amo a Deus*; ou o sujeito da oração recebe uma ação que outro produz, e é a *voz passiva*, como: *Deus é amado por mim;* ou enfim o sujeito que produz a acção a recebe também em si, e é a *voz media ou reflexa, como: eu me amo; tu te amas, elle se ama*. (BARBOSA, 1896, p.167)

A voz reflexiva pode expressar também a ação recíproca de dois ou mais sujeitos *(Como aves, que piando se respondem),* chamando-se o verbo de "*reflexivo recíproco"*.

Estruturalmente a voz passiva é construída com o verbo auxiliar ser mais o particípio passado do verbo transitivo e o agente da ação é representado pó um substantivo ou palavra equivalente precedido da preposição *por* ou *de*, constituindo o *"complemento de agente"*.
Existem diferenças doutrinárias substanciais entre a descrição ora apreciada e as desenvolvidas por Said Ali e Eduardo Carlos. A análise do primeiro contém uma denominação diversa para o complemento de agente, chamado ali de *"complemento de causa eficiente"* e não concebe a estruturação da voz passiva pronominal, incluindo a juntura de *"verbo transitivo mais se"* entre os casos de *"sujeito indefinido"*. O quadro descritivo, proposto pelo segundo, apresenta diferenças bem expressivas.

Uma delas refere-se à classificação dos verbos, quanto ao sujeito, em verbos *"activos, passivos, reflexos e neutros"*, formulação cuja impropriedade fora levantada já na

Grammatica Philosophica, por Jeronymo Soares Barbosa, cuja diretriz, conforme a citação anterior, foi adotada por **Mario Pereira**:

> É fácil distinguir os verbos intransitivos dos transitivos: porque aos primeiros nunca se póde ajuntar a pergunta *a quem*, ou *o que?* E os segundos não só a soffrem mas pedem-na. (...) Esta divisão do verbo adjectivo é mais conforme á razão grammatical, e usos de nossa Lingua, do que a vulgar adoptada sem maior exame das Grammaticas Latinas, que dividem o verbo adjetivo em *activo, passivo e neutro.* A Lingua Portugueza não tem verbos passivos para poderem entrar n'esta divisão: e onde não há verbos passivos não pode haver também verbos netros, que são os que não são nem activos nem passivos.O mais acertado é dar ao verbo transitivo tres *vozes*, ou maneiras, pelas quaes sua acção pode ser exercitada. (BARBOSA, 1896, p. 167)

A outra diferenciação diz respeito a um terceiro processo que Eduardo relaciona como recurso da língua, para indicar a *"passividade"*: a forma ativa do infinito, como complemento de certos adjetivos, exemplo: *"osso duro de roer"*. Este processo não é registrado nem por **Mario Pereira** nem por Said Ali.

Curiosamente este tipo de construção continua a merecer abordagens, mais de um século transcorrido, na tentativa de se elucidar o seu processo de estruturação. Pelo menos três obras, publicadas em tempos recentes, abrigam enfoques dirigidos a esta elucidação: "A Gramática Gerativa – Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa", de Mário A. Perini; "Moderna Gramática Portuguesa" de Evanildo Bechara e "Gramática Houaiss" de José Carlos Azeredo.

Mario Perini (1976),em uma análise de base gerativa transformacional, considera que a estrutura oracional *"este osso é duro de roer"* é derivada de *"roer este osso é duro"*, como resultado da transformação "alçamento de objeto" que tem o efeito de levar o objeto de O_2,*"este osso"*, [roer <u>este osso</u>],para a posição de sujeito de O_1[roer este osso é duro] e o de transportar o restante de O_2 para o final da estrutura, acrescentando a preposição *de*, [<u>este osso</u> é duro <u>de roer</u>].(p. 198-199)

Bechara (2006) faz a distinção entre *Voz Passiva* e *Passividade*, frisando que *voz* é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação *(Ele foi visitado pelos amigos; Alugam-se bicicletas)* e *passividade* é o fato de a pessoa receber a ação verbal, podendo traduzir-se também pela voz ativa, se o verbo tiver sentido passivo *(Os criminosos recebem o merecido castigo).*

Conclui, assim, não ser possível falar em voz passiva, relativamente a construções do tipo *"osso duro de roer"*, caso *roer* seja interpretado como *de ser roído* uma vez que se tem só a passividade, com verbo na voz ativa.

Azeredo (2008) assinala o valor passivo do infinitivo, nestes casos, quando trata dos seus empregos invariáveis: *"O infinitivo é invariável ((...) d) quando, precedido de preposição e com valor passivo, integra a significação de certos adjetivos: [Essas moedinhas são fáceis de perder]*. Estruturação semelhante, na base, à da ocorrência em tela. (p. 342)

Ainda quanto às diferenciações descritivas, ressalte-se mais um posicionamento avançado de **Souza Lima**, relativo à classificação do complemento dos verbos factivos e sensitivos, quando seguidos por infinitivo.

Para o autor, em orações como: [*vi-o chegar] e [não nos deixeis cair em tentação]*, há dois *complementos directos*, sendo o infinitivo um *complemento directo immediato* e o substantivo ou pronome, *complemento directo mediato*.

Esse posicionamento o distancia doutrinariamente de Eduardo Carlos que ressalva a excepcionalidade deste caso:

> Embora, em regra, o pronome só em caso reto possa funcionar como sujeito, contudo casos há em que o pronome obliquo representa o sujeito do infinitivo. Dá-se isso com os verbos *fazer, deixar,ver, ouvir, mandar* e synonimos destes, quando o sujeito do infinitivo se põe para com elles em relação complementar, exs.: *Fazei-os sentar; Deixae-os vir; Mandou-os o Senhor pregar*. (PEREIRA, 1930, p. 201)

Distanciamento que se verifica também em relação a Said Ali (p. 177), para quem não se flexiona o infinitivo dependente de *mandar, deixar ou fazer* quando, além destes verbos, se empregue um nome ou pronome que seja ao mesmo tempo <u>objeto do verbo regente</u> e <u>sujeito do verbo regido</u>: *O fumo faz fugir as abelhas*; *Não nos deixeis cair em tentação.*

A doutrina, a propósito deste fato lingüístico, evoluiu para concepção mais próxima da prenunciada por **Mario Pereira**, conforme pode ser constatado na análise de Bechara, que focaliza o infinitivo acompanhado de complementos:

> (...) 2) o verbo regente exprime percepção física e o infinitivo exerce o papel de predicativo do objeto direto: *Eu a vi sair de casa; Ouvimos a sineta chamar os alunos.* Aqui os verbos regentes que exprimem percepção física *(vi e ouvimos)* se acompanham do objeto direto *(a* e *a sineta)* que se acham modificados pelos infinitivos que exercem a função de seus predicativos *(sair e chamar)*. (...) Também verbos que exprimem atuação ou ordenação *(deixar, mandar, fazer)* apresentam amesma construção dos verbos de percepção física: *O policial fez calar o assaltante / O policial fê-lo calar; O professor mandou o aluno saltar / O professor mandou-o saltar.* Até aqui o infinitivo não se acompanha de objeto direto próprio, mas ele pode aparecer, como ocorre em: *O professor mandou o aluno fazer o exercício.* (BECHARA, 2006, p.530)

O mesmo se dá com o exame efetuado por Azeredo, em face dos verbos por ele denominados transitivos diretos e predicado:

> (.....)
> e) Deixar *o cachorro* fugir.
> f) Mandar *o garoto* comprar pão
> g) Escutar *o galo* cantar
> O sentido expresso na articulação desses dois complementos corresponde, de fato, ao da articulação entre o sujeito e o predicado de uma mesma oração (cf. *o cachorro fugiu; o garoto comprou pão; o galo cantou).* Daí chamar-e *predicativo*, e por referir-se ao objeto, *predicativo do objeto.* Em 'e', 'f' e 'g', o predicativo pode ser um infinitivo (...). Em 'e', 'f' e 'g', temos verbos transitivos causativos/factivos *(deixar, mandar)* ou sensitivo/factivo *(escutar)* ordinariamente seguidos de dois complementos. (AZEREDO, 2008, p. 219)

Dando sequência à descrição dos complementos, **Souza Lima** relaciona os *complementos indiretos*, os *complementos diretos preposicionados*, os *complementos restritivos,* os *complementos terminativos* e os *complementos circunstanciais*.

O *complemento indireto* é definido, nos seguintes termos: *"Pode a acção verbal significada pelo verbo realizar-se em beneficio ou em prejuízo de uma pessoa ou coisa, que se designa geralmente na phrase por um substantivo (ou equivalente) precedido da preposição* a*: Não dou* a *V. Exª o parabem da promoção..."*. (p. 36)

A propósito do *complemento indireto* (p. 37), cita Epiphanio Dias, para justificar a ocorrência do que denomina *complemento indirecto de participação*:

> No estilo familiar, a lingua portuguesa junta muitas vezes ao verbo um pronome pessoal na forma de complemento indirecto, nas expressões de admiração ou de censura, nas recommendações e instancias, e nas interrogações acerca de alguém, para significar que a pessoa designada pelo pronome pessoal tem interesse na ação: *Por que não* me *estudas? Não* me *saia daqui"*. (DIAS, 1876, p.131)

Andrés Bello (1984) chama este caso de *dativo supérfluo*, que *"Nasce de la propriedad que tiene el dativo castellano de significar posesión [com este nombre NE contento, sin que* me *le pongan um don encima"* (p. 286). E Bechara (2006) denomina-o *dativo de interesse*.(p. 424)

Mario Pereira assinala também o uso, restrito ao literário, do pronome reflexo como *complemento indirecto*:*"Chamado á mesa, fazia um estendal de textos bíblicos, dava*-se *umas refulgências de Moysés no Horeb"* (p. 38), apoiando-se novamente em análise de Epiphanio Dias:

> O emprego dos verbos transitivos na conjug. Reflexa, sendo o pron. Reflexo compl. Indirecto, pertence quase exclusivamente á lingoagem litteraria; *os muytos annos que* se *prometia se vida...pergunte*-se *cada hum a si mesmo, quantos annos tem*. (DIAS, 1876, p. 106)

Relaciona, entre os casos de *objeto direto preposicionado*, aqueles em que o uso da preposição *a* é obrigatório: com as formas tônicas dos pronomes pessoais, com a expressão de reciprocidade um ao outro, com o vocábulo quem referido a um antecedente expresso e para evitar ambigüidade. (p. 40-41)

Define o *vocativo*, por sua funcionalidade discursiva *"... um substantivo proprio ou expressão equivalente com a qual se designa a segunda pessoa chamando-lhe a attenção: [Senhores Juizes do Supremo Tribunal, de toda a altura de vossa justiça...]* e o *apposto* por suas características sintáticas e semânticas : *"Intitula-se apposto um substantivo ou expressão equivalente, que se une a outro substantivo denominado fundamental, com o fim de individualizá-lo ou de caracterizar melhor a pessoa ou coisa designada por elle"*. (p. 42)

Detalhando a descrição, afirma que o *apposto*, da mesma forma que o adjetivo, pode ser *restrictivo* ou *explicativo*: *"Assim, em [homem enguia], o apposto enguia restringe o significado de homem e, em [Rio de Janeiro, capital do Brasil], o apposto capital do Brasil explica ou desenvolve o conceito já anunciado pela designação substantiva Rio de Janeiro..."*

Aprofunda a explicação, ao mostrar que a *apposição* é caracterizada pelo fato de os dois substantivos significarem o mesmo objeto, o primeiro muitas vezes a designação genérica, e o segundo a sua denominação específica, como nos exemplos do parágrafo anterior, ou designando, o primeiro, a categoria a que pertence o segundo: *[o rio Tejo, minha irmã Beatriz]*. Registra, por fim, que o *apposto* pode referir-se ao sentido total de uma oração: *"Li a carta de V. Sª e a copia da que vai para o secretario,* uso *que me tem admirado"*. (p. 43-44)

Trata, a seguir, do *complemento restrictivo* e do *complemento terminativo*. O *complemento restrictivo "é um substantivo (ou equivalente) que ligado a outro pela preposição* de, *designando cada um delles um objecto differente, encerra uma idéia de qualidade, de attribuição ou de posse. Exemplo*s: *amor de mãe, dona de casa, livro de Pedro"*. Faz ainda a distinção entre o *complemento restrictivo* e o *complemento appositivo*, comparando as designações *cidade de Roma* e *cidade de São Paulo*, nas quais a primeira contém dois substantivos que expressam um mesmo conceito *(Roma é verdadeiramente a cidade e a cidade é exactamente Roma)* e, na segunda, cada termo traduz o seu conceito próprio *(São Paulo dá seu nome a uma cidade mas não é elle mesmo a cidade)*. Na primeira há um *complemento appositivo* e, na segunda, um *complemento restrictivo*. (p. 45)

O *complemento terminativo é uma palavra que, ligada a um substantivo commum, a um adjecttivo qualificativo ou a um verbo transitivo ou intransitivo, por meio de uma das preposições* a, com, de, em, por, sobre, serve para:

> 1º) substituir, em certos casos, o complemento directo do verbo transitivo: *[cumprir com o dever, largar da pena];*
> 2º) indicar uma circumstancia necessária do verbo intransitivo: *[annuiram á proposta, deparei com um collega];*
> 3º) designar o objeto de uma idéa, de uma volição ou de um sentimento representado pela palavra antecedente: *[idéa de justiça, propenso á luta, medo do castigo]*. (LIMA, 1937, p. 46)

Adverte o leitor de que a classificação do complemento deve levar em consideração a expressão total do mesmo, como em *amor de Deus*, que pode significar o amor de Deus a suas criaturas (*de Deus*, um *complemento restrictivo*) ou o amor que estas lhe têm (*de Deus*, um *complemento terminativo*).

Para encerrar a série dos complementos, focaliza o *complemento circumstancial*, afirmando ser ele, com ou sem preposição aquele que acrescenta ao sentido de outra palavra uma circunstância acessória. *"Exemplos: bondoso em extremo, severo no cumprimento do dever, vive honradamente, irei depois"*. Enumera em seguida as diversas circunstâncias: tempo, negação, modo lugar, fim, etc.

Antes de serem explicitadas as diferenças entre as considerações de **Souza Lima** e as de Eduardo Carlos Pereira e Said Ali, é necessário assinalar a distinção estrutural básica entre as abordagens dos dois últimos gramáticos.

Enquanto a abordagem de Said Ali prima pela síntese, motivada, primordialmente, pela preocupação didática, a de Eduardo Pereira envereda por um preciosismo detalhista que, de certo, deve ter criado obstáculos para o acesso dos estudantes aos conteúdos gramaticais.

Said Ali, através de conceitos sinteticamente formulados, prenunciando a terminologia da NGB, reúne, no grupo dos *Têrmos Integrantes*, o *objeto direto*, o *complemento objetivo*, o *complemento terminativo* e o *complemento indireto*, cujas definições já tinham sido apresentadas no estudo das diversas espécies de verbos, dentro do capítulo de sua *Gramática Secundária* referente à Lexeologia. Em outro agrupamento, *Têrmos Acessórios*, lista os *determinantes ou adjuntos atributivos*, os *determinantes ou adjuntos adverbiais*, os *apostos* e o *anexo predicativo*.

Observe-se que ademais da diferença terminológica, a conceituação de Said Ali difere da de **Mario Pereira,** no que tange ao agrupamento das funções sintáticas (Termos Integrantes e Acessórios) e na incorporação, por aquele, dos conceitos de determinante, adjunto e anexo, tratados por **este** como attributos.

O preciosismo detalhista de Eduardo Carlos leva-o ao estabelecimento de especificações excessivamente minuciosas, em alguns casos redundantes, relativas às funções exercidas pelos constituintes oracionais. Vale registrar exemplos deste preciosismo:

> O sujeito está em *relação subjectiva* para com o predicado, o predicado em *relação predicativa* para com o sujeito, o complemento em *relação complementar* com a palavra cujo sentido elle modifica. (...) A RELAÇÃO COMPLEMENTAR desdobra-se em *quatro* RELAÇÕES: *objetiva*, com o verbo TRANSITIVO *[Vi luctas de bravos]* ; *terminativa*, com a palavra de significação RELATIVA *[Obedeço ás ordens; obediência á lei]*;*attributiva*, do adjetivo ou seu equivalente com o SUBSTANTIVO ou PRONOME *[Em larga roda de novéis guerreiros ledo caminha o festival Tymbira, a quem do sacrifício cabe a honra]*; *adverbial*, a do ADVÉRBIO ou seu equivalente para com o ADJETIVO, VERBO ou ADVERBIO *[Por casos de guerra cahi prisioneiro nas mãos dos Tymbiras; Fallou muito bem]*.(...) Substituindo-se a *relação complementar* pelos quatro equivalentes vemos que todas as palavras de uma phrase podem achar-se nas sete seguintes RELAÇÕES: *subjectiva, predicativa, objectiva, terminativa, attributiva, adverbial, conectiva ou ligativa.* (PEREIRA, 1930, p. 200)

Em que pese o preciosismo presente na *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, este capítulo traz, em seu parágrafo 406, uma pioneira distinção, em trabalhos gramaticais brasileiros, a distinção entre *adjuncto* e *complemento*, outro diferencial em relação à obra de **Souza Lima**:

> Obs. – O termo *adjuncto* é de moderna importação, porém vae-se generalizando o seu uso; vem do particípio irregular do verbo *jungir = jungir a*. Traz a idéa da palavra que se prende a outra, como os adjectivos e advérbios, para lhes modificar o sentido. É mais applicado ás funcções attributivas e adverbiaes. – Complemento ou *regimen* são expressões mais antigas e applicam-se mais commummente ao objecto e ás expressões ligadas por preposição. (PEREIRA, 1930, p.208)

Souza Lima encerra o *Capitulo II* apresentando o seu conceito de sintaxe, diverso dos apresentados nas duas obras cotejadas e mais adequado aos ditames já presentes nos estudos linguísticos de então, pois está fundamentada nas relações combinatórias entre os constituintes do enunciado, nos seus diferentes níveis de ocorrência: *"A parte da **Grammatica** que estuda o emprego e a combinação das palavras como termos de oração, as varias espécies de orações e a ligação dellas entre si, denomina-se **Syntaxe**.* (p. 50)

A definição expendida por Eduardo Carlos padece ainda de vinculação com a teoria da *gramática filosófica*: *"O estudo das palavras como expressão das idéas foi objecto da primeira parte da Grammatica, chamada Lexeologia; o estudo das palavras combinadas para a expressão do pensamento é o objeto desta segunda parte, denominada **Syntaxe**"* (op. cit., p. 195); conforme pode ser visto no seguinte excerto de Soares Barbosa (1875):

> Syntaxe quer dizer *coordenação*; e chama-se assim esta parte da Grammatica, que das palavras separadas ensina a formar e compor ima oração, ordenando-as segundo as relações, ou de conveniência ou de determinação em que suas idéas estão umas para as outras.
> Os grammaticos, traduzindo com mais liberdade a palavra grega syntaxis, lhe dão o nome de *construcção*. Mas esta palavra tem mais extensão que a da syntase. A syntase é uma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das coisas que ellas significam, e a construcção uma ordem local auctorisada pelo uso nas línguas. (PEREIRA, 1930, p. 254)

Said Ali conceitua a sintaxe nos termos da gramática histórico-comparativa, que a apartava da lexeologia, embora ele já intuísse a impropriedade desta segmentação, de acordo com suas reflexões, no término das considerações efetuadas no tópico GRAMÁTICA E SUA DIVISÃO, logo após o Prólogo da *Gramática Secundária*:

> A SINTAXE considera a oração ou proposição como um todo, e as palavras que a constituem como têrmos essenciais ou secundários da proposição. O que em lexeologia e análise léxica é substantivo, como termo de oração é *sujeito* ou *objeto*; o que lá se classifica como verbo, por denotar ação ou estado, na oração faz papel de predicado e chama-se *predicado*; o que num caso se denomina adjetivo, no outro, atendendo à função oracional, é ou *atributo* ou *predicado.*
> Não obstante esta palpável diferença entre a lexeologia e a sintaxe, contudo vários fatos gramaticais cuja classificação é litigiosa, reinando dúvidas entre as maiores sumidades da lingüística sobre se devem vir compreendidos no estudo dos vocábulos ou lexeologia, ou se devem fazer parte da sintaxe. (ALI, 1969, p. 16)

Mario Pereira, no *Capitulo III*, trata das *orações analyticas*, conceituando os seus dois termos: o sujeito e o predicado. As definições elaboradas pelo autor mostram-se muito mais consistentes do que as formuladas nas duas outras gramáticas:

> Entre os dois termos da oração analytica – *sujeito* e *predicado*, ha uma correspondência estreita. Por um lado o predicado domina a oração, imprimindo-lhe unidade e communicando-lhe a sua própria natureza; mas, por outro, tem de acompanhar quase sempre o sujeito em suas variações de numero e pessoa. (...) É o que se exprime, dizendo que o verbo comcorda com o sujeito em numero e pessoa. (LIMA, 1937, p. 50)

Essas definições morfossintáticas, que consideram, de modo simultâneo, o caráter nuclear do *predicado* (essencialmente o *verbo)* e a sua submissão flexional ao sujeito afastam-se sobremaneira da circularidade que reveste as definições de Eduardo Carlos "*Sujeito é o membro da proposição do qual se declara alguma coisa. (...) Predicado é o membro da proposição que exprime a coisa declarada do sujeito"*.(op. cit., p. 205-204)e de Said Ali: *"SUJEITO denota o ser a propósito do qual se declara alguma coisa. PREDICADO é aquilo que se declara do sujeito."* (op. cit., p. 125-126)

Antes de mostrar a tipologia do *predicado*, **o autor** faz algumas indicações de ordem estilística relativas aos empregos dos termos da *oração analytica*, todas elas com implicações na expressividade discursiva, na análise das funções destes termos ou nos processos de combinação entre eles, como os casos de: 1. silepse de pessoa, 2. hipérbato, 3. elipse e 4. pleonasmo:

> 1. Os substantivos, que geralmente figuram no discurso como terceira pessoa, podem relacionar-se com a primeira e a segunda: [*Paes*,que, fechados no tumulo, me *symbolizaes* a mocidade esvanecida; *mulher* e *irmã*, que commigo *vos feris* desbravando as urzes da adversidade*; filhos* sobre quem peço que revertam todas as venturas a que eu tenha direito, *acceitae* a homenagem deste livro escripto em horas de tristeza...]
>
> 2. È muito da índole do nosso idioma antepor o verbo ao sujeito (...) A mesma tendência se manifesta em relação ao verbo e outros termos da oração que geralmente vêm depois dele: [*Bravos inimigos são os homens, da idade em que nasceram.*] (...) Chama-se a esta ordem *construcção inversa*, pois *construcção direta* é aquela em que se enfileiram sujeito, predicado e complemento.
>
> 3. Muitas vezes omitte-se em uma oração uma ou mais palavras que se podem facilmente subentender, ex: [Eu o conheço, e (eu o) estimo] (...)Quando a flexão do verbo determina inequivocamente a pessoa do sujeito do sujeito, este se omitte, se é pronome; a não ser que haja emphase ou opposição entre duas pessoas e seus verbos: [Senhor, *eu* não sei o que peço; o que mais convém á minha salvação só *vós* o sabeis, *vós* o encaminhae, *vós* o disponde, *vós* o resolvei.]
>
> 4. Outras vezes, repete-se um elemento da oração, com o intuito de dar, com essa redundância, maior clareza, graça ou energia á phrase: [*Vi com os meus olhos; o doente levantou-se e caminhou com os seus pés.*] (LIMA, 1937, p. 51-54)

A inserção das apreciações estilísticas, no espaço da descrição sintática, é um procedimento distinto do que habitualmente se dava e continua a se dar, uma vez que este tipo de apreciação fica reservado aos capítulos especificamente destinados ao estudo da estilística.

Retomada a descrição dos termos da *oração analytica*, faz-se a distinção entre o *predicado nominal* e o *predicado verbal*: *"Nas orações em que entra o verbo Ser ao lado de um adjetivo, de um substantivo ou de uma palavra equivalente, este adjetivo é que é o verdadeiro predicado. (...) predicado nominal, em contraposição ao predicado verbal constituído pelos verbos predicativos"*. (LIMA, 1937, p. 55)

Neste tópico, **Souza Lima** afirma que o principal papel do verbo de ligação é indicar o tempo: presente, passado ou futuro. Esta percepção prenuncia, entre outras, descrição futura, derivada da versão transformacional da gramática gerativa, transcrita em NUNES ; LEITE (1975), livro didático integrante de uma coleção destinada ao ensino de Comunicação e Expressão, nas quatro últimas séries do então Primeiro Grau: *"c) no terceiro cartaz, o que se declara [Somos revendedores de artigos estrangeiros], isto é, o predicado, aparece com um*

verbo que só serve para indicar tempo: é o portatempo. *O significado próprio passa para o nome. É portanto, uma oração de predicado nominal."* (LIMA, 1937,p. 109)

Definidos, por contraste, o predicado verbal, em cujo verbo reside toda a significação predicativa e o predicado nominal, que tem no verbo um puro nexo oracional, **ele** aponta a existência de uma terceira espécie de predicado, o *verbo-nominal*, que participa da natureza de ambos e pode ser construído com:

> a) Com certos verbos intransitivos , como *estar, parecer, ficar, andar, permanecer, sahir, continuar, etc. Exs: [ficou velho; anda doente; sahiu approvado]*
> b) *Com certos verbos transitivo activos ou passivos, como fazer, tornar, crear, instituir, nomear, eleger, chamar, proclamar, crer, suppor considerar, etc. Exs.: [o sofrimento torna os homens mais humanos; elle foi nomeado lente; nós o consideramos nosso chefe].*
> *As palavras velho, doente, approvado, humanos, lente, chefe chamam-se nestas phrases* attributos predicativos. (LIMA, 1937, p. 57)

Quando ocorre depois de um verbo intransitivo ou passivo, o *attributo predicativo* se refere ao sujeito (letra *a*). Pode também referir-se ao objeto direto (letra *b*).

Finalizando o *Capitulo III*, **o autor** enfoca o *attributo circunstancial*, ou seja, denominação destinada: *"Ao adjectivo ou palavra equivalente que, além de relacionar-se com o substantivo, exprime uma circunstancia da acção do verbo, ou um modo de ser do sujeito ou do complemento directo quando esta ação se realiza: [o dia amanheceu quente; encontrei-o pensativo; tinha as mãos frias"*. (LIMA, 1937, p. 60)

Aqui, também, ficam demarcadas as distinções entre a abordagem de **Mario Pereira** e as dos dois outros gramáticos, pois que, no espaço da sintaxe, seus enfoques mantêm as mesmas características, enquanto a abordagem de Said Ali prima pela síntese motivada, primordialmente, pela preocupação didática, a de Eduardo Pereira envereda por um preciosismo detalhista que, de certo, deve ter criado obstáculos para o acesso dos estudantes aos conteúdos gramaticais.

O primeiro gramático reconhece apenas, além da *oração sem sujeito [Chove; Troveja]*, duas espécies de *sujeito: DEFINIDO [As férias começaram; Êle cairá]; INDEFINIDOS, o que indica ente humano que não podemos ou não queremos especificar[Assassinaram o ministro; Alguém está batendo]*. Em relação ao *predicado*, faz a descrição de suas estruturas possíveis: *"É expresso por um verbo nocional ou por um adjetivo combinado com algum dos verbos ser, estar, parecer, ficar, tornar-se";* mas não as classifica. Note-se que é incluída, nos casos de oração sem sujeito, a ocorrência do pronome indefinido

substantivo no exercício da função de sujeito, ignorando-se o critério morfossintático no estabelecimento da terminologia. (ALI, 1969, p.126)

Eduardo Carlos Pereira, o segundo gramático aqui citado, mantém-se na perspectiva do detalhamento excessivamente minucioso. Para ele o sujeito pode ser: *expresso, oculto, determinado, indeterminado, simples, composto, complexo, incomplexo, grammatical, logico ou total, agente, paciente, agente e paciente* e o predicado: *grammatical, nominal, verbal, adverbial, indireto, complexo, incomplexo e total*. (PEREIRA, 1930, p. 202 -206)

No *Capitulo IV*, **Mario Pereira** trata das *orações syntheticas* cujo pressuposto, segundo o autor, é enunciar simplesmente a realização de um acontecimento. Denomina-as também *impessoaes*, tendo em vista que, em suas estruturas, não se dá a determinação do sujeito.

Essas *orações syntheticas* podem ser constituídas de sete maneiras diferentes:

> 1º) Pelo verbo *ser* em sentido absoluto ou usado como verbo de ligação com predicado nominal: *[Foi pelo mês de Outubro. Era uma noite de Abril.]*
> 2º) Pelos verbos *unipessoaes*: *[Chove.]*
> 3º) Pelo verbo *haver* em expressões como *[houve festas]*
> 4º) Pelo verbo *fazer* em phrases como *[faz frio; faz dez annos que elle morreu]*
> 5º) Pelos verbos dar, pesar, em construcções como *[não se me dá; pesa-me muito de o ter contrariado]*
> 6º) Pela 3ª pessoa do plural dos verbos: *[mataram o rei; batem á porta]*
> 7º) Pela conjugação reflexa na 3ª pessoa do singular dos verbos intransitivos ou intransitivados: *[fala-se de política; dansou-se muito ontem]*. (LIMA, 1937, p. 63-64)

A construção reflexa, verbo intransitivo mais o pronome reflexivo *se*, por ter pedido o seu valor específico, exprime apenas a ação em termos impessoais, sem referência a sujeito determinado: *[Ama-se: vive-se, abre a vida em flores;]*; com verbo transitivo mais *se* a oração é analítica, tem sujeito determinado e significação passiva, mas em geral não traz indicação do agente: *[Os fossos transpuzeram-se apesar da profundeza das águas.]*. *Excepcionalmente indica-se o agente da ação sob a forma de complemento da voz passiva: [... está nos prêmios que hoje se distribuem, por juízes incorruptíveis...]*.

Coerentes com suas respectivas doutrinas gramaticais, Said Ali e Eduardo Carlos Pereira focam este conteúdo na parte de Lexeologia de suas gramáticas, com as diferenças que estão assinaladas, no corpo deste trabalho, na análise do tratamento dado às vozes verbais pelos dois autores **(3.4** Livro Terceiro – 3.4.1. Da constituição e variações das palavras).

Com a focalização dos equivalentes da oração, *Capitulo V*, dá-se o encerramento do *Livro Primeiro*, em que são levados em consideração os modos gerais da expressão do pensamento.

Souza Lima inicia o reconhecimento das equivalências, com o exame das *interjeições*, a propósito das quais elabora conceituação que atenta para aspectos referentes às funções da linguagem, á discursividade e ao papel da entonação no estabelecimento das diferentes significações possíveis de ser por elas veiculadas:

> As *Interjeições*, palavras que significam sentimentos, valem por si sós por uma oração inteira. São elementos affectivos da linguagem, lançados por entre as partes do discurso para traduzir um emoção subita e espontânea. São uma linguagem variável em sua significação, intimamente ligada ás entonações que as acompanham. (LIMA, 1937, p. 66)

Caracteriza as interjeições quanto à origem: primitivas [ai! oh! ih! ui!]; imitativas ou onomatopaicas [hum!]; palavras interjectivas [alto! viva! Nossa Senhora! também!], que são palavras já existentes no vocabulario da lingua e desviadas do seu significado normal para traduzir uma proposição synthetica. (p. 67-68), desvio que, modernamente, se denomina gramaticalização, o que demonstra a acuidade intuitiva do autor relativamente à percepção de processos constitutivos da evolução do idioma.

A caracterização das mesmas abrange também a sua constituição: simples *[oh! avante!]*e composta: *[ora bolas! aqui d'el rei!]*e o sentimento que geralmente exprimem: alegria*[ah! olará!]*, desejo*[oxalá! tomara!]*, dor*[ai! ui!]*, espanto*[oh! sim senhor!]*, animação*[avante! bravo!]*, chamamento*[olá! psiu!]*, silencio*[psiu! bico calado!]*, impaciência*[arre! irra!]*, zombaria*[fora! chi!]*, temor *[Jesus! Nossa Senhora!]*, advertência *[cuidado! alto lá!]*, contrariedade *[E agora! mau!]*, incredulidade *[qual! pois sim!]*, affirmação *[que duvida! pois não!]*.

Além das interjeições, o **autor** relaciona, como equivalentes das *orações syntheticas, indicações, descripções e diálogos*. As *indicações* se fazem presentes: "*Nas datas, nos annuncios de tabuletas ou de jornaes, nos catálogos, endereços, títulos de livros ou de capitulos, basta uma simples palavra ou grupo de palavras para traduzir o pensamento completo: [São Paulo, 15 de novembro.]; [Terrenos à venda][O Guarany]*. (LIMA, 1937, p. 70)

As *descrições animadas* e os *diálogos*, conforme explica o autor envolvem as situações, os personagens, os ditos dos interlocutores em linguagem rápida e viva,

recorrentemente sem a configuração lógica das proposições que apresentam estruturações regulares, de acordo com a tipologia gramaticalmente definida.

> Nellas predomina o elemento subjectivo e sentimental da linguagem, e o que esta por ventura perde em precisão e rigor grammatical, lucra-o em vivacidade e colorido.
>
> *"Quando é de tarde carro na porta: parelha de cavallos brancos, fogosos: Pedro na boléia, direitinho, chapéu de lado, só tenteando as rédeas...Gente toda na janela perguntando;'Quem é? Quem é?' D. Carlotinha!...Bonito carro! Cocheiro bom!..."* (ALENCAR, 1864, p. 23-24)
>
> *"- Vae casar com uma viúva.*
> *- Velha?*
> *- Vinte e sete annos.*
> *- Bonita?*
> *- Não, nem feia; assim, assim."*
> (ASSIS, 1896, p.28)

Observe-se que a acuidade intuitiva de **Mario Pereira de Souza Lima**, mais uma vez, faz com que seja capaz de pressentir a importância dos fatores extralingüísticos na constituição dos efeitos de sentido dos enunciados, pressuposição de que os mesmos não são determinados somente pelo conteúdo proposicional.

3.3 Livro Segundo

3.3.1 Das partes do discurso e suas funções

O **autor** inicia os estudos com o tópico que denomina *"Generalidades"*, em que assinala as duas decorrências das relações entre as palavras: a primeira é a possibilidade de união das palavras na frase e a segunda, a separação das mesmas em diversos grupos ou categorias, chamadas *partes da oração* ou *partes do discurso.* Assim, os nomes substantivos e os verbos, as palavras fundamentais e irredutíveis umas às outras e, além destes, os nomes adjetivos, os nomes numerais, os artigos, os pronomes, os advérbios, as preposições e as conjunções. Colocadas em separado as interjeições, uma vez que, como já demonstrado, não são partes, mas equivalentes da oração.

Nos quatorze capítulos deste livro, são elencadas as propriedades semânticas e sintáticas das classes de palavras, por intermédio de uma descrição exaustiva e fundamentada, que traz à luz apreciações esclarecedoras, relativas ao sentido e à funcionalidade dos vocábulos, quando em relação com os outros, na estruturação das proposições, explicando de modo consistente a tipologia estabelecida para cada grupo, a partir das categorizações provindas da tradição gramatical, com os reparos do autor. A abordagem detalhada dos aspectos morfológicos será efetuada, de modo associado à funcionalidade sintática e aos traços semânticos, no corpo do *Livro Terceiro* da *Grammatica Expositiva*.

O *Capitulo I – Do nome substantivo* – enfoca as subclassificações do substantivo, apresentando um detalhamento inusitado, para a caracterização do substantivo próprio, que assim se constitui:

> O estudo dos nomes próprios decompõe-se em três disciplinas secundárias.
>
> 1º Estudo de nomes de lugares, rio, lagos (Toponimia). Na geographia brasileira taes nomes são muitas vezes de origem tupy, ex.: *Pirahy, rio do peixe; Jacarepagua, baixada da lagoa dos jacarés*.
> 2º Estudo dos nomes de pessoas (Anthroponimia). A locução substantiva propria, também chamada nome em sentido lato, "verbi gratia", *Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo*, decompõe-se em:
> a) Nome proprio de baptismo ou de pia...*Joaquim.*
> b) Segundo nome...*Aurélio*.
> c) Nomes de família...*Barreto, Nabuco , Araújo.*
> 3º Estudo de vários outros nomes, de astros, ventos, animaes, seres sobrenaturaes, navios, objectos (Pantonimia):*"A Historia conta de um cavallo famoso – Bucephalo, e na Litteratura celebra-se outro – Rocinante..."*

Prenome honorífico é o título que se antepõe ao nome próprio: *Conselheiro Lafayete, Dom Duarte, Madre Francisca*.

Nomes atualmente usados domo outros quaisquer de família, eram antigamente *patronymicos*, isto é, indicavam filiação pelo nome do pai, por exemplo: *Alvares, filho de Álvaro; Paes, filho de Paio.*

São nomes familiares ou *hypocoristicos* os que comumente se chamam apelidos: *Zezé, Tonico, Lili. Lulu, Mimi, Zizinha.*

> *Não há, neste capitulo de nomes próprios, uma terminologia uniforme entre os lexicographos, como também a não há entre os legisladores. "Sob o vocábulo appellidos", diz Ruy Barbosa, (Parecer sobre a Redação do Projecto do Codigo Civil, pg. 140) "se indicam os sobrenomes, cognomes, agnomes, isto é, nomes, de família ou não, que se pospõem ao nome baptismal do individuo. Mas o que o appellido particularmente significa, é o nome de família". E Ruy invoca as seguintes definições: "Appellido designa principalmente o nome de familia" (AD. COELHO, Dicc. Etym. P.133). Appellido. No sentido moderno significa o sobrenome das pessoas, segundo as suas differentes família" (DOMINGOS VIEIRA; Dicc. v. I, pg.300). "Sobrenome. O nome de casa e família, acrescentado ao nome de baptismo, ou ao nome próprio, V. g. Pedro Viegas, João Rebello. Pedro é o nome próprio e Viegas o sobrenome. João é o nome próprio, Rebello o sobrenome". (BLUTEAU, Vocab. V. VII, p.676). "O prenome é o que antecede o nome próprio; o cognome é o que se lhe segue; o agnome é o que ultimamente se accrescenta, como se pode ver (trazendo por exemplo os appellidos de hoje) em Dom Pedro de Castro e Saavedra onde o nome próprio é Pedro, o Dom o prenome,Castro o cognome, Saavedra o agnome". (BLUTEAU, v.I, pg. 170).*
> *O uso legal e vulgar do Brasil foi amplamente estudado no interessante trabalho do dr. MARIO GUIMARÃES FERNANDES PINHEIRO, publicado sob o título de "O Nome Civil" na revista "Ciencia do Direito", Rio de Janeiro, anno I tomo I, pg. 149-187. "O nome completo", diz o autor, "nome por inteiro, nome por extenso, que alguns grammaticos chamam expressão personativa, compõe-se do prenome, em cuja composição entra o sobrenome (2º nome proprio, ex. João Carlos), e do nome de família, nome patronymico, appellido (dec. 9.886 de 1888) ou simplesmente nome (dec. 18.452 de 1928)". Entre nós, sobrenome significa nome de família. Alcunha é, no Brasil, designação jocosa ou insultuosa, constituindo o chamado vulgo: João, por alcunha, alcunhado ou vulgo o Fecha-tempo. No sentido elogioso usa-se o cognome: Isabel, por cognome ou cognominada a Redemptora. Nos demais casos emprega-se impropriamente a expressão appellido, também designativa do nome hypocoristico e do cognome.*

Para a designação vaga de uma pessoa emprega-se *Fulano, Fulana, Sicrano, Sicrana, Beltrano, Beltrana. "Dom Fulano (diz a piedade bem intencionada) é um fidalgo pobre, dê-se-lhe um bom governo.*

O substantivo comum designa uma pessoa ou coisa determinada, cumpre juntar palavra que o individualize: *"Era sereno o seu rosto. De um lado a cólera do povo; do outro os mandados del-rei."* É composto o substantivo formado de mais de uma palavra: *couve-flor. Maria-vae-com-as-outras.* È coletivo o substantivo que indica coleção ou pluralidade de seres na forma de singular: *povo, exercito, multidão.* O coletivo *gente* usa-se também na linguagem familiar, para: a) designar qualquer pessoa do grupo a que pertence aquela que fala: *Ai! Há muita criada,/E muita casa boa, e muito amo também/Com saúde, e que trate a gente muito bem.* b) para substituir o pronome da primeira pessoa: *"- Eu creio que o senhor chamou: pois não chamou?/- Té toquei a rebate, alimária./- É que a gente/Estava no quintal."*

Citando João Ribeiro, **Souza Lima** avalia o uso dos coletivos:

> *"É de certo uma das difficuldades da língua usá-la com a propriedade das expressões vernáculas; uma categoria numerosa de lpalavras próprias é a desses collectivos: cardume que se diz de peixes, de insetos , de embarcações pequenas; cáfila de camelos e de negociantes do deserto; corja (originariamente – vinte) de seda, de fazendas, de vadios" (...) "Ainda mais difficil é com acerto empregar e usar os termos proprio que variam com a idade dos animais: tal é baleato, que pé cria de peito da baleia. Os outros mammíferos têm muitas vezes nomes especiaes quando ainda pequenos: borregos são os carneiros até um anno; cachorros são em geral os filhos pequenos de quadrúpedes bravios".* (RIBEIRO, 1935, p. 151)

O substantivo que exprime como independente um qualidade que só existe unida a um ser: *inteligência, belleza, riqueza,* chama-se substantivo abstrato. Pelo contrario, diz-se concreto o que nomeia um ser subsistente por si mesmo na realidade ou na imaginação: *mundo, casa, sereia, sacy*.

O *senhor, a senhora, vossa senhoria, vossa excelência* designam no discurso a pessoa com quem se fala; *sua senhoria, sua excelência,* a pessoa de quem se fala: *"Penhora-me em extremo o cavalheirismo da carta de V. Exa." (...) "... um artigo que obrigasse SS. Exas. a interromperem as suas lucubrações legislativas..."*.

Qualquer palavra, expressão ou frase pode substantivar-se: *"Ouve-se o rir alegre, o altercar, o tinir argentino das taças." (...) "Vêdes vós todo aquelle bulir, vêdes todo aquelle andar, vêdes aquelle concorrer às praças e cruzar as ruas..."*.

O *Capitulo II – Dos adjetivos qualificativos* -trata dos adjetivos qualificativos explicativos, cujo papel é desenvolver uma nota essencial ao substantivo. São expressivos estilisticamente, já que servem para realçar o significado do substantivo. O qualificativo, quando empregado no lugar de um substantivo abstrato, serve igualmente para realçar a sua qualidade: *o maravilhoso da luta, o grandioso do quadro*.

Na designação de cor, sendo ela expressa por um adjetivo, liga-se este ao substantivo, ou imediatamente ou por intermédio da preposição de, ficando então substantivado: *"Cabellos de negro azul, que é a summa perfeição dos cabellos pretos"*. Sendo a cor expressa por um substantivo, ou se empregam antes dele as expressões cor de , de cor de, ou se liga o substantivo determinante ao determinado, como se fosse um aposto invariável: *"A cabeça toucada de finíssima bruxellas, com uns laços de preto e cor de granada"*. É de notar que na expressão cor de pode a palavra cor conservar a sua individualidade de substantivo feminino, ou perdê-la, e neste caso a expressão toda equivale a um substantivo masculino: *"... são cordilheiras agras, cuja côr de cinza faz lembrar..." (...) "Os olhos de um côr de avelã diaphano..."*.

Em seguida enumera os vários adjetivos que se referem a cada uma das cores: vermelho, amarelo, azul, alaranjado, verde, roxo, bruno, griseo ou gris e branco; tais como, entre outros, respectivamente: *carmezim, citrino, ultramarino, ambarino, azeitonado, purpurino, castanho, ardosiado e alvadio.*

Assinala que em frases como *fallar alto, comprar caro,* e em locuções como *ás claras, ás escondidas, á doida,* o adjetivo exerce funções adverbiais, modificando o verbo. Pelo contrario, um advérbio ou expressão preposicional pode modificar o substantivo: *homem de bem, olhos sem brilho, uma coisa assim.*

O *Capitulo III – Do nome numeral* – discorre sobre a tipologia dos numerais, que se empregam para determinar as pessoas ou coisas relativamente a sua quantidade ou a ordem de sua sucessão. Distinguem-se os numerais em: cardinais, ordinais, fracionário e multiplicativos.

Os *numerais cardinais* exprimem simplesmente quantos são os objetos: *um, uma, dois duas, três, quatro, onze, dezesseis, vinte e um, trinta e dois, noventa e três, cem, cento e noventa, duzentos, novecentos, mil, dois mil, um milhão (um conto), bilião, trilião, etc.* Em lugar de *dois, duas,* podem empregar-se *ambos, ambas,* em referência a seres ou coleções de seres que se relacionam entre si ou dos quais já se falou no discurso: *"Tudo isto poderiam dizer Martha e Maria por parte de seu irmão, ainda sem o considerarem herdeiro dos serviços de ambas"*. Uma ou outra vez, para realce da expressão ou arredondamento do período, emprega-se a locução *ambos os dois: "O certo é que ambos os dois monges,... caminhavam juntos" (...) "Ambas as formas são grammaticaes? São-no ambas as duas"*.

Às vezes, os numerais indicam quantidade indeterminada: *"Essa espada, através de mil perfídias, manchada por cem traições, penetrou, abrindo-lhe o caminho do throno"*.

Na designação dos números, enuncia-se a conjunção *e* entre as centenas, dezenas e unidades: *novecentos e trinta e dois*. Entre os milhares e as centenas, coloca-se a conjunção, se as centenas não forem seguidas de outro número: *quatro mil e quinhentos.* Omite-se no caso contrário: *quatro mil quinhentos e trinta*. Mas também se enuncia entre os milhares e as dezenas, e entre os milhares e as unidades: *oito mil e vinte e sete, oito mil e cinco*.

Cento só se emprega como adjetivo na designação dos números entre cem e duzentos: *cento e um, cento e setenta e quatro, cento e noventa e nove*.

Os *numeraes ordinais* exprimem a ordem seriada dos objetos: *primeiro, primeira, nonagésimo, centésimo, septingentesimo, milesimo, milionésimo, etc.* Na classe dos *ordinaes* incluem-se ainda *primario, terciario, nonagenario, novena, onzena, vintena.* Na sucessão de reis e papas, empregam-se em geral os *ordinaes* até dez e daí em diante os *cardinaes*: *Pedro*

primeiro, Pio onze. Nas enumerações substitui-se frequentemente o *ordinal* pelo *cardinal*: *pagina dois, artigo trezentos e noventa e um*.

Os *numeraes multiplicativos* ou *proporcionaes* indicam quantas vezes se toma a unidade: *duplo, triplo, tresdobro, centuplo*. Em vez de *duplo, triplo e quádruplo* podem empregar-se como adjetivos *dúplice, tríplice, quadruplice*; e como substantivos *dobro* e *tresdobro*.

Os *numeraes ordinaes*, desde *quarto* a *décimo* indicam também as partes da unidade: *um quinto, tres oitavos, dois décimos*. Em lugar de *segundo* e *terceiro* dizem-se, porém, *meio e terço; um meio, dois terços.*

Desde que o *numeral fraccionario* seja constituído por mais de uma palavra, o que se dá depois de *décimo*, substitui-se pelo cardinal correspondente, com o acréscimo do substantivo *avos*, tirado da terminação de *oitavo*: *onze avos, cinqüenta e quatro avos*.

O *Capitulo IV – Do artigo* – refere-se ao emprego e à omissão do artigo, que não obedece a regras fixas, considerados os seus efeitos de sentido, especificando os casos principais.

Emprega-se o artigo definido:

a) Antes dos substantivos que indicam gênero e espécie: *o vício é detestável.*
b) Com os nomes próprios do plural: *Os Cesares.*
c) Com os nomes próprios das pessoas e animais, na linguagem familiar: *Esteve aqui o Raul e levou o Tupy*.
d) Com os nomes próprios precedidos ou seguidos de qualificação ou determinação: *O velho Portugal; o São Paulo do século XVII*.
e) Com os cognomes ou alcunhas, geralmente: *D. Affonso, o Sabio; o Aleijadinho.*
f) Depois da palavra *todos* – facultativamente no singular e obrigatoriamente no plural: *Todo homem quer ser feliz; todas as coisas más acontecem.*
g) Nas expressões em que se subentende o possessivo: *Machucou o braço.*
h) Geralmente antes dos substantivos que designam títulos: *o Barão do Rio Branco.* Também se diz sem o artigo: *Barão do Rio Branco.*
i) Antes de *uma hora*, expressando-se ou subentendendo-se *da noite* ou *da manhã, do dia* ou *da tarde*, hora primeira a contar desde a meia-noite ou desde o meio-dia: *Faltavam vinte minutos para a uma hora da tarde.*

Omite-se o artigo definido:

a) Antes das palavras *santo, são, dom, frei, monsenhor* e das palavras estrangeiras designativas de tratamento: *sir, madame, lord, lady, mis*: *Dom Vital, Frei Caneca, Lady Macbeth*.
b) Nos provérbios e definições: *Pobreza não é vileza; Grammatica é...*
c) Com as palavras *casa* e *palácio*, em construções como estas: *Sahiu de casa; Fulano está em casa? Não, foi a palácio. O Presidente receberá em palácio.*

Não se repete o artigo em expressões como *o soldado mais valente* ou *soldado o mais valente* (porém não: *o soldado o mais valente).* Na enumerações é dispensável a repetição do artigo: *Como dizem os padres e concilios.*

Usam-se sem artigo inúmeras combinações como as seguintes: *aprender latim, fallar inglês, fallar verdades, ter coragem, em nome de, prestar attenção, guardar silencio, em proveito* ou *em prejuizo de*.

O artigo indefinido anteposto a um substantivo comum, designa pessoa ou coisa particularizada: *Quando eu era capelão de S. Francisco de Paula (contava um padre velho) aconteceu-me uma aventura extraordinária.*

Anteposto a um substantivo próprio, serve para exprimir ênfase ou indicar que se trata de uma pessoa vagamente conhecida: *Além do Campos, jantou lá um padre Bessa.* Ainda para realce da expressão, usa-se antes dos nomes predicativos, para significar que a pessoa ou pessoas, a quem estes epítetos se referem possuem em grau acentuado as suas qualidades, ou que são estas as suas qualidades predominantes: *E Rodrigo da Fonseca Magalhães foi um grande homem e um exemplarissimo orador.* Não o exigindo a clareza ou a ênfase, omite-se o artigo indefinido antes do predicativo: *Minha mãe era boa creatura*.

Também se omite com freqüência antes dos vocábulos *outro, certo, semelhante, tal, igual, meio, tão*: *A maledicencia não é tão mau costume como parece. Enfim, certo domingo...Foi encontrá-lo adormecido junto á sua lâmpada ainda accesa.*

O *Capitulo V – Dos pronomes pessoaes* – trata do uso dos pronomes pessoais e de suas variações. O pronome pode vir expresso junto com o substantivo: *Eu, Fulano.* Pode também subentender-se o pronome: *Para os que fazemos todos os annos esta romaria do coração, este logar é um santuário a que se acode com alvoroço.*

Em seguida são relacionadas as combinações das variações pronominais *(mo, to, lho, no-lo, vo-lo, lhos, se me, se lhe, se nos, se vos, se lhes),* indicando que a forma antiga da variação de terceira pessoa se conserva ainda: depois dos pronomes nos e vos e do advérbio eis, aos quais se suprime o *s* final*(no-lo, vo-lo, ei-lo)* e depois de uma forma verbal terminada

em *r, s, z (ama-lo, fazemo-lo, di-lo).* Depois de forma verbal terminada em som nasal, empregam-se as formas no, na, nos, nas *(disseram-no, deixam-nas).*

No lugar de nós, vós, diz-se nós outros, vós outros, quando se que contrapor enfaticamente nós e vós a outras pessoas *(Saberás, pois, ó leitor, como nós outros fazemos o que fazemos ler).*

Si, consigo, por via de regra são reflexivos: *(Homem mettido comsigo)*. Às vezes, porém empregam-se, sem significado reflexivo, em referência a um complemento da oração: *(Respondamos oppondo o Dr. Ruy a si proprio)*. Na linguagem familiar, como tratamento de terceira pessoa, é lícito o emprego de si e consigo referidos à pessoa com quem se fala: *(... não adiar por mais tempo o doce dever de conversar um pouco comsigo).*

Repetem-se na forma tônica, para realce da expressão, os complementos já apresentados na forma átona: *(Não faças a outrem o que não quizeres que te façam a ti).* Repetem-se para o mesmo fim, na forma pronominal átona, os substantivos complementos: *(As honras que possuo herdei-as dos meus avós)*. Prende-se a este uso o emprego, em sentido indeterminado, das variações o, a, aos, as: *(Fizeste-as boas)*. No sentido partitivo, ocorre às vezes a expressão delles, dellas (uns alguns, algumas): *(Tenho escravos para tudo,/Que fazem o meu mandar;/Delles para me vestir,/delles para me toucar).*

O emprego dos pronomes possessivos é o foco do *Capitulo VI – Dos pronomes possessivos*. Servem os mesmos para indicar que o objeto pertence à primeira, à segunda ou à terceira pessoa: 1) da primeira pessoa: meu, minha, nosso, nossa; 2) da segunda pessoa: teu, tua, vosso, vossa; 3) da terceira pessoa: seu sua.

O uso das expressões V. Exª, V. Sª, etc., como forma de tratamento, requer o possessivo correspondente: *(Dê-me V. Exª as suas ordens)*. Estando a designação possessiva mais afastada da fórmula de tratamento, é de maior cerimônia repetir-se esta: *(Sirva-se V. Sª que este papel não passe da mão de V. Sª...).*

Usam-se ainda os possessivos:

> I – Para significar determinação aproximada: *[Era magro, chupado, com um principio de calva; teria os seus cincoenta anno]*.
> II-Meu e seu, na linguagem familiar, juntos a um vocativo ou a um apposto de vocativo: *[Ah! meu maganão]*.
> III – Também na linguagem familiar, em referência a pessoa conhecida, ou de quem já se falou no curso da narração: *[Saberia Rubião que o nosso Quincas Borba trazia aquelle grãozinho de sandice?]*.
> IV – Substantivamente: *[A distração faz das suas]*.
> V – De seu significa "por si, de seu natural": *[Os trabalhos sem os chamarem, de seu se vêm por seu pé]*. (LIMA, 1937, p. 110-112)

Em descrições e retratos, evitam-se os possessivos, só se empregando por motivo de clareza, ênfase ou harmonia da frase: *(Leonardo tem a alma inteira na mansidão do olhar ingênuo: - na physionomia aberta do seu rosto queimado e barbado de homem do mar, forte, franco e simples).*

Muitas vezes, e elegantemente, substituem-se os possessivos pelas variações pronominais de objeto indireto, às quais se unem ao verbo da mesma oração: *(doíam-me os olhos; conheço-te as manhas; admiro-lhe o talento).*

Para maior limpidez do pensamento, unem-se às vezes aos possessivos de terceira pessoa os complementos delle, della, delles, dellas: *(Maria Rita não disse mais sobre este assumpto, mas provavelmente tornará a elle... Já meu cunhado dizia que era seu costume della, quando queria alguma cousa).*

O *Capitulo VII – Dos pronomes demonstrativos* – relaciona os diferentes tipos de demonstrativos e discrimina os seus usos. São os seguintes: pronomes substantivos: *isto, isso, aquilo, o, a, os, as*; pronomes adjectivos: *este, esta, estes, estas: esse, essa, esses, essas; aquelle, aquella, aquelles, aquellas; mesmo, mesma, mesmos, mesmas; proprio, propria, proprios, proprias; tanto, tanta, tantos, tantas; tal, taes;* pronomes substantivos compostos: *estoutro, essoutro, aquelloutro*; pronomes adjectivos compostos: *estoutro, estoutra, estoutros, estoutras; essoutro, essoutra, essoutros, essoutras; aquelloutro, aquelloutra, aquelloutros, aquelloutras.* Em vez dos pronomes adjetivos compostos *estoutro, estoutra, etc.* podem *empregar*-se as formas *este, outro, esta outra, etc.*

Ao fazer a discriminação dos usos dos demonstrativos, enumera primeiramente a sua função dêitica, embora sem utilizar esta denominação: *"Este e isto designam um objecto que se relaciona com a pessoa que falla, ou por ser parte da sua individualidade, ou por lhe ficar perto, ou por interessar-lhe grandemente: [Papel, amigo papel, não recolhas tudo o que escreve esta pena vadia]*(p. 116). Referentemente a esta consideração, cita Said Ali:

> "O demonstrativo este suggere a noção de proximidade em relação á pessoa que falla; por isso também o empregamos, na linguagem animada, para dar a impressão de que nos interessa muito de perto alguma coisa ou pessoa, comquanto de facto se ache um tanto afastada" (ALI, 1921, pg. 77)

Na designação do tempo, este se refere a uma época que abrange o instante em que se fala, ou está muito próximo dele: *este anno, esta semana, um dia destes*.

Esse e isso designam objetos que se relacionam com a segunda pessoa ou que são vagamente indicados. Na designação de tempo, significa época passada ou futura: *(- Errou! Interrompeu Camillo rindo. – Não diga isso, Camillo) (Há dessas coisas que mão de homem não faz; mão de homem é pesada ou trapalhona).*

Aquelle e aquillo referem-se a objetos igualmente afastados da primeira e da segunda pessoa, e a épocas distantes: *(Uma melancolia suave se me erguia lentamente no coração, debaixo daquelle céu puro, naquella atmosphera balsâmica, ante aquelles horizontes saudosos).*

Também sem utilizar a denominação, discrimina a função anafórica dos pronomes demonstrativos: *"Para designar duas pessoas ou coisas, já mencionadas na phrase, emprega-se este para a segunda e aquelle para a primeira: [O somno ou a vigília, que me importa esta ou aquelle?]"* (p. 118)

Isto, isso e aquillo, que em regra só se referem a coisas, às vezes na linguagem familiar aplicam-se também a pessoas, em sentido apreciativo ou depreciativo, conforme a inflexão da voz: *(Inda que eu fosse forte,/E mais forte que um toiro, eu não fugia á morte/Entregue áquillo [i. é, aquella mulher]) (Crea que há amigos neste mundo; como aquelle, poucos. Aquillo era ouro!).* Empregam-se também na designação vaga de alguma coisa, sendo às vezes acompanhados de complemento com a preposição de: *(- Então isso são horas de alguem estar na cama?).*

Estoutro, essoutro, aquelloutro, este outro, esse outro e aquelle outro servem para distinguir dois objetos que ocupam o mesmo lugar em relação à pessoa que fala ou à pessoa com quem se fala: *este livro e estoutro, aquella casa e aquelloutra.*

Estas formas compostas de demonstrativos são quase sempre pronomes adjetivos e significam este outro, esta outra, etc. Podem contudo servir igualmente de pronomes substantivos com o valor de (mais) isto, (mais) isso, (mais) aquillo: *(Não canto isto; não canto estoutro).*

Os demonstrativos *o, a* são pronomes substantivos e equivalem a aquelle, aquella, isto, isso, aquillo: *(Não sei mesmo, francamente, o que você deseja averiguar).* Com a significação de isto, isso, aquillo, o demonstrativo *o* desempenha o papel de objeto direto, de predicado nominal ou de atributo predicativo, em referência ao um substantivo, a um adjetivo, ou ao sentido de uma frase: *(Que me conste, ainda ninguem relatou o seu proprio delirio; faço-o eu e a sciencia mo agradecerá).*

Mesmo, além do valor demonstrativo puro, apresenta uma idéia de idêntico, exatamente igual, ou a idéia de alguém ou alguma coisa que figura em pessoa, que se

apresenta figurando pessoalmente, ou por fim a idéia de até, ainda: *(temos o mesmo livro; Ella mesma escreveu; hoje mesmo irei).* Com valor de substantivo, emprega-se também precedido do artigo *o: dizei o mesmo; o mesmo lhe aconteceu.*

Próprio é demonstrativo quando corresponde a mesmo, e encerra, como este, a idéia de idêntico ou em pessoa: *(A propria Fidelia parecia definhar-se ao pé da amiga).* E substantivamente: *(...Pois o proprio succede entre os homens).*

Tal acrescenta ao conceito demonstrativo o conceito de uma certa qualidade, e tanto o de um certo número ou quantidade: *(Tal era eu quando me assentei sobre as fragas. Deus me livre de debater matéria tantas vezes disputada, tantas vezes exhaurida!).*

Capitulo VIII – Dos pronomes relativos. Chamam-se relativos os pronomes substantivos que, quem; e os pronomes adjetivos qual, quais, cujo, cuja, cujos, cujas, quanto, quanta, quantos, quantas, que servem para ligar duas frases, a segunda das quais ou qualifica uma palavra antecedente colocada na primeira, ou caracteriza esta primeira frase em sua totalidade: *(aqui está pó livro que você me emprestou; desconheço a pessoa a quem te referes; estudei o assunto sobre o qual desejas ouvir-me; o negociante em cuja casa estivemos embarcou para a Europa; Maria não tem passado bem, o que muito nos entristece).*No último exemplo, o relativo representa a primeira frase em sua totalidade. O antecedente pode ser um pronome pessoal: *(- Tu que, chorando em vão, te esfalfaste, de bruços, /Para, infeliz, galgar o Calvario da Vida).*

As duas frases ligadas pelos relativos constituem cada uma, uma proposição; e é uma regra geral que o relativo não pertence à mesma proposição que o seu antecedente: *(Não houve minucia a que se furtasse o gosto do insigne escriptor. 1ª proposição: Não houve minucia; 2ª proposição: a que se furtasse o gosto do insigne escriptor).*

Desde que o papel das proposições introduzidas pelo pronome relativo é qualificar um antecedente – palavra ou frase - elas equivalem aos adjetivos qualificativos e são, como estes, explicativas ou restritivas.

> a) As explicativas desenvolvem o sentido do antecedente e podem ser eliminadas sem prejuízo delle. *[O proprio som do piano, que fez calar todos os rumores, não o attrahiu á terra]*.
> b) As restrictivas limitam a significação do antecedente, e a sua suppressão altera o sentido da proposição em que este se acha. *[Occasião houve em que os olhosse lhes tornaram humidos]*. (LIMA, 1937, p.129)

Quando o antecedente é uma frase completa, a proposição do relativo é sempre explicativa: *(Estuda, o que te tornará estimado).* À proposição introduzida pelo relativo dá-se

o nome de subordinada; à que ela completa ou explica, o de subordinante. Que é o relativo fundamental e tanto inicia proposições restritivas com explicativas. Nestas últimas, se assim o requer a transparência da frase ou o seu movimento, pode ele mudar-se pelo relativo qual precedido do artigo o; mas esta substituição só se verifica, se o antecedente for substantivo: *(Era a espada de Mugueiz, o qual, passando, vira o perigo imminente do seu amigo).*

Emprega-se também o qual depois das preposições de mais de duas sílabas e das locuções prepositivas: *(perante o qual, segundo as quais, em relação aos quais).* Qual usa-se também em correlação com tal, expresso ou oculto: *(Se estaes convencido de que sou tal, qual em suas aguições me descreveu, não tolereis que eu diga mais palavra).*

O relativo quem, na linguagem moderna, só se refere a pessoas ou coisas personificadas: *(Mandava dizer à sobrinha que...lhe enviasse Virginia, a quem destinava uma boa educação).* Referido a antecedente expresso, o relativo quem vem sempre precedido de preposição: *(Esta imagem era uma pequena lamina que representava em miniatura o eremita Paulo, a quem Margarida tinha cordial devoção).*

Quanto tem por antecedente tanto, tudo, todo: *(...inspirem em meu favor tanta benevolencia, quanta hei sempre manifestado...).*

Que, quem, qual e quanto podem trazer implícitos ou subentendidos os seus antecedentes. Equivalem então a um relativo ligado a outro determinativo: *(não sei [o] que lhe diga; quem [aquelle que] tudo quer, tudo perde; fiz [tudo] quanto estava a meu alcance).*

Cujo, cuja, significam de que, de quem, do qual, e, como relativos servem para ligar um termo a seu antecedente: *(Lindo pé de roseira, em cujo galho/Uma rosa sorria).* O antecedente de cujo pode ser um pronome pessoal: *(Assim nós, cujo centro é Deus, e cuja presa é a vida eterna,...).* Às vezes entre o relativo cujo e o seu conseqüente se interpõe o verbo ser: *(Aqui estão os homens cuja foi a lembrança).* Tanto o antecedente como o consequente de cujo podem faltar excepcionalmente: *(Assim que, em ultima analyse, de uma e de outra parte, sairá lucrando o projecto. Se daí se causou demorar-lhe a elaboração todo este espaço, toque a responsabilidade a cujo é [=toque a responsabilidade á pessoa de quem ella é]).*

O *Capitulo IX – Dos pronomes interrogativos* – enumera-os como os mesmos relativos que, (o que), quem, pronomes substantivos; e que, qual, quanto e cujos, pronomes adjetivos. Cujo é, porém, neste sentido, de pouquíssimo uso na linguagem moderna: -*Que é isso? Que horas são? Quem vem lá? Qual dos dois carros é melhor? Com quantas letras se escreve esta palavra?*

Qual, pouco frequente antes de um substantivo, geralmente se refere a pessoas, mas às vezes significa *que coisa?*: *(Mas em qual coração resta hoje virtude e esforço no vasto império de Hespanha?).*

Emprega-se quase sempre o artigo *o* antes do pronome interrogativo *que?*Colocado no final da frase, desde que não seja precedido pó r nenhuma preposição; e também no início da frase quando se quiser dar à pergunta maior realce: *(Que é isto? Isto é o que? O que é isto?* Mas, havendo preposição antes do interrogativo, não se usa geralmente o artigo: *(Isto foi feito para que?).*

Dos pronomes indefinidos, é o tema do *Capitulo X*. A denominação *indefinidos* é dada a certas palavras que servem para afirmar ou negar a totalidade, ou apenas uma parte indeterminada dos indivíduos de uma classe: *todos os alumnos procederam bem; nada é melhor do que a tranquilidade de espírito;alguns livros ficaram na gaveta; alguém esteve nesta sala*.

Os indefinidos são: pronomes adjetivos: *todo, toda, todos, todas; alguém, alguma, alguns, algumas; nenhum, nenhuma, nenhuns, nenhumas; certo, certa, certos, certas; outro, outra, outros, outras; muito, muita, muitos, muitas; pouco, pouca, poucos, poucas; um, uma, uns, umas; qualquer, quaisquer; cada;* pronomes substantivos: *tudo, alguem, ninguem, algo, nada, outrem, al, quem quer, cada qual, cada um, cada uma;* locuções pronominais indefinidas: *seja quem fôr, seja qual fôr, fosse quem fosse, quem quer que seja, quem quer que é, o que quer que é, o que quer que seja, seja o que fôr, fosse o que fosse...*

Certo antepõe-se ao substantivo e pode ser precedido do artigo um: *(As chronicas da Villa de Itaguahy dizem que em tempos remotos vivera alli um certo medico, o Dr. Simão Bacamarte).*

Cada só se emprega como pronome adjetivo, isto é, antes de substantivo; não ocorrendo este, cumpre fazer uso de cada um: *Cada dia era para esta gente dia de fortuna e paz. Pelo caminho lácteo glorioso/Logo cada um dos Deuses se partiu).* Junta-se cada a um substantivo do plural, quando este, precedido de um numeral cardinal, representa um conjunto: *(Cada cem sermões. Por cada mil réis que hoje se cambia...).*

Outro é indefinido quando não vem precedido de artigo definido: *(O não se apartar um de outros que lhe dão mau exemplo, é também outra razão de se corromperem seus bons propósitos).* Quando precedido de artigo definido torna-se demonstrativo: *(Como ninguém quer mostra que ignora o que o outro mostra que sabe, fia-lhe mais perto approvar a parvoice alheia que descobrir a propria).*

Algum anteposto ao substantivo tem significação positiva. Posposto, vale por nenhum; mas conforme o melhor uso, só quando há na frase outra expressão negativa: não, nem, sem. Às vezes, porém, se encontram exemplos de bons autores em que ainda sem outro elemento negativo, algum significa nenhum: *(A cidade dormia, e apenas o ladro de algum cão cortava aquella espécie de zumbido. Assim fomos cortando aquellles mares/Que geração alguma não abriu).*

Algo significa alguma coisa: *(Pela cara de José Dias passou algo parecido com o reflexo de uma idéa).*

Ninguém pode empregar-se figuradamente e admite plural: *(São uns ninguéns).*

Todo, anteposto a um substantivo do número singular, tem o valor de cada, quallquer, ou de inteiro, total; e pode vir ou não seguido do artigo. Posposto, tem apenas o último significado: *(Lida apenas esta carta na presença de toda a família [da família inteira], encheu-a de consternação. Tu evangelizavas a liberdade e condemnavas todo o gênero [qualquer gênero] de tyrannia.)*

3.4 Livro Terceiro

3.4.1 Da constituição e variações das palavras

Neste terceiro livro, **Souza Lima** trata de fonologia, ortografia e morfologia das palavras, examinando a natureza e classificação dos fonemas, os grupos fonéticos, a ortofonia e a ortografia, o vocabulário, a formação de palavras e a flexão nominal e verbal. Segundo José Carlos Azeredo:

> Ressalvada a impropriedade de misturar no mesmo segmento unidades pertencentes ao que desde André Martinet chamamos primeira e segunda articulações da linguagem, mediante o uso um tanto ambíguo da expressão "constituição das palavras", é digna de destaque a perspicácia do autor ao acentuar a natureza predominantemente sintática das palavras gramaticais, tratadas exclusivamente no livro segundo, e retomar o substantivo, o adjetivo e o verbo - palavras léxicas- à luz dos processos de formação de palavras (livro terceiro). (AZEREDO, 2009, p.15)

O procedimento analítico **do autor**, muito bem avaliado por Azeredo, traz em si a marca da tradição, já estabelecida no âmbito da gramática científica, de reunir, nos limites da Lexeologia, a análise das unidades que Martinet alocaria nas duas articulações da linguagem, o que pode ser visto nas gramáticas da época, como as de Eduardo Carlos Pereira e Said Ali. É necessário ressaltar a organicidade e a progressividade do tratamento dado aos itens lexicais, outra característica de uma gramática científica, portanto de base histórico-comparativa.

Mas a abordagem não fica circunscrita aos termos desta base, ultrapassa seus parâmetros, pois se apresenta influenciada, no ***Capitulo I***, também, por postulações da *Phonétique Générale, de J. Roudet* (1910): *"... A palavra produz-se pela coordenação de uma série de movimentos: Expiração, phonação e articulação correspondente às três partes do apparelho da voz..."* e pelos *Principes de Phonetique Experimentale, de Padre Rousselot (1924): "A vogal pede o maximo trabalho da larynge e o mínimo esforço articulatório; a consoante exige o maximo esforço articulatorio e o mínimo ou nenhum trabalho da larynge"*.

Estas considerações mostram o avanço da abordagem, que se afasta dos conceitos de fonética fisiológica decorrentes da gramática histórico-comparativa, que remetiam à estrutura dos fonemas e aos processos de sua articulação, mas não ao estudo da estruturação e funcionalidade do aparelho fonador, bem detalhadas na ***Grammatica Expositiva***.

Avançam, também, os critérios utilizados para a definição de fonema, quando **Lima** recorre a princípios estruturalistas *"O phonema é a somma das impressões acústicas e dos movimentos articulatórios, da unidade ouvida e da unidade falada, que se condicionam mutuamente" (Saussure, 1922)*e a *(M. Grammont, 1933),* que Lima diz aceitar a definição de Saussure, observando que a impressão acústica basta para distinguir os fonemas como elementos da cadeia falada mas não para analisá-los de modo cabal, o que demanda o exame dos movimentos fisiológicos de sua articulação.A partir desses pontos de vista, são estabelecidas as classificações das vogais e das consoantes.

As vogais são classificadas como: a) orais e nasais, pelo papel das cavidades bucal e nasal no escoamento da corrente de ar; b) anteriores ou palatais (é, ê, i), posteriores ou labiovelares (ó, ô, u) e fundamental/média (a), pela elevação/abaixamento da língua nas respectivas regiões da cavidade bucal; c) abertas (á, é, ó), fechadas (ê, ô, i, u) e reduzidas (a, e, o), pelo timbre. Adverte **o autor** que este é um ponto complexo, pela grande variedade de pronúncia e recomenda, para um estudo aprofundado, as obras de Gonçalves Vianna, *Exposição da Pronuncia Normal Portuguesa (1892)* e F. Franco de Sá, *A Lingua Portuguesa (1915).*

Quanto às consoantes classificam-se, de acordo com o modo de articulação em: oclusivas e constritivas, subdividindo-se estas em: fricativas, vibrantes, laterais e nasais; de acordo como ponto ou região de articulação, em: bilabiais, labio-dentais, linguo-dentais, linguo-alveolares, linguo-palatais e linguo-velares; bem como em surdas e sonoras, relativamente ao papel das cordas vocais.

Aplicados esses os de classificação delineia-se o seguinte quadro de consoantes:

	Constritivas				Oclusivas		Modo de
Nasais	Líquidas		Fricativas				Articulação
	Laterais	Vibrantes					Rergiões de
Sonoras	Sonoras	Sonoras	Sonoras	Surdas	Sonoras	Surdas	Articulação
m					b	p	Bilabiais
			v	f			Labio-dentais
					d	t	Linguo-dentais
n	l	r, rr	z	s			Linguo-alveolares
nh	lh		g	x			Linguo-palatais
					gh	k	Linguo-velares

Tanto a classificação das vogais quanto a das consoantes já prefiguravam o quadro classificatório dos fonemas que seria estabelecido pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, após uma sucessão de novas nomenclaturas, que pouca contribuição deram, para esclarecer as questões relacionadas com a suficiente identificação de cada fonema.

Além de uma coerente taxionomia, para o estágio do conhecimento vigente à época, no Brasil, a propósito da Fonética e da Fonologia, são contribuições expressivas as definições dos fonemas homorgânicos, dos ditongos crescentes e decrescentes e a discussão que desenvolve sobre os aspectos articulatórios e posicionais das semivogais.

Neste capítulo (***Capitulo II***), em que trata dos grupos fonéticos, é fundamental a caracterização da sílaba, ali chamada de *"o grupo phonetico mais elementar"*,elaboradaa partir *"da theorya da syllaba, tal como se encontra em F.SAUSSURE, op. cit, pg. 77 a 95": "A syllaba é um nucleo articulatorio constituido por um movimento explosivo e um movimento implosivo dos orgãos da falla"*. A partir da qual, denominam-se abertas as sílabas terminadas em vogal e fechadas as terminadas em consoantes principalmente é reconhecida a subordinação das *palavras enclíticas* à acentuação tônica da palavra precedente.

> As palavras enclíticas formam com a palavra antecedente uma espécie de grupo ou vocábulo phonetico que, considerado como tal, pode ter o acento tonico em uma syllaba anterior á antepenúltima, e se denomina neste caso palavra bis-exdruxula, ex.: louvamos-te. (1937, p. 247)

No que antecipa a postulação do *vocábulo fonológico*, levada a efeito, mais tarde, por Mattoso Camara:

> É claro que, por esse critério, de depreender um vocábulo fonológico pela presença de uma tonicidade 2 ou 3 e delimitá-lo dentro de um grupo de força pelos contrastes com 0 e 1, as chamadas partículas átonas não têm *status* de vocábulo fonológico. Se proclíticas, isto é, associadas a um vocábulo seguinte elas valem como sílabas pretônicas desse vocábulo, com marca acentual 1; e, se enclíticas, isto é, associadas a um vocábulo precedente, nada mais são do que a sílaba postônica desse vocábulo com a falta de intensidade 0. (1970, p. 53)

Ao terminar o capítulo, **o autor** retoma o instrumental histórico-comparativo, para aplicá-lo na explicação dos hiatos e das alterações fonéticas ou metaplasmos, sejam observadas na sincronia da língua, sejam na sua diacronia, como os casos de *"Epenthese: listra (a par de lista) e caranguejo (antigo cangrejo)"*.

Destina-se o ***Capitulo III*** à prescrição de regras *orthophonicas, orthoepicas e orthographicas.* Uma das preocupações, na *orthophonia,* é a recomendação de que não se pronunciem os *phonemas: u,* em gue e gui*; c (ke),* antes de c ou ç, em determinadas palavras*; m, antes de n e p,* no final de sílaba , em determinadas palavras. Outra preocupação é com os valores de pronúncia das letras s e *x,* em diferentes distribuições. Aqui, aparece a confusão que dominava os ditames gramaticais, no período, relativamente às diferenças conceituais existentes entre letra e fonema, que se projetavam especialmente nos tópicos prescritivos de prosódia e ortografia.

Sucedendo as prescrições do emprego das maiúsculas e da formação das abreviaturas, a discussão sobre os *"Systemas orthographicos"* é trazida ao texto do capítulo, iniciando-se com uma periodização da história da ortografia portuguesa, desde antes do século XVI até o século XX, especificamente até o acordo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, em 30 de abril de 1931, derrogado por um dispositivo da Constituição de 16 de julho de 1934 (art. 26 das Disposições Transitórias).

Depois de reproduzir as *"Bases do Accordo orthographico entre a Academia das Sciencias de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras"*, mesmo reconhecendo ser impossível uma discussão conveniente do problema em uma Gramática Expositiva, **Pereira Lima** enumera considerações de ordens etimológicas, comunicativas, transliterativas e históricas, a respeito da ortografia da língua portuguesa e apresenta uma sucinta conclusão, com críticas ao ideal de simplificação e ao embasamento fonético de sucessivas propostas de sua regulação.

> Dir-se-á apenas que:
> a) uma língua é um conjunto de palavras de data e proveniencia diversas (...) sem nenhum plano preestabelecido;
> b) b) a orthographia é um meio pratico de comunicação do pensamento e não obedece a um principio único e exclusivo;
> c) a orthographia vale não apenas como uma representação do som por meio de um traço, mas ainda (...) da palavra toda e uma representação direta da idéia;
> d) o verdadeiro methodo histórico exige que se leve em conta (...) transformações da palavra fallada (...) também da palavra escripta (...).e o seu ultimo estão.
>
> As varias reformas orthographicas da nossa língua não se orientaram por esses princípios , mas, tendo por guia um ideal de simplificação, e considerando quando muito as transformações da palavra fallada, chegaram a innovações muito radicaes e romperam violentamente com a tradição. (LIMA, 1937, p. 269)

Além das classificações já estudadas, na ***Grammatica***, o ***Capitulo IV*** – *Do vocabulario*, apresenta um ordenamento dos vocábulos pela analogia/contraste dos seus significados: sinônimos e antônimos e pela analogia fônica ou ortográfica: homônimos, homófonos, homógrafos e parônimos, procedimento que Eduardo Carlos Pereira leva a efeito

no final do capítulo referente à *Taxeonomia,* em que focaliza as classes de palavras. Said Ali não aborda essas questões. Após definir a onomatopéia, **Mario** enumera os vícios de linguagem decorrentes da associação de sons: colisão, eco, cacofonia e o hiato, quando as vogais abertas se sucedem de uma palavra para outra.

Uma breve conceituação do *latim vulgar,* em face do *latim litterario,* antecede, no ***Capitulo V*** *– Da importação das palavras*, a uma sucessão de listas com a etimologia de palavras, considerados os *"Elementos de origem iberica, celtica, grega, germanica, árabe, francesa, italiana, espanhola, allemã, inglesa, asiática e procedentes de linguas americanas e africanas"*; com a finalidade de estabelecer uma configuração do vocabulário da língua portuguesa, resultante das modificações devidas às leis das alterações fonéticas e às importações oriundas das fontes aqui identificadas.

Este resquício da presença da etimologia, no cenário dos estudos da gramática científica, tem a ver com a concepção de que os mecanismos de produção lexical assemelham-se aos processos de revitalização dos organismos dos seres vivos, dentro da perspectiva de associação da inexorabilidade da mudança dos itens lexicais à revitalização biológica, colocadas em *continuum* a formação do léxico português e a formação de palavras vernáculas.

Termina com as definições de arcaísmo e de neologismo, que *"...para* ser l*egitimo, deve ter boa analogia, isto é, não contrariar as leis de formação das palavras vernáculas, Será do contrario, um vicio de linguagem denominado barbarismo: ou estrangeirismo...galicismo, anglicismo, germanismo etc"*.

A partir do capítulo seguinte, o ***VI*** - *Da formação das palavras em geral*, a inicia-se a análise morfológica relativa aos processos de formação e aos mecanismos de flexão das palavras léxicas. Ao começar o exame das estruturas vocabulares e das agregações que lhe são feitas na deriva da língua portuguesa, **Souza Lima** focaliza o caráter evolutivo da constituição do léxico, nos termos de sua identificação teórica com as postulações neogramáticas.

> O vocabulario oriundo do latim vulgar e acrescido de elementos estranhos, cuja forma se modificou segundo as leis das alterações phoneticas, desenvolveu-se cada vez mais e ainda se desenvolve, pela formação de palavras novas tiradas de outras do seu proprio domínio. De *guerra,* por exemplo, tiram-se *guerreiro, guerrear, guerrilha, aguerrir;* de *faca* provêm *facão, faquinha, facada, esfaquear; com o verbo ler* formam-se *reler, tresler*; com o adjetivo *triste, tristonho e tristeza;* com o adjetivo *justa, justamente*. (LIMA, 1937, p. 278)

Em uma primeira visada deste delineamento, aponta a premissa para a descrição que vai ser procedida:

> Em todos estes exemplos nota-se a existência de uma parte fundamental quanto á forma e á Idea – *guerra, faca, ler, triste justa* – e de uma outra parte que se lhe aggrega, accrescentando uma nova Idea ao seu significado – *eiro, ar, ilha, ir; ao, inha, ada, es, ar; re, três; onho, eza, mente.* (LIMA, 1937, p.278)

Diferentemente das gramáticas contemporâneas, como a de Eduardo Carlos Pereira, que se limitava a reconhecer o tema (que é confundido com radical e raiz), os afixos: prefixo e sufixo e as "terminações":

> Thema, RADICAL ou RAIZ é a parte central da palavra, não só quanto á forma material, mas ainda quanto á Idéa ou significação; e AFFIXOS são syllabas que se agregam ao inicio ou ao final do thema para lhe modificarem de gênero, numero e grau. (1930, pag. 63).o sentido.Os affixos dividem-se em PREFIXO (...) e SUFIXO (...). (pag. 164) (...) Os substantivos variam em sua TERMINAÇÃO, isto é mudam de flexão, para indicarem os accidentes (LIMA, 1937, p. 165)

e da *Grammatica Secundaria*, de Said Ali, na qual são discriminados apenas os afixos: prefixos e sufixos, sem uma alusão sequer a radical, raiz ou tema, havendo apenas uma única menção à desinência, exatamente a que ocorre na citação seguinte:

> Os elementos formativos que colocam antes da palavra derivante, (geralmente com a supressão ou alteração prévia da desinência) chamam-se SUFIXOS, e o processo de formação toma o nome particular de DERIVAÇÃO SUFIXAL. Os elementos formativos que se colocam antes da apalavra derivante, chamam-se PREFIXOS; é o processo da DERIVAÇÃO PREFIXAL. (ALI, 1969, pag. 107)

A ***Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*** apresenta um quadro de discriminação dos elementos mórficos mais consistente e esclarecedor:

> O elemento basico da pallavra denomina-se **radical**, e o elemento accrescido denomina-se **affixo**(...)O affixo quando vem anteposto ao thema, é designado pelo nome de **prefixo**...Quando vem depois do thema,chama-se **suffixo**(...)O radical, por sua vez, ou é constituído pelo elemento fundamental e irreductivel da palavra em sua forma mais primitiva, o qual se denomina **raiz**(...) ou é constituído pela raiz e um outro elemento(...)**thema**(...)**desinência** é o último elemento variável da palavra, o qual serve para indicar: nos substantivos, adjetivos qualificativos e pronomes adjectivos, o genero e o numero; nos pronomes pessoaes, o numero e a pessoa; nos verbos, o numero, o modo o tempo e a pessoa. (LIMA, 1937, pag. 279 e 280)

O quadro descritivo esboçado por **Pereira Lima** é bastante semelhante ao que vai ser apresentado na Nomenclatura Gramatical Brasileira, isto porque o autor também identifica o *"outro elemento"* que se reúne à raiz como *"suffixo thematico"*, em outras palavras, a vogal temática, sua denominação nas gramáticas pedagógicas da atualidade.

Interessante a transcrição, na íntegra, do tópico referente às *"modificações soffridas pelos radicaes"*, da *Grammatica Historica Portuguesa, de J. J. Nunes*, em que se relacionam os fenômenos de natureza fonética, que ocorrem na junção dos sufixos com os radicais, dependentes em grande parte da letra inicial dos primeiros, como a mudança da vogais finais átonas -*e* e -*o* dos radicais e a conservação das mesmas, se tônicas, quando a letra inicial é um consoante; a queda da vogal átona final e a permanência da mesma,se tônica, quando a letra inicial é uma vogal, com a introdução, entre elas, de um *infixo*. Quando o radical termina em consoante,esta persiste, apenas o -z- por vezes, quando o sufixo começa por -*a*, -*o* ou –u, passa para -g-. O desaparecimento ou a manutenção da ressonância, quando os nomes terminam em vogal ou ditongo nasale a indicação de nomes cuja formação não assenta sobre a forma atual do radical, mas sobre outra em uso na "antiga língua".

Ressalte-se que as variações do radical mereceram diminuta atenção, nas descrições morfológicas empreendidas pelas gramáticas científicas, não raro levando-as a enganos deformantes na segmentação mórfica dos vocábulos, como faz Carlos Pereira, ao apresentar o quadro da conjugação verbal (t-er; t-inha; est-ar; est-ivesse).

Finalizando o capítulo, **o autor** apresenta sua conceituação de Morfologia:

> A parte da **Grammatica** que estuda a constituição de palavras novas, as suas variações de forma e a sua classificação como partes do discurso denomina-se **Morphologia** (estudo das formas). (LIMA, 1937, p. 282)

Para que seja possível avaliar o conteúdo inovante da conceituação expendida, é de bom alvitre levar em consideração o que esclarece Cavaliere, a propósito do entendimento relativo à verdadeira dimensão do termo morfologia na gramática científica:

> (...) à época não havia consenso acerca do uso da palavra *morfologia* como termo designativo de uma área peculiar do estudo gramatical, pois, enquanto para alguns envolvia apenas o estudo dos elementos morfológicos dos vocábulos, para outros ampliava seus domínios, incumbindo-se também do estudo das flexões, das classes gramaticais e da etimologia. (CAVALIERE, 2000, p. 245)

Contextualizados os diferentes entendimentos conceituais, mais expressiva se torna a definição produzida por **Mario Pereira**, se for considerado que Said Ali, em sua obra cotejada neste trabalho de pesquisa, ao tratar da divisão da gramática, registra, sob a forma de observação, ser inadequado utilizar o nome Morfologia (do grego *morphos*, forma, e *logos*, tratado, ciência), em substituição à Lexeologia, porque a denominação serve melhor à gramática latina ou grega, em que há mais riqueza de flexões.

Assim também, demarcada será a expressividade pela recordação de que Eduardo Carlos Pereira alinhava-se entre os que ampliavam os domínios da Morfologia, entendendo-a como o estudo das classes de palavras, das flexões e da etimologia, dividindo-a em *taxeonomia* e *etymologia*.

Outro procedimento analítico que singulariza **Souza Lima**, entre os gramáticos, na terceira década do século XX, período em que se incorpora o estudo das flexões à área da taxionomia, é o desenvolvimento de seus estudos, associando a classe gramatical à funcionalidade sintática, diversamente da tendência coetânea de fazer com que o estudo das classes suscitasse a descrição, em sequência, dos seus mecanismos de flexão. O estudo destes mecanismos, como se pode observar, é efetuado, em destaque, em seguida à formação das palavras.

Derivação, prefixação, mudança de classe e composição são os processos de formação de palavras, sobre os quais versarão os quatro capítulos seguintes: o **VII**, o **VIII**, o **IX** e o **X**. A derivação ***(Capitulo VII)*** é o primeiro a ser examinado.

Sobre os processos de formação de palavras, incidiu uma variedade terminológica, perturbadora da atividade didático-pedagógica, uma vez que duas compreensões coexistiam a propósito deles. Uma, de base romanística comparativista, atribuía-lhes natureza meramente morfológica, e outra, por influência da lingüística psicológica, concebia-os como um mecanismo mental de geração de um único conceito, a partir dos dois elementos articulados.

Eduardo Carlos Pereira, orientado pelo método histórico-comparativo, localiza na etimologia, como parte da morfologia, o estudo não só da origem, mas também da formação do léxico, do vocabulário da língua (usavam-se indistintamente as duas denominações). E mais, afirma que o modesto vocabulário fornecido pelo latim popular foi expandido de três modos: por derivação e composição popular, por formação erudita e por importação estrangeira; assevera, contudo, que a gramática expositiva estuda, na etimologia, somente os processos de derivação e composição.

Quanto à derivação, define-a como: *"(...) processo pelo qual de umas palavras se originam outras chamadas DERIVADAS. Em relação a estas chamam-se aquellas*

PRIMITIVAS. (...) Há dois processo de derivação: DERIVAÇÃO PRÓPRIA e DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA". (pag. 165).

Derivação própria se dá pelo acréscimo de sufixos ao tema da palavra primitiva, trazendo-lhe sentido novo e derivação imprópria é a mudança que sofre uma palavra no sentido ou na categoria gramatical, sem intervenção de sufixos.

Manuel Said Ali, em proposta de fundamentação diferenciada, observadas, também, as palavras primitivas (derivantes) e as palavras derivadas, considera derivação tanto a processada com acréscimo de *elemento formativo* depois da palavra derivante, quanto a ocorrida com acréscimo do *elemento* antes da mesma palavra (classificação igualmente adotada na Nomenclatura Gramatical Brasileira), conforme a seguinte justificativa:

> **OBSERVAÇÃO. –** Esta divisão em derivação sufixal e prefixal está de acordo do a maneira de ver de modernos lingüistas, como Meyer-Lübke, Nyrop e outros. Não há, com efeito, boa razão para supor que os prefixos não possam fazer parte da derivação. Veja-se a este respeito nossa Gramática Histórica, onde mais desenvolvidamente tratamos do assunto. (ALI, 1969, p. 107)

Não admite, entretanto, a derivação imprópria como processo de formação, uma vez que não passaria de mera alteração semântica do vocábulo, geradora de contingente mudança de classe gramatical.

Mario Pereira de Souza Lima, depois das considerações etimológicas referentes à formação do vocabulário da língua portuguesa, no capítulo V, à semelhança de Eduardo Carlos Pereira, registra, no início das suas assertivas, a respeito da formação das palavras, que o vocabulário oriundo do latim vulgar desenvolveu-se, cada vez mais, e ainda se desenvolve,pela formação de novas palavras originadas de outras.

Relativamente ao conceito de derivação, apenas com o acréscimo de sufixos, alinha-se, como Pereira, embora de modo mais estreito, com a tese histórico-comparativista de que o processo formador de palavras tem natureza meramente morfológica.

A abordagem de **Souza Lima**, todavia, diferencia-se da realizada por esse gramático, pelos seguintes procedimentos de análise:

a) distribui os sufixos nominais, somente a partir das classes gramaticais da palavra primitiva e da palavra dela derivada, restringindo a ordenação aos limites da morfologia: *sufixos que formam substantivos de adjetivos, sufixos que formam adjetivos de verbos;*

b) ressalvada a referência ao traço semântico dos sufixos que designam naturalidade. Já Pereira agrupa os sufixos por famílias ideológicas, a partir de seus traços semânticos;

c) não reconhece a derivação imprópria, identificada por Pereira, tratando o fato gramatical, em separado, como *"mudança de classe das palavras"*, abordando-o num outro capítulo, o de número *IX, n*o qual restringe o fato à transformação de substantivos de uma categoria em substantivos de outra categoria, ou em adjetivos; e à assunção do papel de substantivos por palavras de quaisquer outras classes.

Em referência aos sufixos verbais e aos formadores de aumentativos e diminutivos, os três autores recorrem à explicitação de seus traços semânticos, para adicioná-los à descrição morfológica e assinalam todos eles a existência do sufixo formador de advérbios.

Como está configurado, nas referências supracitadas às abordagens descritivas dos três gramáticos, Said Ali é o único que concebe a prefixação como derivação, embora, sem nenhuma justificativa, relacione os prefixos de origem grega, no capítulo referente à composição.

Eduardo Carlos Pereira acompanha a maioria das gramáticas científicas, ao identificar a prefixação como uma modalidade de composição, juntamente com a justaposição e a aglutinação.

Para **Mario Pereira de Souza Lima**, a prefixação é um processo distinto de formação de palavras, e trata de suas características, em capítulo determinado, o ***Capítulo VIII***, em que descreve a prefixação como um processo de formação de palavras novas pela anteposição de prefixos a vocábulos preexistentes e subdivide os prefixos em preposicionais e adverbiais, analogamente ao que fazem Eduardo Pereira e Said Ali.

Mas **Souza Lima** assinala que os primeiros, os preposicionais, formam com a palavra primitiva *"um verdadeiro complemento de um nome subentendido"*, aplica ao vocábulo derivado uma análise de ordem sintática, enveredando pelo terreno da analogia, aqui improcedente, entre a estrutura locucional e a estrutura vocabular, diferenciadas funcionalmente, em termos sincrônicos.

Reconhece nos segundos, os adverbiais, agora em concordância com Eduardo, um papel *"modificador do significado da palavra à qual se antepõem"*. (1937, pag. 292). Relaciona os prefixos em listas, em função de suas formas serem vernáculas, latinas ou

gregas, como também procede Eduardo Pereira, que, no entanto, os distribui pelos grupos ideológicos constituídos em sua descrição.

Said Ali lista apenas os prefixos de origem latina, tendo em vista que relaciona os prefixos de origem grega, no capítulo referente à composição. Incoerência já assinalada.

Ainda neste capítulo (**IX**), faz referência aos *"substantivos post-verbaes tirados de verbos mediante a troca das terminações do infinito (ar, er, ir) por uma das vogais a, e, o. (...) Os substantivos post-verbaes provem quase todos da primeira conjugação. Exs: falha, prova (...).* Quando denota ação, é derivado, se algum objeto ou substância, primitivo. Este processo de formação, arrolado juntamente com o de mudança de classe das palavras, é incluído entre os casos de derivação imprópria por Carlos Pereira, que assumia a compreensão vigente de que sob esta terminologia seriam agrupados os subprocessos em que não se verificava ao acréscimo de elementos mórficos e chamado por Said Ali derivação regressiva, denominação que viria a ser adotada pela NGB.

Em nota de rodapé, elucida, citando Leite de Vasconcelos, a proveniência efetiva destes substantivos, incorretamente apontada nas gramáticas de base científica e não esclarecida por Eduardo Carlos Pereira ou Said Ali.

> (...)pelo menos no que toca ao português, os substantivos provêm, não de determinada pessoa do verbo, mas do thema verbal geral, ou thema puro (...) A prova de que os substantivos não vêm de pessoas do verbo está por exemplo em tropêço, confêsso, rôgo, êrro, que se pronunciam com a vogal fechada, ao passo que as respectivas pessoas dos verbos, são tropéço, confésso, rógo, érro, com a vogal aberta. (VASCONCELOS, 1890, pag. 411)

Além da sustentação teórica advinda da obra de Leite de Vasconcelos, há o recurso à postulação de Mario Barreto referente à distinção primitivo/derivado (verbo ou substantivo) na formação dos *"substantivos post-verbaes"*:

> (...) se o substantivo denota accção, será palavra derivada e o verbo palavra primitiva; mas, se o nome denota algum objecto se verificará o contrario. (BARRETO, 1955, pag. 246)

No ***Capítulo X***, finaliza-se a descrição dos processos de formação de palavras, com o enfoque da composição, *"(...) processo pelo qual se reunem duas palavras independentes para exprimir uma idéa única e nova. Assim, pontapé não significa a ponta e o pé, nem a ponta do pé, mas encerra uma idéa nova e singular de pancada dada com a ponta do pé"*

(pag. 299), distinto da prefixação, em decorrência de ser uma aposição de proclíticos que não têm, por sua natureza, a função de formar palavras novas, papel dos prefixos.

O exame do processo tem, na época, a influência da teoria de Darmesteter, segundo a qual:*"Il existe trois sortes de composition: la composition apparente ou justaposition, la composition proprement dite, ou elliptique, la composition par particules"*.

Eduardo Carlos toma-a como referência para propor a tripartição: *prefixação, juxtaposição e agglutinação*, distinguindo, respectivamente a segunda da terceira em função da manutenção prosódica e gráfica de ambos os elementos ou da perda da autonomia do primeiro elemento. Divide a justaposição em três: por coordenação, por subordinação e por locuções ou frases verbais; e a compara à aglutinação, considerando os compostos por aglutinação perfeitos em face de seus elementos fundirem-se não só na forma como também na idéia para expressarem um conceito único *(aguardente = água+ardente)*, ao contrário, na justaposição mantém-se a integridade vocabular dos elementos, através da conservação de suas prosódias e grafias, embora formem uma noção única *(mestre-sala).*

Said Ali registra apenas que, na sua *Grammatica Historica,* discute a teoria de Darmesteter e formula uma distinção alternativa entre composição e justaposição(comojá visto antes,trata a prefixação como derivação),na qual define composição como a combinação de duas ou mais palavras,para designar um conceito novo diferenciado do sentido primitivo dos componentes e, justaposição como caso de composição, em que um dos termos mantém ainda o seu sentido, havendo, entretanto a tendência de se especializar o sentido para indicar um conceito único e diferente.

Apesar de ambos recorrerem a critérios mórficos e semânticos, fica evidente a prevalência do sentido, na conceituação de Said Ali e a ênfase dada aos aspectos fonéticos e gráficos por Eduardo Carlos.

A descrição da composição feita por **Souza Lima** é mais esclarecedora, embora construa uma taxonomia com especificações muito detalhadas. De toda forma, os quatro agrupamentos resultantes organizam-se a partir de critérios exclusivos, específicos, a saber:

1. prosódico e ortográfico:- composição perfeita[um só acento; uma só palavra: vinagre] e composição imperfeita [cada elemento conserva seu acento; representação ortográfica dupla, vocábulos se juntam como na composição perfeita ou se separam pelo hífen: varapau, verde-mar].

2. morfofonético:- composição aglutinativa [elementos sem nenhuma modificação: pombo-correio] e composição flexiva [um dos elementos se altera: grã-cruz].

3. morfossemântico:- composição justaposta [não omite nenhum elemento gramatical

necessário para indicar a relação das diversas partes da palavra composta: aguardente] e composição elíptica [há uma relação subentendida entre os elementos componentes: boquiaberto].

4. funcional:- composição coordenativa [os dois elementos se unem por concordância ou coordenação: surdo-mudo] e composição subordinativa [os elementos se unem por uma relação de complemento do substantivo, do adjetivo ou do verbo: agricultura, fidedigno, mata-mouros].

Tanto **Mario Pereira de Souza Lima**:

> Toda composição é o resultado da approximação que se estabelece entre uma idéa de maior extensão e generalidade, e outra idéa mais particular que determina e especifica a primeira. Aquella é o elemento determinado, e esta o elemento determinante da composição. Exemplos: em couve-flor, o elemento determinado é couve e o determinante flor; em agricultura, o determinado é cultura e o determinante agri (...). (LIMA, 1937, pag. 301)

quanto Eduardo Carlos Pereira:

> Em todo composto existe um elemento principal, que contém a idéa genérica: é o determinado; e um elemento acccessorio, que contém a idéa especifica: é o determinante. Em couve-flor e aguardente, couve e água conteem a idéa principal ou genérica; são os determinados; ao passo que flor e ardente trazem a idéa accessoria ou especifica: são os determinantes. (PEREIRA, 1930, p.254)

sustentam as suas descrições do processo de composição com a dicotomia *determinante / determinado*, que embasa a estrutura saussereana do sintagma, conforme Mattoso Camara o explicita:

> Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior. De acordo com a definição implícita em Saussure, entende-se hoje apenas por sintagma um conjugado binário (duas formas combinadas) em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação com outro elemento que é DETERMINADO.
> Tanto o sintagma como a sequência apresentam planos hierárquicos de formação, a partir do plano primário das formas mínimas constituindo a palavra (ex.: sintagma - loba, em que a desinência de feminino é o determinante do tema lobo, aguardente, em que ardente é o determinante de água; sequência - auriverde, em que há coordenação de áureo com verde).
> Tem-se assim: 1) o sintagma lexical, que é uma palavra – primária ou simples ou secundária por derivação ou composição; (...). (CAMARA JR., 1973, pag. 356

Ao término do LIVRO TERCEIRO, em seus dois capítulos finais, os de números XI e XII, o **autor** examina o mecanismo flexional da língua portuguesa, constituído pelo conjunto das variações de forma dos substantivos, adjetivos, artigos, nomes numerais, pronomes e verbos, as palavras variáveis.

Considera ele**,** da mesma forma que os outros dois gramáticos,que existem, em português, duas espécies de flexão: a flexão nominal, que abrange os nomes (substantivos, adjetivos, numerais), pronomes e artigos e a flexão verbal, que abrange os verbos.

Mas, a respeito da flexão nominal, Capítulo XI, não coincidem as tipologias presentes nas três gramáticas. Na de Eduardo Carlos, figura a tradicional divisão tripartite número, gênero e grau e na de Said Ali, não existe teorização referente à flexão, discorrendo o gramático sobre gênero e número, sem vincular o ajuste formal, que não deixa de ser indicado por ele, ao mecanismo morfossintático sistemático da flexão.

Mario Pereira, na *Grammatica Expositiva*, assevera que *"Consiste a flexão nominal nas variações de gênero e número que se verificam nos nomes e pronomes"*, consideração provinda de seu reconhecimento do caráter derivacional, por sufixação, dos processos de formação dos graus aumentativo e diminutivo do substantivo, o que o afasta da tradição vigente. Resta, sem explicação do **autor**, a menção aos graus comparativo e superlativo do adjetivo, dentro do quadro das flexões, delineado em sua gramática.

Este procedimento, observados os termos de sua formulação, indicia que a natureza morfossintática das formações analíticas e absolutas, do comparativo e do superlativo, descrita pelo gramático, justificaria a não inclusão das mesmas entre os casos de derivação, mas, da mesma forma, não indicaria a pertinência de relacioná-las como flexões.

Além das impropriedades na descrição das formas analíticas e absolutas, revela-se a incoerência do tratamento dado às formas sintéticas, uma vez que as mesmas são, inequivocamente, casos de derivação sufixal, tal como as formações do aumentativo e do diminutivo, desta forma analisadas pelo **autor**.

O sistema flexional de número é detalhado sem maiores divergências entre os autores, já que, em diferentes disposições, referem-se os três ao plural dos nomes terminados em vogal, ditongo, consoantes, ditongo *ão*; a casos particulares; ao plural com metafonia; ao plural dos nomes próprios; aos nomes com diferenças de sentido decorrentes do número; ao plural dos diminutivos e ao dos nomes compostos. Ressalvadas, aqui, as diferenças de grafias, nas formações do plural, oriundas das opções ortográficas dos autores.

Todavia, a grande questão relativa à flexão, em **Mario** e nos outros dois autores, é o gênero, especialmente na relação estabelecida com o sexo biológico, marcadamente manifesta nas gramáticas da época, conforme aponta Ricardo Cavaliere:

> A atual concepção do gênero como uma *categoria* ou um *aspecto* gramatical da língua que se aplica no nome também, não vicejava nas páginas da gramática científica. Lá encontramos uma concepção de gênero que vai do mero fator classificatório – "Gênero é a distribuição dos nomes relativamente ao sexo natural ou usual" – até uma outra, mais avançada, que o entende como fator tipificador do nome (...)
> Quebra-se, entretanto, este pacífico liame entre gênero e sexo nas páginas da *Grammatica Secundaria*, de Said Ali, não obstante o velho mestre não hesite em manter relação direta entre esses fatores, ao menos quando trata dos nomes próprios. Said Ali define gênero como "a distinção que em português fazemos entre masculino e feminino". Semelhante definição, a rigor, carece de fundamentação teorética, pois gênero, seja qual for a linha de análise lingüística, sempre será um fato da língua, não a *distinção* de fatos da língua. Melhor disseram, portanto, Carneiro Ribeiro, Maciel e Pereira ao definir o gênero como *propriedade* da palavra. (CAVALIERE, 2000, p.267-268)

Depois de enumerar os substantivos comuns de dois, sobrecomuns e epicenos, **Souza Lima** expressa sua visão de gênero, a mais ajustada à compreensão predominante nas gramáticas científicas, a mais insubsistente das colocações feitas, nas gramáticas em cotejo, uma vez que, de algum modo esta visão recorrente é problematizada nas duas outras gramáticas:

> Afora os casos dos nomes comuns de dois e sobrecomuns, e dos epicenos ou promíscuos, exprime-se a idéa dos sexos masculino e feminino, ou por uma palavra diversa ou por uma terminação differente. (LIMA, 1937, p. 308)

Eduardo Carlos e Said Ali, ademais de descreverem as flexões nominais, mostram também como se dá o agrupamento dos nomes no gênero masculino ou no gênero feminino, a partir dos dois modos determinantes dos gêneros dos substantivos, em português: a significação (um critério semântico) e a terminação (um critério morfológico).

Souza Lima não faz este tipo de apreciação, restringe-se aos aspectos estritamente relacionados com a flexão dos substantivos e dos adjetivos, tratados também pelos dois outros autores.

No **Capitulo XII**, o último do Livro Terceiro, **Mario Pereira** examina a flexão verbal, de modo bastante objetivo. Firma, logo de início, uma posição referente à existência de apenas três conjugações, em português, enquadrando o verbo pôr na segunda conjugação, sob a justificativa diacrônica seguinte: *"O verbo pôr é uma contracção da antiga forma poer; não passa, portanto de um verbo irregular da 2ª conjugação"*, com a qual se aproxima de Said Ali, que tem o mesmo entendimento.

Porém, distancia-se de Eduardo Carlos Pereira, que reconhece a etimologia do verbo, mas opta por reafirmar a subsistência da 4ª conjugação, constituída pelo verbo pôr e seus derivados, mesmo sendo, em suas palavras: "*uma conjugação morta, por não ir além de um*

verbo, enquanto as outras, principalmente a 1ª, se dizem vivas por servirem de typo á formação de novos verbos". De positivo, nestas palavras, a observação sobre a produtividade, na inovação vocabular, do paradigma verbal da 1ª conjugação.

É importante observar a ponderação de Cavaliere (2000): *"Se, hoje, após o longo e profícuo percurso que traçou no século XX, a lingüística ainda não chegou a um consenso sobre a natureza do verbo, obviamente não poderíamos esperar que tal convergência se lograsse (...) da gramática científica"*. E é ainda o mesmo autor que faz as proposições que seguem:

> Não há dúvida de que a definição meramente semântica do verbo não logra abranger a totalidade de palavras que integram esta classe gramatical (...) Impunha-se, destarte, atribuir ao verbo algum traço efetivamente individualizador, idiossincrásico, de tal sorte que o conceito não fluísse a ponto de atingir palavras estranhas a esta classe gramatical.Progride-se, assim, para um conceito híbrido em que confluem os critérios semântico e morfológico. (CAVALIERE, 2000, p. 284)

Em consonância com o progresso da definição de verbo, registrada por Cavaliere, acima citado, e dando sequência à conceituação semântica/funcional do verbo, já levada a efeito, nos Livros Primeiro e Segundo, examinados nos itens: 3.2.1 Dos modos geraes da expressão do pensamento e 3.3.1 Das partes do discurso e suas funções, deste trabalho, **Mario Pereira** empreende uma descrição de cunho estritamente morfológico, avançada para os padrões da época, que tem início com estes dizeres: *"A conjugação do verbo apresenta um conjunto de flexões de numero, pessoa, tempo e modo, e no participio do preterito da voz passiva apresenta igualmente flexão de gênero"*.

Observe-se a alusão à flexão de gênero do *participio do pretérito da voz passiva*, não referida pelos outros gramáticos, como que a antecipar os procedimentos analíticos desenvolvidos, no conjunto da explanação sobre a flexão verbal, discriminados a seguir.

O primeiro diferencial é a caracterização precisa das três conjugações, *"Há em português tres typos de conjugação, que se determinam pela última vogal do thema"*, não pela "terminação", termo utilizado então, mas pelo *thema*, constituído, nesta análise, pela seguinte estrutura *"O* ***thema do verbo é aparte que no infinitivo se encontra antes da desinência r"***, ou seja, pelo radical mais a vogal temática, a qual, embora não seja assim denominada, já é reconhecida como a característica do verbo; *"Chama-se* ***característica do verbo a ultima vogal do thema****:* ***a*** *na primeira conjugação,* ***e*** *na segunda,* ***i*** *na terceira"*. (1937, p. 327).

Assinale-se a denominação **desinência,** para o elemento mórfico ***r***, e a **especificação do sentido da denominação *thema***, utilizada indistintamente para o radical pelos demais estudiosos.

Mais precisas são também as definições, quanto à flexão, da regularidade, irregularidade e defectividade dos verbos:

> 1º Chama-se ***regular***o verbo que através de toda a conjugação,**conserva inalterado o mesmo *thema***sem a característica e as mesmas terminações do modelo comum de conjugação a que pertence, ex.: *louvar, vender partir*.
> 2º Chama-se ***irregular*** o verbo que, através de sua conjugação, ***apresenta anomalias thematicas, flexionaes ou thematico-flexionaes,*** isto é, anomalias que se verificam apenas no thema, apenas na flexão, ou conjunctamente no thema e na flexão. Assim, ***há anomalias thematicasem digo, de dizer***; há anomalias ***flexionaes em estive, de estar, e tenho de ter***; há anomalias ***thematico-flexionaes, em soube, de saber e trouxe, de trazer***.
> 3º Chama-se ***defectivo*** o verbo ao qual ***falta alguma forma ou flexão***, ex.: **florir, rehaver, remir**. (LIMA, 1937, p. 328)

Interessante registrar que, após a apresentação dessas definições, também expendidas por Eduardo Carlos, eivadas de imprecisões e obscuridade relativas à segmentação dos elementos mórficos, é feita uma observação de teor neogramático à classificação dos verbos, em função do caráter de regularidade ou não de sua flexão, a demonstrar, mais uma vez, a convivência de concepções diacrônicas com as práticas descritivas sincrônicas adotadas por **Souza Lima**, denotadoras estas últimas da insinuação de procedimentos analíticos estruturalistas, nas suas formulações.

> Note-se, porém, que esta classificação em verbos regulares e irregulares é simplesmente uma classificação pratica, pois, perante a história da língua, tanto os verbos regulares como os irregulares seguiram nas suas transformações as mesmas leis. (LIMA, 1937, p. 328)

Distinta também é a classificação morfológica dos verbos, demarcada por **Souza Lima** somente pelo critério formal da flexão (verbos regulares, irregulares e defectivos). Não são arrolados por ele os verbos auxiliares, como um quarto tipo de verbo, neste âmbito, pois os mesmos, por seu aspecto flexional, incluem-se nos irregulares. Os outros autores, porque não concebem a conjugação através do critério mórfico estrito, em termos flexionais, fazem dos auxiliares um quarto componente desta tipologia.

De forma semelhante ao procedimento de Eduardo Carlos Pereira, **Mario** reconhece na conjugação regular dos verbos, nas formas simples: a) cinco modos (Indicativo, Condicional, Imperativo, Subjuntivo e Infinitivo); b) cinco tempos no Indicativo (Presente, Pretérito imperfeito, Pretérito perfeito definido, Pretérito mais que perfeito e Futuro

imperfeito); um tempo no Condicional (Presente); um tempo no Imperativo (Presente); três tempos no Subjuntivo (Presente, Pretérito imperfeito e Futuro imperfeito) e quatro tempos no Infinitivo (Presente impessoal, Presente pessoal, Particípio presente e Particípio pretérito).

A diagramação da representação do quadro descritivo das flexões de modo, tempo, pessoa e número das três conjugações, evidencia ter **Souza Lima** utilizado, aos moldes do estruturalismo, uma técnica contrastiva de depreensão dos morfemas constituintes das formas verbais, ao segmentar, além do tema (radical + vogal característica), as desinências que expressam tempo/modo e número/pessoa.

Notáveis exemplos desta utilização são as diferenças de segmentação mórfica entre:

a) **as análises das formas da 3ª pessoa do plural do Pretérito perfeito** e **as da mesma pessoa do Pretérito mais que perfeito:** Pretérito Perfeito *(Louva ram; Vende ram; Parti ram)* e Pretérito mais que perfeito *(Louva ra m; Vende ra m;Parti ra m)*;

b) **a depreensão das desinências da 2ª pessoa do plural do Presente e do Futuro imperfeito do Subjuntivo:***(Louve s-Louve is; Louva res- Louvardes; Vendas - Venda es; Vende res- Vende rdes; Parta s - Parta es; Parti res - Partirdes)*;

c) **a depreensão das desinências da 3ª pessoa do plural do Presente do Subjuntivo:** *(Louve -Louvem;Venda - Vendam; Parta - Parta m)*;

d) **a depreensão das desinências da 3ª pessoa do plural do Futuro imperfeito do Subjuntivo:** *(Louva r - Louvarem; Vende r - Vende rem; Parti r - Parti rem).*

e) **a depreensão das desinênciasdo Infinitivo Presente impessoal, do Particípio Presente e do Particípio Pretérito:** *(Louva r - Louva ndo - Louva do; Vende r - Vende ndo - Vendi do; Parti r - Parti ndo - Parti do)*

Não fossem algumas questões surgidas no processo de segmentação, seria possível dizer que teria havido uma depreensão de constituintes imediatos do vocábulo, nos paradigmas das *"Conjugações Regulares dos Verbos nas Formas Simples"* (1937, p. 329-330).

Conforme o ocorrido em outras análises, feitas inclusive neste Livro Terceiro, algumas soluções obtidas o foram por interposições de ordem conceitual diacrônica, para a descrição de determinadas formas verbais, tais como:

1) **a primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo**, em que a assimilação da vogal característica (temática) pela desinência de número resultou não na variação *zero* da vogal, mas na manutenção do tema, agora com a adição do *o* ao radical, para o ajuste da análise às definições elaboradas pelo **autor***(Louvo; Vendo; Parto);*

2) a primeira e a terceira pessoas do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo da 1ª conjugação, onde a formação de um ditongo por assimilação parcial da vogal característica pela desinência de número, fato de ordem fonética, obliterou a segmentação *(Louvei; Louvou),* o que não se deu nas outras duas conjugações, por não ter havido a assimilação*(Vende u; Parti u);*

3) a análise mórfica do Futuro imperfeito do Indicativo, esta, em especial, procedida com o recurso ao conhecimento advindo dos estudos diacrônicos, relativos à história da língua portuguesa, segundo tão bem explica Serafim da Silva Neto:

> O futuro latino que se desfigurava em virtude do desgaste fonético, foi pouco a pouco substituído por uma forma perifrástica, constituída do verbo mais o presente do indicativo de *habere*. Já em S. Jerônimo, como acentua Goelzer, se nos deparam construções deste tipo: *"Quae nunc fiunt...hi qui nasci habent scire non poterunt"* – onde, substituindo-se a forma depoente pela ativa, temos *onscere habent* (port. *Nascerão).*
> Com a perífrase constituída pelo infinitivo do verbo e o imperfeito do indicativo (tipo *amare habebam)* formava-se um novo tempo – o condicional, ou, como se pode chamar com mais exatidão, o futuro do perfeito. (NETO, 1999, p. 240)

tem a segmentação morfológica obliterada pela adoção da análise de corte diacrônico *(Louva - r – ei, Louva - r - emos; Vende - r – ei, Vende - r - emos; Parti - r– ei, Parti - r - emos).*

Registre-se, a fim de acentuar o caráter inovante da descrição efetuada por **Mario Pereira**, que Eduardo Carlos ((Louv - avamos, Vend -íamos, Part - íamos; Louv - assemos, Vend - essemos, Part - issemos) e Said Ali (cant - avamos, vend - iamos, pun-*iamos; cant - assemos, vend - essemos, pun - issemos),* ao montarem os paradigmas das conjugações verbais, não fazem mais do que separar o radical (também indistintamente denominado tema) do conjunto indiferenciado de *terminações* verbais, como nos exemplos supra dos Pretéritos Imperfeitos do Indicativo e do Subjuntivo, na 1ª pessoa do plural.

A seguir, são apresentados os paradigmas da conjugação dos verbos auxiliares *(ter, haver e ser),* a conjugação dos tempos compostos, o paradigma da Voz Passiva, o da Voz Reflexiva e o da conjugação dos verbos com o pronome pessoal enclítico de 3ª pessoa.

Esses paradigmas, excetuado o do pronome pessoal enclítico, são também apresentados nas duas outras gramáticas, sem diferenças apreciáveis.

Finalizando o último capítulo do LIVRO TERCEIRO, são apresentadas observações sobre a prosódia e a ortografia de alguns verbos regulares e listagens com as formas características dos verbos irregulares, semelhantemente ao que fazem Eduardo Carlos Pereira e Said Ali, também sem diferenças apreciáveis, a não ser a consideração de Eduardo sobre a

recorrência, em verbos irregulares, das anomalias dos tempos primitivos nos tempos derivados.

3.5 Livro Quarto

3.5.1 Da construção do período

Assim como no Livro Segundo, **Mario Pereira** inicia o Livro Quarto com o tópico *"Generalidades"*, no qual apresenta o conteúdo a ser abordado. Nesta apresentação, o **autor** expressa mais um avanço conceitual, desta vez relativo à compreensão do que se entendia por processos sintáticos, na época:

> Os processos syntaticos pelos quaes se exprimem as ralações das palavras e das phrases são a *ordem ou colocação*; a *concordância* ou correspondência de flexões entre certos elementos da proposição; a *dependência* de uns termos para com outros, também chamada *regência*; a *coordenação* e a *subordinação de orações*; o emprego dos *modos e tempos* dos verbos. (LIMA, 1937, p. 371)

Uma conceituação mais abrangente do que a formulada por Carlos Eduardo Pereira, para quem os processos sintáticos limitavam-se à concordância, à regência e à colocação. E também à de Said Ali, que dá tratamento, em separado, a cada uma delas, sem estabelecer o seu agrupamento, sob qualquer denominação que seja.

Ainda nas *"Generalidades"*, antecipa-se a outra diretriz, a prescritiva, que marcará presença no desenvolvimento da abordagem, como consequência das descrições ali efetuadas. O caráter prescritivo, neste Livro da *"Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa"*, *"Qualquer erro commetido contra as regras de Syntaxe constitue um vicio de linguagem denominado solecismo"*(1937, p.371),está prenunciado no próprio título da obra, que é ampliado pela explicitação de sua finalidade *"Para uso da escolas secundarias"*, atinente ao perfil pedagógico da publicação.

Desta forma, depois de descrições introdutórias, os seis capítulos deste livro prescrevem as regras para o "bom uso" dos procedimentos de colocação, concordância, regência, emprego dos tempos e modos e pontuação.

A prescrição de regras para o "bom uso" dos processos sintáticos, na construção do período, bem como no campo da fonologia, da morfologia e da ortografia, é característica de todas as gramáticas de viés pedagógico e, portanto, está presente, também, na *"Grammatica Expositiva – Curso Superior"*,de Carlos Eduardo Pereira e na *"Gramática Secundária da Língua Portuguesa"*, de Said Ali, aqui cotejadas com a de **Mario Pereira de Souza Lima**, haja vista as suas explícitas destinações: para o *"Curso Superior"*, a primeira e *"Secundária"*, a segunda.

No começo do *Capítulo I, Da ordem*, é assinalada a liberdade de colocação dos termos da oração fora da ordem direta, em nosso idioma, especialmente a de anteposição do verbo ao sujeito, nas orações interrogativas e imperativas, nas independentes, intercaladas em outras e nas proposições de caráter narrativo: (*Como vae o doutor?; Corria o anno de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1710, era Summo Pontifice Alexandre III...).* Também os adjetivos qualificativos são colocados antes ou depois dos substantivos que modificam, embora exista uma diferença de sentido oriunda da posição: *(ovelhas mansas, mansas ovelhas; filho querido, querido filho),* conforme o autor justifica, citando Rodolpho Lenz:

> O adjetivo anteposto tem valor subjectivo e encerra uma determinação ou uma apreciação affectiva (moral ou esthetica) do substantivo; o posposto tem valor objectivo e encerra uma especificação lógica distinctiva do substantivo. (LENZ, 1925, p.177)

Em face deste critério, o adjetivo intrinsecamente descritivo posiciona-se depois do substantivo, de modo obrigatório: *(olhos azues, literatura inglesa, código civil).* Pode, ainda a anteposição gerar diversidade de sentido: *(simples homem, homem simples; certo relógio, relógio certo).* Destaca-se a determinação da função sintática pela posição da palavra na frase, possibilitando a distinção entre o sujeito e o complemento direto: *(O pae ama o filho; o filho ama o pae).*

No que diz respeito às considerações gerais sobre a sintaxe de colocação, a gramática de **Mario Pereira** assemelha-se conceitualmente à obra de Carlos Eduardo Pereira, embora seja muito menos elucidativa, chegando inclusive a reproduzir exemplo utilizado por este autor*(Corria o anno de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1710, era Summo Pontifice Alexandre III...).*

Difere, no entanto, do compêndio de Said Ali, que toma por base, para a determinação da colocação dos termos na oração, também a acentuação, a intonação oracional própria da língua, o ritmo ascendente do Português, compatível com a estruturação sintático-semântica, em que se enuncia primeiro o termo menos importante e depois, com acentuação mais forte, a informação nova e de relevância para o ouvinte, o que resulta a ordem direta (sujeito, verbo e complemento).

Entretanto, dando curso à tradição gramatical que perdura até hoje, a maior parte deste capítulo é dedicada às regras de colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, aos quais **o autor** agrega o pronome demonstrativo *o.*

Assim, desenvolve-se a enumeração das regras de colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, relativas à próclise, à mesóclise e à ênclise.

No que diz respeito à anteposição obrigatória dos pronomes aos verbos, são relacionadas as seguintes regras: 1º - Ao verbo de modo finito, em oração negativa *(não lhe perguntei isso; ninguém me procurou)*; 2º - Ao verbo finito precedido dos advérbios conjuntivos *como* e *quando*, dos pronomes relativos ou interrogativos *que, quem, qual, cujo, quanto*; do advérbio *onde* e da interrogação *porque?* ou *por que?*, exemplos: *o amigo de quem te fallei; a pessoa de cujo interesse se trata; o livro que você me emprestou; quantos o conheciam; este é o lugar onde SAE verificou o desastre; quando o procurei você tinha sahido; não sei como se dizem tantas tolices; porque (ou por que) não te aplicas mais? Como se chama esta criança? Quando se deu este facto?*; 3º - Ao subjuntivo em oração subordinada, precedido de conjunção expressa ou elíptica *(ao creio que isto se repita; peço a Deus te proteja)*; 4º - Ao subjuntivo optativo precedido de sujeito ou de palavra enfática *(Deus te abençoe; bons ventos o levem)*; 5º - Ao verbo de modo finito precedido imediatamente de conjunção integrante *que (consta-me que o nomearam).*

Com o verbo no futuro imperfeito do indicativo e com o condicional presente, ocorrerá a mesóclise ou a próclise *(eu lhe repetirei isso* ou *eu repetir-lhe-ei isso)*. Não sendo admitida a próclise, se o verbo, no futuro ou condicional, iniciar o período e a ênclise, se for obrigatória a próclise.

Quando na conjugação perifrástica, ocorrerá a próclise do pronome ao grupo ou a ênclise a qualquer dos verbos, exceto quando a próclise for obrigatória para as orações de um só verbo *(eu lhe quero mostrar o livro; eu quero-lhe mostrar o livro; eu quero mostrar-lhe o livro)*, quando o último verbo tiver complemento, caso em que o pronome não poderá estar enclítico ao grupo verbal *(Como isto me faz remontar os annos de minha mocidade)* e quando o último verbo é intransitivo, o pronome, complemento do primeiro verbo, não pode estar enclítico ao segundo *(E vi-o passar com suas calças brancas engomadas)*. Ressalte-se, aqui, a recomendação feita por **Mario Pereira** de que é obrigatório, na linguagem escrita, o uso do hífen entre o verbo e o pronome que venha depois dele.

Este capítulo é encerrado com a observação de que, excetuados os casos tratados pelas regras enumeradas, não existe colocação fixa do pronome pessoal átono, que decorrerá então da necessidade de clareza, harmonia e ênfase da proposição.

Na abordagem deste tópico da sintaxe, a colocação, desponta a adesão mais acentuada do **autor** às normas prescritivas vigentes à época. De maneira acrítica, adota os

princípios de colocação estabelecidos pela doutrina gramatical lusitana, sem sequer fazer referência a usos diferenciados correntes, no Português do Brasil.

Diferentemente de **Souza Lima,** Said Ali ressalta, em maiúsculas, a diversidade de colocação verificada entre o falar brasileiro e o português, de modo genérico, sem explicitação de casos.

> A PRONÚNCIA BRASILEIRA DIVERSIFICA DA LUSITANA; DAÌ RESULTA QUE A COLOCAÇÃO PRONOMINAL, EM NOSSO FALAR ESPONTÂNEO NÃO COINCIDE PERFEITAMENTE DOM A DO FALAR DOS PORTUGUESES. (ALI, 1969, p.205)

Mas o registro da diferenciação limita-se a esta observação, tendo em vista que Said Ali desenvolve todo o conjunto de prescrições, com fundamento nos ditames da teoria gramatical portuguesa, expresso, em seguida, nas suas considerações introdutórias das regras de colocação do pronome átono, que são abonadas com exemplificação retirada de obras de escritores portugueses.

> Quanto ao uso observado em escritores lusitanos, formularemos algumas regras práticas, aplicáveis em parte também ao idioma do Brasil. É preciso, porém, considerar separadamente a prática com o infinitivo, com o gerúndio, com as formas finitas e com as conjugações compostas e perifrásticas. (ALI, 1969, p. 205)

Eduardo Carlos Pereira, embora inteiramente identificado com as normas prescritivas oriundas das gramáticas portuguesas, registra uma das mais expressivas diferenciações da variante brasileira do idioma, que é a colocação do pronome átono no começo de período.

> São enclíticos, quando o periodo grammatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral vedado começar-se período com pronome obliquo: *Levantou-se para sahir*, e não – *Se levantou para sahir*.
> Obs. – Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece,, me traga*, são expressões generalizadas em nosso fallar domestico. (PEREIRA, 1930, p. 251)

É interessante notar que Eduardo Carlos Pereira, além de registrar a variação de uso, vai buscar, em autores clássicos portugueses, legitimação para a variante brasileira, como nas cartas de Antonio Vieira: *"Me avisam em muito secreto que a Hespanha tem resoluto romper a guerra com a França"*. (PEREIRA,1930, p.254)

O *Capítulo II, Da concordância*, está organizado com a distribuição das regras de concordância em dois grupos: *A. Regras de concordância do verbo com o sujeito* e *B. Regras de concordância do adjectivo com o substantivo.*

O primeiro grupo, que trata da concordância verbal contém vinte e quatro regras, a seguir reproduzidas, de modo sintético:

1ª – O verbo concorda com o sujeito em número e pessoa, quando o sujeito é um só, designa um ser ou um grupo de seres, exceto quando o sujeito é um nome coletivo de significação partitiva, pois neste caso o verbo pode concordar com o complemento no plural *(a maior parte dos alunos compareceu ou compareceram ao exame);*

2ª – O verbo concordará com o pronome pessoal nós ou vós,quando o sujeito for um dos plurais *quais, quantos, quaisquer, alguns, nenhuns, muitos, poucos,* seguido do complemento *de nós,* ou *de vós,* ou *d'entre nós, d'entre vós (Quaes d'entre vós – prosseguiu – voltando-se para os cavaleiros que o rodeavam)*;

3ª – Se, no caso da regra anterior, o sujeito for do singular, o verbo também ficará no singular *(Qual de vós outros cavaleiros – dizia Pelagio aos que o rodeavam – duvidará um momento?)*;

4ª – O verbo pode ir para o plural, quando ao sujeito no singular segue um complemento ligado pela preposição *com (O vingador Filipe Osorio com o carcereiro chegaram são e salvos a Segóvia)*;

5ª – a) O verbo *ser* concorda com o predicado nominal, quando a oração é impessoal, ou quando o sujeito for o interrogativo *quem* ou um dos pronomes *isto, isso, aquilo, tudo, o (que) (Hoje são dez de janeiro; Quem são eles; Tudo são trevas)*; b) O verbo concordará com o sujeito nome de pessoa ou pronome pessoal *(Maria é as delicias de sua mãe).*

6ª – O verbo ser pode concordar com um predicado nominal no plural *(O cabedal são os talentos da natureza, a ventura são os auxílios da graça, a diligencia é a cooperação das obras)*;

7ª – O verbo fica no singular, quando o sujeito é constituído por uma expressão numérica considerada em sua totalidade *(Vinte e quatro horas não é muito)*;

8ª – O verbo pode concordar com o pronome pessoal, em sujeito como *cada um de nós, cada um de vós (Se assim o fizeres, cada um de nós te daremos mil e cem moedas de prata)*;

9ª – Deixam o verbo no singular, a menos que haja ideia de reciprocidade, as expressões *mais de um* ou *mais que um* seguidas de substantivos *(Mais de um jornal fez allusão nominal ao Brasil)*;

10ª – Quando depois das expressões *mais de, menos de, cerca de,* vem um numeral, com o qual constituem o sujeito do verbo, este assume a forma do plural *(Mais de sete séculos são passados depois que tu, ó Christo, vieste visitar a terra).*

11ª – O verbo deve ir para o plural, salvo um ou outro caso excepcional, com a expressão *um dos que (Morreu hontem o Cardeal Celsi, que foi um dos que estiveram próximos do Pontificado.)*;

12ª – Fica o verbo no singular, quando o sujeito tem a forma do plural mas exprime ideia do singular *(Falsos deuses também é expressão viciosa)*;

13ª – A regra é ficar o verbo na primeira pessoa do plural, quando se refere a sujeitos de mais de uma pessoa gramatical e um deles é de primeira pessoa. Se os sujeitos forem de segunda e terceira pessoa, vai o verbo para a segunda ou a terceira pessoa do plural *(Eu, tu e elle vamos à cidade. Tu e elle mereceis (merecem) louvor)*, além destas concordâncias gerais, encontram-se ainda algumas outras, das quais a que mais ocorre é a do verbo com o sujeito mais próximo na ordem indireta *(Irei eu e meus amigos)*;

14ª – Fica no singular o verbo referido a mais de um sujeito de terceira pessoa do singular, se estes sujeitos traduzirem por diversas palavras a mesma ideia, ou exprimirem gradação ou apresentarem uma unidade de sentido *(Uma palavra, um gesto, um olhar bastava)*;

15ª – Fica também no singular o verbo, quando os sujeitos constituem uma enumeração terminada por *tudo, nada, nenhum, ninguém, cada um (...a verdura dos campos, a suavidade das flores, o crystallino das águas, tudo attrae a nossa admiração).*

16ª – O verbo fica no singular, quando os sujeitos são infinitivos, salvo se estes exprimires separação ou contraste de ideias *(Nascer pequeno e morrer grande é chegar a ser homem. Usar de razão e amar são duas coisas que não se ajuntam)*;

17ª – O verbo fica no singular ou vai para o plural se os sujeitos estão ligados por *ou, nem, como, tanto... Como, assim... como, não só...mas também, do mesmo modo que (Nem a natureza, nem o demônio deixaram a sua antiga posse. Nem a vista, nem o ouvido, nem o gosto pode discernir entre cor, som e sabor)*;

18ª – Tem o verbo no singular ou no plural o sujeito *um e outro, nem um nem outro*, seguido ou não de substantivo *(Quando uma e outra cousa succede [succedem], padecerá o gosto a maior mortificação)*;

19ª – O verbo que tem por sujeito os relativos *que* ou *quem*, em frases como *sou eu que, fui eu quem, tu és o que, sois vós que* ou *quem*, concorda em número e pessoa com o sujeito do verbo *ser*, a menos que esta oração tenha um predicado nominal e considere que o indivíduo designado por este é distinto do sujeito *(Quem te disse que eu era o que te sigo?)*;

20 ª – Se o antecedente do *que* é um pronome pessoal ou aposto de pronome pessoal, o verbo da oração relativa concorda com este pronome *(Vós os que deixastes por mim e me seguistes, sentar-vos-ei no dia do meu juízo sobre doze cadeiras).*

21ª – O verbo concorda com o pronome ou substantivo que precede a locução invariável *é que (Tu é que tens culpa)*;

22ª – Deixam o verbo no singular ou levam o verbo para o plural sujeitos precedidos de *cada (Cada reino ,cada cidade, cada casa continuamente muda [mudam]a scena)*;

23ª – Com a expressão *cada um* depois do verbo, se o sujeito estiver no plural, o verbo ficará neste número, se o sujeito constar de mais de um substantivo do singular, ainda que haja algum do plural, a concordância se fará em qualquer número *(Se esses elementos grammaticaes não denota [denotam] cada um senão uma só espécie de relação...)*;

24ª – Quando se combinam orações de diferentes sujeitos e do mesmo verbo, este pode vir expresso unicamente na última, concordando no plural com o sujeito que tiver precedência na ordem das pessoas *(E quer V. Sª que eu e eu que V. Sª sejamos ouvidos!).*

Relativamente ao segundo grupo, *B. Regras de concordancia do adjectivo com o substantivo*, são apresentadas oito regras, reproduzidas sinteticamente, nos dois parágrafos, a seguir:

1ª – Concorda com o mais próximo ou vai para o masculino plural o adjetivo predicativo que se refere a sujeitos ou a objetos de ambos os gêneros *(É nociva a inveja e o ódio. São nocivos a inveja e o ódio)*;

2ª – Concorda com mais próximo o adjetivo atributivo que qualifica substantivos de ambos os gêneros, se vier anteposto a eles, se vier posposto, pode concordar com o mais próximo ou ir para o masculino plural *(mau lugar e hora, olhos e juízo humano[s])*;

3ª – Dois ou mais adjetivos do singular podem relacionar-se com um substantivo do plural *(as grammaticas portuguesa, francesa e inglesa)*;

4ª – Fica no singular o substantivo acompanhado de *um e outro, nem um nem outro (A um e outro filho mais difficultoso foi o estudo da ignorância que o uso da sabedoria)*;

5ª – *Um e outro, um ou outro*, referidos a pessoas ou coisas de ambos os gêneros, se conservam em regra no masculino *(A alma e o corpo, quando unidos, vae um para onde vae o outro).*

6ª – O adjetivo *meio*, empregado como advérbio, pode ficar invariável ou concordar com o substantivo *(Eu não, que já sou meia moça, concluiu rindo. Encontrei cruz meio quebrada)*;

7ª – Diz-se que a concordância se faz por silepse, quando a palavra variável ajusta-se não à forma de outra , mas à ideia expressa por esta. É o que ocorre na concordância do verbo com o coletivo *(A multidão furiosa depredavam a Prefeitura)* e nos casos em que os pronomes de tratamento designam pessoas do sexo masculino *(V. Exª é poderoso)*;

8ª – Ficam invariáveis os adjetivos *preciso, necessário, bom*, considerados substantivados, nas expressões *é preciso, é necessário, é bom (É necessário uma derradeira prova de esforço).*

As regras de concordância verbal e de concordância nominal, formuladas por **Mario Pereira de Souza Lima,** são muito semelhantes às apresentadas tanto por Eduardo Carlos Pereira quanto por Said Ali e reproduzem todas elas os ditames já presentes nas gramáticas lusitanas. O quadro definido, naquela etapa dos estudos gramaticais, mantém-se no essencial, até hoje, na maioria das gramáticas normativas, com poucas alterações, no mais das vezes por razões de ordem didática.

Apesar da semelhança entre as regras elencadas, o delineamento do quadro feito por Eduardo Carlos é muito mais organizado didaticamente, o que favorece bastante a clareza da descrição. Há, de início, a apresentação da regra geral, seguida das regras especiais, seja no capítulo referente à concordância verbal, seja no da concordância nominal.

Apenas ALI (1969) traz à consideração de seus leitores, apreciações sobre o uso, na linguagem corrente:

> *"OBSERVAÇÃO. – Na linguagem corrente de hoje, sendo desusado o tratamento vós, e desusada portanto a forma verbal respectiva, fala-se segundo os exemplos de Arrais e Herculano [Desejo que tu e quantos me ouvem se tornem qual eu sou][Tu e os outros velhacos da tua laia lhe estorroaram na cara lixo e terra]. (ALI, 1969, p. 150)*

O *Capitulo III, Da regência*, inicia-se pela conceituação deste processo sintático como *"... a relação entre um complemento e a palavra à qual se subordina... subordinação de uma palavra à outra, ou quando esta tem complemento"* (1937, p. 394). Discute-se, em seguida, a modalidades de efetivação da regência, através das preposições, que relacionam palavras, das conjunções subordinativas, que ligam proposições e da posição, ordem ou colocação de certos termos: os objetos diretos e os indiretos pronominais átonos (lhe, te, se). Sem abordar a regência nominal. Assinala o autor que o estudo da regência já fora feito parcialmente, nos capítulos que trataram de complementos, preposições e conjunções.

Depois de conceituar o anacoluto como recurso de expressividade utilizado pelos bons escritores, em desacordo com as regras comuns da sintaxe, para por em relevo, no início da oração, um termo que deveria ocupar outra posição, **Mario Pereira** relaciona cento e sessenta e seis verbos, sendo cento e três da primeira conjugação, trinta e cinco da segunda e vinte e oito da terceira, para examinar-lhes as regências, com diferentes sentidos e em contextos diversos.

Registrem-se, a título de exemplo as regências reconhecidas pelo autor, referentemente aos verbos *aspirar, assistir e carecer*.

Verbo *aspirar*:

a) Na acepção de "respirar" (Rola a foice de Ceres luminosa / No azul...Flora, vens já, que a alma te sente / No ether fino, na luz, na água, na umbrosa / Selva, e em tudo *te aspira* avidamente);

b) Na acepção de "pretender" (Viu ser cativo o santo irmão Fernando / Que *a tão altas empresas aspirava*);

c) Na acepção de "favorecer", em que é latinismo (Imploramos favor que nos guiasse, / E que nossos começos *aspirasse*).

Verbo *assistir*:

a) Na acepção de "prestar assistência a alguém" (Eu *assisti ao padecente* Domingos Leite Pereira no oratório, fui seu confessor, e o acompanhei até a forca - O cuteleiro agradeceu-lhe em nome do filho a caridade com que *lhe assistira* em sua doença - Fez um voto particular a Deus, para que em sua providência se dignasse de *o assistir* - Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos...*assisti-los* após os dezesseis anos - Aquele negócio não será assistido de lá senão depois de despedidas as Cortes);

b) Na acepção de "estar presente", pede a preposição *a*, e, se o complemento for pronome de terceira pessoa, exigirá *a ele, a ela* e não *lhe* (Infelizmente os meus olhos não gozaram a bem aventurança de *assistir a esse capítulo vivo do nosso evangelho* – Então para seu maior flagelo, lhe acudiu à ideia a recordação de uma merenda *a que assistira* em Cintra – Segundo o costume, o vencedor nestes jogos guerreiros tinha de receber um prêmio das mãos da principal personagem que *assistia a eles*.

c) Na acepção de "residir, tomar parte", pede a preposição *em* (A mesa do Santíssimo Sacramento, *em que assiste* realmente o Príncipe da Glória).

d) *Assistir num processo*, intervir nele, não como parte principal, mas como interessado.

e) *Assistia F. nas funções do seu emprego.*

Verbo *carecer*:

Tem duas acepções: "não ter" e "precisar", mas em ambas se constrói com a preposição *de*:

a) Ele respondeu com muita polidez, ainda que um tanto atado, como se *carecesse de palavra pronta.*

b) Mas o interinado do Dr. Maza, era uma sombra, e o país *carecia de um governo*.

O formato de apresentação da regência verbal utilizado pelo **autor** difere do adotado por Eduardo Carlos Pereira. Quanto à obra de Said Ali, o cotejo não é possível, pois a mesma não aborda o assunto, de forma explícita e sistematizada.

Em sua *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, Eduardo Carlos Pereira, depois de conceituar regência gramatical – a propriedade de terem certas palavras, sob sua dependência, outras que lhes completam ou explicam o sentido - define a relação de subordinação ou dependência dos termos uns dos outros, como o objeto da sintaxe de regência.

Este estudioso optou por organizar a distribuição dos verbos, em função do tipo de relação que estabelecem com seus complementos, reunindo-os em grupos assim constituídos: *verbos transitivos* que podem tornar-se *intransitivos*, empregados em sentido absoluto, sem objetivo expresso ou subentendido; *verbos intransitivos* que se tornam *transitivos* com objeto cognato, com verbos causativos ou factivos, com a autoridade de escritores abalizados e do uso geral; *verbos transitivos* empregados pelos clássicos *como regentes de preposição* e *verbos que têm dupla, tripla ou até quádrupla regência*.

Assinale-se que nenhum dos três autores discorre sobre a regência nominal.

Depois de focalizada a regência, apresenta-se, no *Capítulo IV*, uma descrição com objetivo taxonômico, sob o título *Da classificação e ligação das proposições*, na qual são estabelecidas a tipologia dos períodos, das orações e das proposições, além de relacionarem-se particularidades estruturais e significativas de algumas destas construções.

Os períodos são classificados como *simples*, os constituídos por uma só oração, chamada de absoluta; compostos *por coordenação*, os integrados por várias orações independentes uma da outra e coordenadas entre si: *assindéticas*, por justaposição e *sindéticas*, por meio de conjunções coordenativas *(Cheguei, vi e venci)* e *compostos por*

subordinação, os formados por uma oração total ou oração composta, subdividida em proposição principal e proposição subordinada *(Desejo que sejas feliz).*

As *orações coordenadas sindéticas* são subdivididas em: *copulativas, disjuntivas, adversativas e conclusivas.* (Remissão para o parágrafo 314 da Grammatica)

As *proposições subordinadas* têm a subordinação indicada por: conjunção subordinativa, expressa ou subentendida; por uma palavra relativa, pronome ou advérbio relativo; por uma palavra interrogativa, pronome interrogativo, advérbio interrogativo e conjunção *se* integrante; pelo modo infinitivo do verbo. (Remissão para os parágrafos 315, 194, 249 e 315, 8).

As *proposições subordinadas* podem ser: *integrantes atributivas e circunstanciais.* Registra o **autor** que *"pelo critério da sua natureza e da função que exercem no período, preferem muitos gramáticos dar respectivamente os nomes de substantivas, adjetivas e adverbiais, por equivalerem ellas, em sua generalidade, a estas partes do discurso"* (1937, p. 470).

As *proposições integrantes* se subdividem em:

1º Proposição integrante subjetiva: Convém *que estudes.*

2º Proposição integrante predicativa: Tu pareces *que és estrangeiro.*

3º Proposição integrante objetiva direta: Desejo *que sejas feliz.*

4º Proposição integrante objetiva indireta: Não dou importância *a que chegues tarde.*

5º Proposição integrante terminativa: Tenho necessidade *de que não te demores.*

6º Proposição integrante aposta: Isso digo eu, *que vocês andam sempre mal.*

7º Proposição integrante comparativa: Sou mais velho *que minha irmã.*

8º Proposição integrante consecutiva: Subiu tão alto *que ficou tonto.*

As *proposições atributivas* se subdividem em:

1º Proposição atributiva restritiva: O homem *que é sábio* reconhece a extensão da sua ignorância.

2º Proposição atributiva explicativa: O homem, *que é mortal*, é apenas viajante na terra.

3º Proposição atributiva justaposta: Estuda, *o que te fará feliz.*

As *proposições circunstanciais* se subdividem em:

1º Proposição circunstancial de tempo: Irei, *quando quiser.*

2º Proposição circunstancial de causa: Não vim, *porque não pude.*

3º Proposição circunstancial de fim: Estuda *para saber.*

4º Proposição circunstancial de condição: Irei, *se puder.*

5º Proposição circunstancial de concessão: *Ainda que quisesse,* não teria meios.

6º Proposição circunstancial de modo: Procedeu *como lhe ditou a consciência.*

A respeito das proposições integrantes e circunstanciais, **Mario Pereira** traça uma distinção entre elas, na qual articula os critérios morfossemântico e funcional: *"A proposição integrante completa não só o sentido da subordinante, mas também a sua construção; a proposição circunstancial indica um sentido parcial, que não depende grammaticalmente da subordinante."* (1937, p. 465-466). Esta conceituação prenuncia a distinção hodierna entre termos integrantes e termos acessórios.

Quanto à ligação entre as proposições, faz-se também a distinção entre os pronomes e advérbios que funcionam como conectores, que são incluídos na análise, porque, além de conectivos, são termos da proposição subordinada, o que não se dá com as conjunções ou locuções conjuntivas, que são meros conectivos e por isso não se analisam como termos da proposição.

As proposições constituídas pelo infinito e pelos particípios denominam-se *proposições reduzidas: (depois de terminar a aula; terminando a aula; terminada a aula).* Segundo o autor, não constitui proposição o infinito, quando: a) equivale a um substantivo *(É bom trabalhar)*; b) precedido de preposição, tem sentido qualificativo, limitativo ou final *(sala de jantar; razões difficeis de entender);* c) faz parte de uma conjugação perifrástica ou locução verbal *(temos de sahir).* Também não constituem oração: a) o particípio presente ou gerúndio que entra em conjugação perifrástica ou que é simples modificador de elemento da proposição; b) o particípio do pretérito que exerce na frase a função de adjetivo ou integra uma forma composta da conjugação.

Traçado o quadro geral de classificação das proposições, passa o **autor** discorrer sobre as diferentes classificações que podem ser atribuídas a orações iniciadas por determinados vocábulos. Assim:

Com o pronome *quem:* a) oração independente, o pronome interrogativo e a frase uma interrogação direta *(Quem chegou?)*; b) coordenada, pronome indefinido *(Quem se afoga nas ondas encurvadas / Quem bebe o mar e o deita juntamente)*; c) integrante, pronome interrogativo e a frase uma interrogação indireta *(Não sabemos quem chegou)*; d) atributiva, pronome relativo *(A minha desventura é quem me oprime).*

Com o advérbio *onde:* a) orações independentes de interrogação direta *(Onde fica o ginásio?)*; b) proposições integrantes de interrogação indireta *(Pergunto donde vens)*; c) proposições atributivas *(Conheço a rua onde moras).*

Com os advérbios *quando, como e porque:* a) independentes de interrogação direta *(Como se chama você?)*; b) integrantes de interrogação indireta *(Deves informar-me de quando ele virá)*; c) circunstanciais *(Estudo, porque desejo saber).*

Com o relativo *que:* a) precedido de preposição, é comum, em certas construções, ligar-se esta ao antecedente, quando normalmente deveria vir depois dele *(Sei do que és capaz – Sei o de que és capaz)*; b) em construções como *(Chegados que fomos),* é circunstancial de tempo e em *(Poucos que sejam),* é circunstancial de concessão.

Com o verbo *ser,* as proposições que o completam podem se analisarão como*:* a) atributivas, introduzidas por pronome ou advérbio relativo, com antecedente oculto *(Por serdes vós quem sois. Ali é onde se reunirão os sócios)*: b) terminativas, omitida a preposição exigida antes do que *(Tenho esperanças que tudo corra bem)*; c) subjetivas, em construções como *(Foi então que o célebre Roderico se apossou da coroa).*

Finalizando o capítulo, são referidos cinco casos particulares de ligação das orações: a intercalação da subordinada entre as partes mais importantes da principal; a inserção da principal na estrutura da subordinada; a ligação de uma proposição a outra por meio de um relativo que pertence a uma terceira subordinada; a interrupção de uma oração atributiva iniciada por pronome relativo, por uma oração conjuncional e a dependência sintática de palavras e de frases estabelecida de modo anômalo resultante da contaminação de construções de sentido idêntico ou semelhante.

Comparada às sistematizações classificatórias desenvolvidas por Eduardo Carlos Pereira e Said Ali, em suas gramáticas, a descrição objetiva e fundamentada, levada a efeito por **Mario Pereira,** revela-se mais adequada à finalidade didática, já que não envereda pelo preciosismo detalhista usado por Eduardo Carlos Pereira que fragmenta a classificação das proposições em quatro perspectivas: quanto à forma, quanto à espécie, quanto à função e quanto aos membros, nem aborda a classificação, de modo desequilibrado, como faz Said Ali, neste tópico, dedicando um exame exaustivo às orações adverbiais, enquanto sintetiza o tratamento dos outros tipos de orações.

Merece registro a indicação, em destaque, das possibilidades de conversões de estruturas oracionais, umas em outras, mantido o sentido, com base na sinonímia, feita por Eduardo Carlos Pereira. Um procedimento capaz de fundamentar práticas didáticas de expressivo rendimento lingüístico, no campo da produção textual. Deste modo, aponta as

conversões, de uma para outra e vice-versa, da voz ativa em passiva, da cláusula substantiva em substantivo, da cláusula adjetiva em adjetivo, da cláusula adverbial em advérbio e das cláusulas substantivas, adjetivas e adverbiais desenvolvidas em cláusulas reduzidas.

No *Capitulo V – Do emprego dos tempos e modos*, faz-se uma descrição dos valores intrínsecos dos tempos e dos modos do verbo e dos valores que, estilisticamente, podem os mesmos expressar, estabelecendo-se as respectivas equivalências surgidas nos diferentes empregos. São relacionados os empregos de cada um dos tempos.

1. O presente do indicativo pelo:
   a) pretérito definido, em narrações animadas - presente histórico *(Despe-se David das armas, toma outra vez o surrão e a sua funda);*
   b) futuro imperfeito do indicativo, na linguagem familiar *(Amanhã, se não acordar pior, saio)*;
   c) pretérito imperfeito do subjuntivo *(Ó meu pobre rapaz, se as tuas desventuras acontecem nestes nossos felizes tempos..)*;
   d) futuro imperfeito do subjuntivo *(Se queres errar frequentemente, sentenceia pelo seu voto)*;
2. Os tempos correspondentes da conjugação perifrástica pelo:
   a) presente do indicativo *(estou almoçando – estou a almoçar)*;
   b) pretérito imperfeito do indicativo (estava trabalhando – estava a trabalhar).
3. O pretérito imperfeito do indicativo pelo:
   a) condicional presente, sobretudo na linguagem familiar *(Se pudéssemos ficar com elle de uma vez, ficávamos).*
4. O pretérito perfeito definido que, em regra geral, exprime ação continuada ou repetida:
   a) enuncia ás vezes simplesmente a ação concluída ou considerada tal pela pessoa que fala *(Parece-me, senhores, que me tenho expli9cado).*
5. O mais que perfeito simples ou composto:
   a) enuncia uma ação anterior a outra já passada *(Jantei e fui a casa. Lá achei uma caixa de charutos que me mandara o Neves)*;
   b) emprega-se no lugar do condicional presente e do pretérito imperfeito do subjuntivo *(Que fora a vida , se nella não houvera lágrimas?).*
6. O futuro imperfeito do indicativo:
   a) pode empregar-se para indicar incerteza ou ideia aproximada *(Haverá três dias que aqui chegou o Conde Mesquitela).*

b) emprega-se também como imperativo *(Amarás a Deus sobre todas as coisas).*

7. O condicional enuncia um fato como dependente de uma condição:
   a) no presente ou no futuro, o condicional presente *(Se isto fosse verdade, eu não estaria aqui agora)*;
   b) no passado, o condicional pretérito *(Se isto fosse verdade, eu não teria ido lá)*;
   c) muitas vezes, porém, o condicional exprime a ideia sem dependência de qualquer condição:

> Neste caso é apenas um tempo do modo indicativo, análogo ao futuro, do qual se distingue em que este enuncia a ideia de um acontecimento vindouro em relação ao presente: *sei que elle virá;* ao passo que o condicional exprime um acontecimento vindouro em relação ao passado: *eu soube que ele viria.* É pois, o condicional neste caso um verdadeiro *futuro do presente.* (LIMA, 1937, p. 489-490)

   d) serve também de exprimir dúvida ou afirmação modesta *(Seria verdade? Eu gostaria de saber).*

8. O imperativo:
   a) é gravíssimo erro empregá-lo em orações negativas *(não chora, não faze isto)* em vez de *(não chores, não faças isto).* - Note-se que aqui não se cogitava de um imperativo negativo, com a formação hoje conhecida.

9. O subjuntivo:
   a) na oração subordinada, quando a subordinante exprime volição, dúvida, ordem, modo de ver ou de sentir *(Quero que venhas. É raro que tal coisa aconteça)*;
   b) na oração da conjunção *se*, quando exprime um fato hipotético *(Se eu fosse rei...)*;
   c) nas orações iniciadas pelas conjunções e locuções conjuntivas alternativas, concessivas, condicionais, finais e temporais *(Quer queiras, quer não, levarei o caso adiante. Embora trabalha-se muito, não alcançou o que desejava)*;

10. O subjuntivo independente, em orações principais:
    a) com o valor de imperativo *(Trabalhemos amigos)*;
    b) com o valor optativo *(Queira Deus que isto aconteça)*;
    c) com o valor concessivo *(Estivesse elle aqui e não lamentaríamos o fato)*;
    d) exprimindo dúvida, facultativamente, com o advérbio *talvez (Talves se mude para o Rio).*

11. O infinitivo impessoal:
    a) com a significação de todo indeterminada quanto ao sujeito, substantivado ou não *(Viver é lutar)*;
    b) com sentido qualificativo, na forma ativa, precedido de preposição *de (Razões complicadas de entender. Doces de encher a boca)*;
    c) com o significado de modo ou fim, precedido da preposição *a (...todos no mesmo perigo, e uns a cantar, outros a zombar, outros a orar e chorar)*;
    d) com valor de imperativo *(À direita volver! Andar com isso – bradou Mascarenhas, batendo furioso com o pé na casa – andar com isso)*;
    e) quando se refere ao complemento de verbos causativos ou factivos *(Não nos deixeis cahir em tentação. Mandae-os sahir. Os seu ricos trajes, orlados de pelles alvíssimas, faziam sobressair as feições enrugadas, a pallidez do rosto, o encovado dos olhos)*;
    f) na conjugação perifrástica *(Havemos de vencer. Querem trabalhar)*,
    g) se o infinitivo, nestes casos, estiver distante do verbo subordinante, ou tiver de subentender-se este em uma nova oração, poderão empregar-se as formas pessoais *([Os olhos] podiam illuminar-se e reflectirem...toda a eloqüência).*
12. O infinitivo pessoal:
    a) com sujeito expresso que é conveniente acentuar ou com ele oculto, quer-se dar a conhecer pela terminação verbal *(Virtudes, sem trabalhares e padeceres, não verás tu jamais com teus olhos)*;
    b) se houver contraste entre o agente e a ação, pode empregar-se a forma impessoal *(Vós ir padecer e morrer nas mãos de vossos inimigos!)*;
    c) com sentido limitativo, na forma reflexa, precedido da preposição *de (Diz-se que o diabo está na torre da Trindade, e outras coisas tristes de se lerem)*;
    d) quando se que dar à frase maior realce ou harmonia *(Os godos, porém, tinham a vantagem de caminharem ordenados)*;
    e) neste caso, podem alternar as formas impessoais e pessoais *(E, alongando a vista pelo portal do recinto, viu alvejar os turbantes, e, depois, surgirem rostos tostados, e, depois, reluzirem armas).*
13. O particípio do presente ou gerúndio:
    a) na conjugação perifrástica *(Estavam viajando)*;
    b) como verbo de uma oração à parte *(Vivendo e aprendendo a jogar)*;

c) como complemento circunstancial de outra oração *(Gritando, ela entrou em casa)*;
d) precedido da preposição *em*, indicando tempo ou condição *(São romances que, em morrendo o autor, ninguém mais faz)*;
e) como particípio absoluto, com sujeito próprio e sem ligação com uma palavra da oração subordinante, o gerúndio exprime uma circunstância desta *(Fallando Santo Estevão, era tão poderosa a efficacia de suas palavras que ninguém podia resistir a elas)*;
f) quando exprime ação subsequente à da subordinante, em certas construções, aproxima-se da ideia de uma oração coordenada de *e (Alguma vez me levanto por esta cela, mas sobre duas muletas, sendo necessário este exercício para não entorpecer de todo)*;
g) une-se a um substantivo para exprimir uma atividade atual e passageira *([As más obras] ainda que vão comnosco, irão como beleguins prendendo, como accusadores vituperando, e como algozes atormentando).*

A abordagem do emprego dos modos e tempos verbais realizada por **Mario Pereira de Souza Lima** é muito bem fundamentada e objetiva, obedece a uma organização didaticamente bem estruturada e abarca as principais alternativas estilísticas relacionadas com as equivalências de uso entre determinados tempos ou modos.

Sua abordagem é mais completa do que a de Eduardo Carlos Pereira, o que é perceptível, logo à primeira vista, pelo aspecto quantitativo dos casos arrolados e confirmado após a leitura integral do tópico.

Relativamente ao enfoque dado por Said Ali, a vantagem é estabelecida pela sistematização didática, pois, em termos doutrinários, **Mario Pereira** faz questão de assinalar, em nota de rodapé, a sua admiração pelo mestre: *"Ainda sobre o emprego do infinitivo, são luminosas as lições de EPIPHANIO, Sintaxe Historica, pg. 282 a 315 e de SAID ALI, Difficuldades da Lingua Portuguesa, pg. 85 a 120, e Formação de Palavras e Syntaxe, pg.132 a 150"*.

O *Capitulo VI – Da pontuação*, encerra o LIVRO QUARTO, que é o último livro da *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*, de **Mario Pereira de Souza Lima.** Assim como nos capítulos de igual teor prescritivo das obras de Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali, focalizam-se as regras referentes ao emprego de ponto final, pontos de reticência, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, parênteses,

aspas e travessão. Eduardo Carlos acrescenta o parágrafo e a chave. Said Ali, o parágrafo e o asterisco.

Para **Mario Pereira de Souza Lima:**

> Servem os signaes de pontuação para indicar as pausas do discurso determinadas pela necessidade de respirar e pela distinção e relacionamento dos sentidos da phrase. E porque não resultam das palavras consideradas em si mesmas, mas da sua coordenação e dependência recíproca, chamam-se também notações syntacticas. (LIMA, 1937, p.503)

Para Eduardo Carlos Pereira:

> Pontuação é o conjunto dos signaes graphicos ou notações que tem por fim discriminar os diversos elementos syntacticos da phrase, mirando a clareza, as pausas e modulações proprias na leitura. Os signaes da pontuação são de três espécies (Ayer): Notações Objectivas (virgula, ponto e virgula, dois pontos e ponto final); Notações Subjectivas (ponto de interrogação, ponto de exclamação, pontos de reticências e parenthesis) e Notações distinctivas (aspas ou virgulas dobradas, travessão, parágrafo e chave). (PEREIRA, 1930, p.369-370)

Para Said Ali:

> Pontuação é o emprego de certos sinais gráficos que se colocam entre orações e partes de oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudança de tonalidade, ou simplesmente para chamar a atenção. Observação. – Entendem alguns gramáticos que o conceito de pontuação deve abranger também o emprego das notações ortográficas, acento, til, traço d'união, apóstrofos, de que tratamos em outra parte deste compêndio. (ALI, 1969, p. 228)

Quanto à conceituação registre-se que **Mario Pereira** e Eduardo Carlos estabelecem associação entre o procedimento de leitura e a estruturação sintática do enunciado, enquanto Said Ali restringe a avaliação à indicação da existência de diversas espécies de pausas, que se destinam a denotar mudança de tonalidade ou simplesmente chamar a atenção.

Para uma melhor compreensão sobre a natureza e a finalidade da pontuação, leiam-se as considerações de Azeredo (2008):

> A entoação é, portanto, um signo: uma expressão portadora de algum sentido. As pausas, por sua vez, são de dois tipos: as que marcam fronteiras sintáticas – e por isso são pistas para o processamento do sentido – e as que indicam atos diversos de hesitação ou procedimentos intencionais de retardamento do fluxo da informação, geralmente assinalados por reticências. Tanto as pausas quanto os torneios da entoação exprimem uma variedade de significados impossível de ser codificada pelos sinais gráficos convencionais, obviamente limitados.
> Acredita-se que certos sinais de pontuação, tais como a vírgula, o ponto-e-vírgula, o ponto e os dois pontos, correspondem a uma pausa na cadeia da fala. Não há dúvida de que o leitor faz naturalmente uma pausa orientada por esses sinais de pontuação no desenvolvimento da leitura de um texto, principalmente se essa leitura se realiza em voz alta. Essa realidade , no entanto, nem sempre se confirma na espontaneidade de um monólogo que não decorre da escrita. (AZEREDO, 2008, p. 519)

CONCLUSÃO

A *"Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa"*, de **Mario Pereira de Souza Lima**, edição de 1937, analisada neste trabalho, tem os traços característicos de uma obra de singular concepção, na etapa de consolidação do pensamento gramatical brasileiro, publicada em um momento importante do processo de busca da sua identidade doutrinária.

Dividida em quatro partes (ou livros), sua abordagem começa pela análise da estrutura sintática da oração, contém uma minuciosa descrição da sintaxe das diferentes classes de palavra, trata da constituição e das variações das palavras e relaciona, ao final, regras prescritivas atinentes ao "bom uso da língua".

A singularidade da obra de **Mario Pereira** reside na estrutura da abordagem dos fatos e usos da língua - a partir do exame da proposição - em seus aspectos morfossintáticos e semânticos. *"E para isso tivemos sempre presente ao espirito que a unidade da linguagem não é a palavra isolada, mas a phrase, ou seja a expressão linguistica de uma representação global considerada em seu conjuncto"* (1937, p. 7). Metodologia que estabelece um diferencial básico entre a descrição lingüística nela desenvolvida: *"o ensino de Grammatica, em vez de começar separadamente pela Phonética ou pela Morphologia, deverá considerar de início a proposição e della descer ás differentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjuncto, como se limitam e se completam."* (idem, p. 7) e a realizada por todas as demais gramáticas suas contemporâneas, as quais se organizam a partir do estudo da fonética, em consonância com o balizamento recorrente no período, *"que visava iniciar o estudo da palavra pelo seu aspecto material, a que hoje denominaríamos segmento fônico, para depois enveredá-lo pela seara da tipologia lexical e das flexões, via de regra, bem mais extensa"*. (CAVALIERE, 2000, p. 143)

Excetuada a impropriedade de misturar no mesmo segmento unidades pertencentes à primeira e segunda articulações da linguagem, referindo-se à 'constituição das palavras', é digna de destaque a acuidade analítica do autor ao acentuar a natureza predominantemente sintática das palavras gramaticais, tratadas exclusivamente no livro segundo, e retomar o substantivo, o adjetivo e o verbo – palavras léxicas – à luz dos processos de formação de palavras, no livro terceiro.

O **autor** buscava aplicar procedimentos de análise, assemelhados aos empreendidos em uma perspectiva morfossintática, nos quais esboçava operações com critérios tais como o morfossemântico e o funcional, conforme revelam as indagações presentes no Prefácio da *Grammatica*, nas quais arguia a impossibilidade de o aluno aprender o valor das palavras

conjuntivas, a explicação sobre o que é a preposição, sem mostrar-lhe o que é um complemento. A impossibilidade, também, de explicar-lhe racionalmente o que é um pronome relativo ou uma conjunção, sem que o estudante conhecesse as proposições e seus processos de ligação.

Da mesma forma, o procedimento analítico **do autor** traz em si a marca da tradição, já estabelecida no âmbito da gramática científica, de reunir, nos limites da Lexeologia, o que pode ser visto nas gramáticas da época, a análise das unidades que modernamente seriam alocadas nas duas articulações da linguagem. É necessário ressaltar a organicidade e a progressividade do tratamento dado aos itens lexicais, outra característica de uma gramática científica, portanto de base histórico-comparativa.

A abordagem não fica, entretanto, circunscrita aos termos desta base histórico-comparativa, ultrapassa seus parâmetros, pois se apresenta influenciada, concomitantemente, por postulações da *Phonétique Générale, de J. Roudet* , em 1910 e pelos *Principes de Phonetique Experimentale, de Padre Rousselot,* em 1924.

Estas considerações mostram, o avanço da abordagem, que se afasta dos conceitos de fonética fisiológica decorrentes da gramática histórico-comparativa, que remetiam à estrutura dos fonemas e aos processos de sua articulação, mas não ao estudo da estruturação e funcionalidade do aparelho fonador, bem detalhadas na ***Grammatica Expositiva***.

Avançam, também, os critérios utilizados para a definição de fonema, quando **Lima** recorre a princípios estruturalistas para conceituar o fonema e diz aceitar a definição de Saussure, observando que a impressão acústica basta para distinguir os fonemas como elementos da cadeia falada, mas não para analisá-los de modo cabal, o que demanda o exame dos movimentos fisiológicos de sua articulação. A partir desses pontos de vista, são estabelecidas as classificações das vogais e das consoantes.

São contribuições expressivas, para o estágio do conhecimento vigente à época, no Brasil, a propósito da Fonética e da Fonologia, além da uma coerente taxionomia, as definições dos fonemas homorgânicos, dos ditongos crescentes e decrescentes e a discussão que desenvolve sobre os aspectos articulatórios e posicionais das semivogais.

Quando trata dos grupos fonéticos, é inovadora e fundamental a caracterização da sílaba, ali chamada de grupo fonético mais elementar, elaborada a partir da teoria da sílaba de Saussure, na qual sílaba é considerada um núcleo articulatório constituído por um movimento explosivo e um movimento implosivo dos órgãos da fala, a partir da qual, denominam-se abertas as sílabas terminadas em vogal e fechadas as terminadas em consoantes e,

principalmente, é reconhecida a subordinação das *palavras enclíticas* à acentuação tônica da palavra precedente, formando com a mesma uma espécie de grupo ou vocábulo fonético.

Antecipa, aqui, a postulação do *vocábulo fonológico,* levada a efeito, só muito mais tarde, por Mattoso Camara (1970), que afirma ser possível, com a depreensão de um vocábulo fonológico pela existência de uma tonicidade *dois* ou *três*, a delimitação no interior do grupo de força, pelos contrastes com *zero* e *um*, das chamadas partículas átonas, que, se proclíticas a um vocábulo, valeriam como sílabas pretônicas dele, com marca acentual *um*, e, se enclíticas, como sílabas postônicas suas, com a falta de intensidade *zero*.

No término das considerações relativas ao componente fonético/fonológico, **o autor** retoma o instrumental histórico-comparativo, para aplicá-lo na explicação dos hiatos e das alterações fonéticas ou metaplasmos, sejam observadas na sincronia da língua, sejam na sua diacronia, como os casos de *"Epenthese: listra (a par de lista) e caranguejo (antigo cangrejo)"*.

Já no Prefácio, ao delinear sua proposta referente ao início do estudo da gramática pela Sintaxe, acompanha, inovadoramente, a formulação de A. C. Juret (1926:1) de que a Sintaxe considera os mesmos fatos de linguagem que a Morfologia, e assim qualquer separação entre estas duas disciplinas, fundada em uma pretensa diversidade dos fatos considerados, desfecha na confusão e no arbítrio e afirma que a distinção entre uma e outra é apenas o objeto formal, o aspecto sob o qual cada uma examina os mesmos fatos, considerados pala Morfologia como um sistema de flexões e pela Sintaxe como a expressão de um sentido global, ou como grupos em que este sentido eventualmente se decompõe. Assim, também, o estudo da formação das palavras não poderia ser separado do estudo da ligação das palavras e da frase, independentemente da definição dada a um e a outro.

O **autor** apresenta sua conceituação de Morfologia como a parte da gramática que estuda a constituição das palavras, as suas variações de forma e a sua classificação como partes do discurso. Para que seja possível avaliar o conteúdo inovante da conceituação expendida, é de bom alvitre levar em consideração o que esclarece Cavaliere, a propósito do entendimento relativo à verdadeira dimensão do termo morfologia na gramática científica: *(...) à época não havia consenso acerca do uso da palavra [...], pois, enquanto para alguns envolvia apenas o estudo dos elementos morfológicos dos vocábulos, para outros ampliava seus domínios, incumbindo-se também do estudo da etimologia. (2000, pag. 245)*

Outro procedimento analítico que singulariza **Souza Lima**, entre os gramáticos, na terceira década do século XX, período em que se incorpora o estudo das flexões à área da taxionomia, é o desenvolvimento de seus estudos, associando a classe gramatical à

funcionalidade sintática, diversamente da tendência coetânea de fazer com que o estudo das classes suscitasse a descrição, em sequência, dos seus mecanismos de flexão. O estudo destes mecanismos é efetuado, em destaque, em seguida à formação das palavras.

Observa-se, neste estudo, a incorporação da metodologia *saussereana* consubstanciada na dicotomia *determinante/determinado*, a combinação de formas mínimas numa unidade linguística superior, o sintagma, conforme demonstra a análise da *composição*, efetuada por **Souza Lima:** *"... é o resultado da aproximação que se estabelece entre uma ideia de maior extensão e generalidade, e outra ideia mais particular que determina e especifica a primeira. Aquela é o elemento determinado, e esta o elemento determinante da composição"*.

A ***Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*** apresenta uma discriminação dos elementos mórficos consistente e esclarecedora. O quadro descritivo esboçado por **Pereira Lima** - *radical, afixo (prefixo e sufixo), tema e desinência* - é bastante semelhante ao que vai ser apresentado na Nomenclatura Gramatical Brasileira, isto porque o autor também identifica o *"outro elemento"* que se reúne à raiz como *"suffixo thematico"*, em outras palavras, a vogal temática, sua denominação nas gramáticas pedagógicas da atualidade.

Mario Pereira empreende uma descrição de cunho estritamente morfológico, avançada para os padrões da época, que tem início com estes dizeres: *"A conjugação do verbo apresenta um conjunto de flexões de numero, pessoa, tempo e modo, e no particípio do preterito da voz passiva apresenta igualmente flexão de gênero"*.

Observe-se a alusão à flexão de gênero do *particípio do pretérito da voz passiva*, não referida pelos outros gramáticos, como que a antecipar os procedimentos analíticos desenvolvidos, no conjunto da explanação sobre a flexão verbal, discriminados a seguir.

O primeiro diferencial é a caracterização precisa das três conjugações, *"Há em português tres typos de conjugação, que se determinam pela última vogal do thema"*, não pela "terminação", termo utilizado então, mas pelo *thema*, constituído, nesta análise, pela seguinte estrutura *"O* ***thema do verbo é aparte que no infinitivo se encontra antes da desinência r"***, ou seja, pelo radical mais a vogal temática, a qual, embora não seja assim denominada, já é reconhecida como a característica do verbo; *"Chama-se* ***característica do verbo a ultima vogal do thema****:* ***a*** *na primeira conjugação,* ***e*** *na segunda,* ***i*** *na terceira"*. (LIMA, 1937, p. 327).

Assinale-se a denominação **desinência,** para o elemento mórfico ***r***, e a **especificação do sentido da denominação *thema***, utilizada indistintamente para o radical pelos demais estudiosos. Mais precisas são também as definições, quanto à flexão, da regularidade,

irregularidade e defectividade dos verbos: regular, o verbo que conserva inalterado o mesmo tema e as mesmas terminações do modelo comum de conjugação; irregular, o verbo que, através de sua conjugação, apresenta anomalias temáticas, flexionais ou temático-flexionais e defectivo, o verbo ao qual falta alguma forma ou flexão.

A diagramação da representação do quadro descritivo das flexões de modo, tempo, pessoa e número das três conjugações, evidencia ter **Souza Lima** utilizado, aos moldes do estruturalismo, uma técnica contrastiva de depreensão dos morfemas constituintes das formas verbais, ao segmentar, além do tema (radical + vogal característica), as desinências que expressam tempo/modo e número/pessoa.

Notáveis exemplos desta utilização são as diferenças de segmentação mórfica entre as análises das formas da 3ª pessoa do plural do Pretérito perfeito e as da mesma pessoa do Pretérito mais que perfeito**:** Pretérito Perfeito *(Louva ram; Vende ram; Parti ram)* e Pretérito mais que perfeito *(Louva ra m; Vende ra m; Parti ra m).*

Por intermédio de uma descrição exaustiva e fundamentada são elencadas as propriedades semânticas e sintáticas das classes de palavras, referente ao sentido e à funcionalidade dos vocábulos, quando em relação com os outros, na estruturação das proposições, explicando de modo consistente a tipologia estabelecida para cada grupo, a partir das categorizações provindas da tradição gramatical, com os reparos do autor. A abordagem detalhada dos aspectos morfológicos é efetuada, de modo associado à funcionalidade sintática e aos traços semânticos dos vocábulos.

Expressa uma compreensão mais ajustada a percepções consistentes e modernizadoras dos estudos gramaticais, manifestadas em obras doutrinárias da época, tal qual pode ser visto em Barreto (1980, p. 283), que demonstra serem o sentido e a função o único critério seguro, para classificar as palavras, uma vez que é sempre imperfeita a classificação fundada exclusivamente na forma e na estrutura, pois que as palavras se substituem reciprocamente em seus diversos ofícios.

Este ajuste às percepções modernizadoras dos estudos gramaticais está refletido em sua conceituação introdutória da descrição das classes de palavras *"Dentre todas as palavras, duas se distinguem pela sua importancia e por serem irredutiveis a quaesquer outras"* (p. 20), à qual se associa a sua caracterização semântica: *"São o SUBSTANTIVO e o VERBO, isto é, respectivamente, a palavra que nomeia os seres e a palavra que affirma de um ser uma acção ou estado"* e, na sequência, as suas características morfossintáticas.

Interessantíssima é a formulação de Rodolpho Lenz, citada por **Mario,** reveladora de quanto estava consciente das interferências das situações discursivas, aqui determinantes

das inflexões de voz adequadas à intencionalidade do discurso, na construção do sentido dos enunciados lingüísticos e na determinação das funções de seus termos: *"Um mero substantivo, Pedro, pode ser sujeito ou fragmento de oração, na resposta dada à pergunta; "Quem chegou?"– "Pedro". Pode ser exclamação, expressão de surpresa em differentes graus, admoestação ou simples pergunta, conforme a entonação de quem falla".*

Os advérbios merecem uma descrição mórfica, semântica e funcional consistente, "... *palavras invariaveis que exprimem circunstancia e em geral determinam a significação de um verbo, de um adjetivo (...). E como uma circunstancia pode acompanhar outra (...) um adverbio modifica ás vezes outro adverbio"*. (LIMA, 1937, p. 24)

Absolutamente inovadora e até antecipatória de análise do discurso, concebida na atualidade, é o exame feito por **Mario Pereira,** do papel de modificador desempenhado pelo advérbio, em relação à oração inteira: *"Uma analyse cuidadosa mostra que o advérbio traduz neste caso o sentimento de quem falla com referencia ao fato enunciado na oração. Pode-se dizer que elle exprime o elemento subjetivo da linguagem".*

Da mesma forma, antecipando o *Funcionalismo*, assinala que o advérbio serve de palavra conectiva entre duas proposições. Esta menção identifica o que modernamente se considera um caso de *gramaticalização,* um processo segundo o qual itens lexicais, em determinados contextos, assumem funções gramaticais, deixando de fazer referência a entidades do mundo biossocial para assumir funções de ligar partes do texto e indicar categorias gramaticais.

Ainda quanto às diferenciações descritivas, ressalte-se mais um posicionamento avançado do **autor**, o relativo à classificação do complemento dos verbos factivos e sensitivos, quando seguidos por infinitivo. Para o ele, em orações como: *vi-o chegar* e *não nos deixeis cair em tentação,* há dois complementos diretos, sendo o infinitivo um complemento direto imediato e o substantivo ou pronome, complemento direto mediato.

A doutrina, a propósito deste fato lingüístico, evoluiu para concepção mais próxima da prenunciada por **Mario Pereira**, conforme pôde ser constatado na análise de Bechara (2006), que focaliza o infinitivo acompanhado de complementos e no exame efetuado por Azeredo (2009), em face dos verbos por ele denominados transitivos diretos e predicativos.

Referentemente, também, aos verbos, é de notar a postulação prenunciadora de **Souza Lima** de que o principal papel do verbo de ligação é indicar o tempo: presente, passado ou futuro. Esta percepção prenuncia, entre outras, a descrição futura, derivada da versão transformacional da gramática gerativa, transcrita em NUNES ; LEITE (1975), livro didático integrante de uma coleção destinada ao ensino de Comunicação e Expressão, nas quatro

últimas séries do então Primeiro Grau: *"c) no terceiro cartaz, o que se declara [Somos revendedores de artigos estrangeiros], isto é, o predicado, aparece com um verbo que só serve para indicar tempo: é o* portatempo*. O significado próprio passa para o nome. É portanto, uma oração de predicado nominal."*.

No que concerne às orações, a descrição objetiva e fundamentada levada a efeito, na *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa*, revela-se mais adequada à finalidade didática, já que não envereda por preciosismos detalhistas.

A respeito das proposições integrantes e circunstanciais, **Mario Pereira** traça uma distinção entre elas, na qual articula os critérios morfossemântico e funcional: *"A proposição integrante completa não só o sentido da subordinante, mas também a sua construção; a proposição circunstancial indica um sentido parcial, que não depende grammaticalmente da subordinante"*. Esta conceituação prenuncia a distinção hodierna entre termos integrantes e termos acessórios.

A prescrição de regras para o "bom uso" dos processos sintáticos, na construção do período, bem como no campo da fonologia, da morfologia e da ortografia, é característica de todas as gramáticas de viés pedagógico e, portanto, está presente, também, na *"Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa"*, haja vista a sua explícita destinação "Para uso das escolas secundárias".

Desta forma, depois de descrições introdutórias, os seis últimos capítulos do seu *LIVRO QUARTO* prescrevem as regras para o "bom uso" dos procedimentos de colocação, concordância, regência, emprego dos tempos e modos e pontuação.

Dando curso à tradição gramatical que perdura até hoje, a maior parte do *Capítulo I* é dedicada às regras de colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, aos quais **o autor** agrega o pronome demonstrativo *o.*

Na abordagem deste tópico da sintaxe, a colocação, desponta a adesão mais acentuada do **autor** às normas prescritivas vigentes à época. De maneira acrítica, adota os princípios de colocação estabelecidos pela doutrina gramatical lusitana, sem sequer fazer referência a usos diferenciados correntes, no Português do Brasil.

Diferentemente de **Souza Lima,** Said Ali ressalta, em maiúsculas, a diversidade de colocação verificada entre o falar brasileiro e o português, de modo genérico, embora sem explicitação de casos, limitando-se a esta observação e procedendo a enumeração dos casos, segundo a doutrina das gramáticas pedagógicas lusitanas.

Eduardo Carlos Pereira, embora inteiramente identificado com as normas prescritivas oriundas das gramáticas portuguesas, registra, em especial, uma das mais expressivas

diferenciações da variante brasileira do idioma, que é a colocação do pronome átono no começo de período. É interessante notar que Eduardo Carlos Pereira, além de registrar a variação de uso, vai buscar, em autores clássicos portugueses, legitimação para a variante brasileira.

O delineamento referente à concordância verbal e à concordância nominal não é muito organizado didaticamente, o que desfavorece bastante a clareza da descrição e não traz à consideração de seus leitores, apreciações sobre o uso, na linguagem corrente, como faz, por exemplo, Said Ali (1969): *'Na linguagem corrente de hoje, sendo desusado o tratamento vós, e desusada portanto a forma verbal respectiva"*.

Comparada às sistematizações classificatórias desenvolvidas em gramáticas da época, a descrição objetiva e fundamentada das proposições por **Mario Pereira,** revela-se mais adequada à finalidade didática, tendo em vista, para cotejo, as abordagens de Eduardo Carlos Pereira, que fragmenta a classificação das proposições em quatro perspectivas: quanto à forma, quanto à espécie, quanto à função e quanto aos membros e a de Said Ali, que dedica um exame exaustivo às orações adverbiais, enquanto sintetiza o tratamento dos outros tipos de orações.

A abordagem do emprego dos modos e tempos verbais realizada por **Mario Pereira de Souza Lima** é muito bem fundamentada e objetiva, obedece a uma organização didaticamente bem estruturada e abarca as principais alternativas estilísticas relacionadas com as equivalências de uso entre determinados tempos ou modos.

Com referência à pontuação, registre-se que **Mario Pereira,** como Eduardo Carlos, estabelece associação entre o procedimento de leitura e a estruturação sintática do enunciado, ao passo que Said Ali restringe a avaliação à indicação da existência de diversas espécies de pausas, que se destinam a denotar mudança de tonalidade ou simplesmente chamar a atenção.

Os exemplos utilizados, para abonar tanto a descrição dos fatos quanto a prescrição das regras, caracterizam um *corpus* que só não é integralmente de origem literária, em virtude da presença de esparsas citações retiradas de textos jurídicos, em especial, dos referentes à polêmica travada entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro.

Esta seleção explicita o alinhamento de **Mario Pereira de Souza Lima** com o conceito de padrão baseado no uso da língua pelos escritores portugueses considerados clássicos, vigente de modo soberano entre as gramáticas brasileiras, até a publicação da obra de Souza da Silveira, *Lições de Português*. O recurso a citações das obras de Machado de Assis não chega a insinuar sequer indícios de preocupação com a variação da língua, com alguns indicadores das diferenças entre o uso brasileiro e o português.

A singularidade da obra destaca-se, de modo expressivo, no contexto dos estudos gramaticais realizados, na época de sua publicação, tendo em vista sua abordagem inovadora, particularmente, no que se refere à fundamentação morfossintática do exame efetuado na descrição dos fatos da língua, apontando para o novo, para o descritivamente mais consistente.

Essa singularidade descritiva convive com o conservadorismo dominante à época, no estabelecimento das regras de prescrição norteadoras do que se entendia como o bom uso da língua portuguesa, sem considerações a propósito das variantes portuguesa e brasileira do idioma.

No que tange ao componente pedagógico estrito, deve ser ressaltado que a obra de **Souza Lima**, em exame, pouco difere das gramáticas publicadas no período supracitado, porque mantém a preocupação vigente, na época, quanto ao aspecto educativo e moral, apenas dista das demais, ao limitar sua exemplificação às fontes literárias, sem recorrer a provérbios, máximas e ditos sentenciosos, costume que perdurou durante décadas, por influência da Escola Nova, modelo pedagógico alemão, que caracterizava uma correta metodologia pedagógica como aquela que favorecesse a prática e zelasse, simultaneamente, pela formação moral do educando.

REFERÊNCIAS

ALI, M. S. *Meios de Expressão e Alterações Semânticas.* Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1971.

_____. *Dificuldades da Língua Portuguesa – Estudos e Observações.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1950.

_____.*Gramática Secundária da Língua Portuguesa.* São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana.* Madrid: EDAF, 1984. (Colección EDAF Universitaria).

ARNAULD ; LANCELOT. *Gramática de Port-Royal. Gramática Geral e Razoada.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.* São Paulo: Publifolha, 2008.

AZEREDO, J. C. de. Gramática no Brasil: imagens de um percurso. In: FONTAINHA, Laura T.; MALEVAL, Maria do Amparo T. (Org.). *Estudos galego-brasileiros 3. Língua , literatura , identidade.* Rio de Janeiro: De Letras/Eduerj, 2009. p.245-264.

BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza.* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.

BARRETO, M. *De Gramática e de Linguagem.* Rio de Janeiro: Emp. Industrial Editora "O Norte", 1922.

_____. *Através do Dicionário e da Gramática.* Rio de Janeiro:Presença;INL-FCRB, 1986.

_____. *Fatos da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Presença, 1982.

_____. *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Presença; INL, 1980.

_____. *Novos Estudos de Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Presença; INL -FRCB - MEC, 1980.

_____. *Últimos Estudos.* Rio de Janeiro: Presença; INL/FCRB, 1986.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa.* 16. reimp. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CÂMARA JR., J. M. *História da Linguística.* Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Dicionário de Filologia e Gramática.* Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1974.

_____. *Dispersos.* Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1972.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CARDOSO, W.; CUNHA, C. *Estilística e Gramática Histórica.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CAVALIERE, R. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira.* Niterói: EdUFF, 2000.

_____. Uma proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, n. 23, 1º semestre de 2002 .

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, A. F. *Funcionalismo*. In: MARTELLOTA, M. E. (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008.

DARMESTETER, A. *Cours de Grammaire Historique de La Langue Française-Première Partie, Deuxième Partie, Troisième Partie.* Paris: Librairie Delagrave, 1930.

DIAS, Augusto Epiphanio da S. *Syntaxe Histórica Portuguesa.* Lisboa: Livraria Clássica Ed., 1970.

DUBOIS et al. *Dicionário de Linguística.* São Paulo: Cultrix, 1978.

ELIA, S. *Ensaios de Filologia e Linguística.* São Paulo: Ed. Grifo, 1975.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica.* São Paulo: Ática,1998.

FAVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura Gramatical Brasileira:* 50 anos depois. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. *Atas da Academia Brasileira de Letras. Presidência Machado de Assis.* Rio de Janeiro: ABL, 2001.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KRISTEVA, J. *História da Linguagem.* Lisboa: Edições 70, 1969.

LENZ, Rodolpho. *La oración e sus partes.* Madrid, 1925.

LIMA, M. P. de S. *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa.* São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

_____. *Elementos de Gramatica.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

_____. *Gramática Portuguêsa.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945.

MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1931.

MOLINA, M. A. G. *Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira.* 2v. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NASCENTES, A. *Estudos Filológicos.* Rio de Janeiro: ABL, 2003.

_____. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: INL, 1966.

NEVES, M. H. de M. *A gramática, história, teoria e análise, ensino.* São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

_____. *A Gramática na Escola.* São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional.* Brasília: Hucitec, 1987.

NUNES, Amaro Ventura; LEITE, Roberto Augusto Sores. *Comunicação/Expressão em Língua Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

OITICICA, J. *Manual de Análise (Léxica e Sintática).* Rio de Janeiro: F. Alves, 1955.

ORLANDI, E. P. *Língua e Conhecimento Linguístico – para uma História das Idéias no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, E. C. *Grammatica Expositiva (Curso Superior).* São Paulo: Ed. Nacional, 1930.

PERINI, M. A. *A Gramática Gerativa – Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa*. Ed. Vigília, 1976.

RIBEIRO, E. C. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza.* Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

_____. *Estudos Gramaticais e Filológicos.* Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza.* São Paulo: Miguel Melillo Editor, 1899.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral.* São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

SILVA, R. V. M. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional.* São Paulo: Contexto, 1994.

SILVA NETO, S. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença;INL, 1979.

SILVEIRA, A. F. Souza da. *Lições de Português.* 7. ed. melhor. Revisão crítica, em consulta com o autor, de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.

TODOROV, T.; DUCROT, O. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e Interação:* uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2000.

VAQUERA, Maria Luisa Caleo. *Historia de la gramática española (1847-1920):* de A. Bello a R. Lenz. Madrid: Gredos, 1986.

VASCONCELOS, J. L. *Opúsculos Vol. IV – Filologia Parte II.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

ANEXO A – Páginas Introdutórias do Livro da Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa, edição 1937.

Capa

Folha de rosto

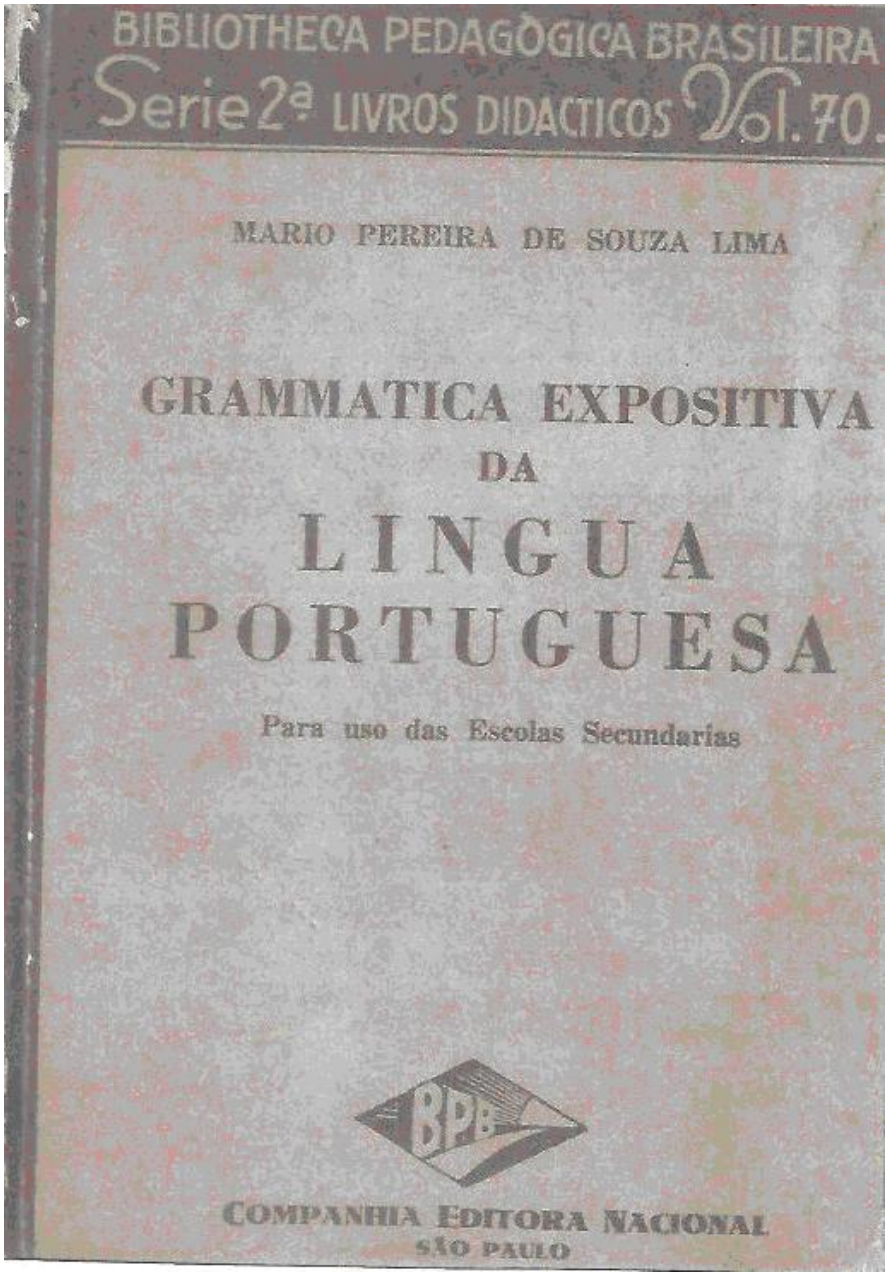
Prefácio

Livro Primeiro

Livro Segundo

Livro Terceiro

Livro Quarto


BIBLIOTHECA PEDAGÒGICA BRASILEIRA
Serie 2ª LIVROS DIDACTICOS Vol. 70.
MARIO PEREIRA DE SOUZA LIMA
GRAMMATICA EXPOSITIVA
DA
LINGUA
PORTUGUESA
Para uso das Escolas Secundarias
BPB
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Serie 2.ª — LIVROS DIDACTICOS — Vol. 70
BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

MARIO PEREIRA DE SOUZA LIMA
(Lente do Gymnasio do Estado em S. Paulo)

GRAMMATICA EXPOSITIVA DA LINGUA PORTUGUESA

PARA USO DAS ESCOLAS SECUNDARIAS

1937
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

PREFACIO

O intuito deste livro é apresentar methodicamente ao leitor uma exposição dos factos actuaes da lingua litteraria portuguesa e das regras que, com apoio nos mesmos, é licito formular para a velha arte de "fallar e escrever correctamente". Com esse fim, pusemos especial cuidado na averiguação dos pontos que dominam a materia, bem como na concatenação dos diversos capitulos e paragraphos, de modo que os factos se succedessem na ordem mais racional e pedagogica, e as primeiras noções preparassem naturalmente as seguintes. Quisemos, assim, compor um trabalho que fosse realmente um todo e não uma simples juxtaposição de partes. E para isso tivemos sempre presente ao espirito que a *unidade* da linguagem não é a palavra isolada, mas a phrase, ou seja *a expressão linguistica de uma representação global considerada em seu conjuncto* [1]. Dahi concluimos — como já o fizeramos em antiga these de concurso [2] — que o ensino da Grammatica, em vez de começar separadamente pela Phonetica ou pela Morphologia, deverá considerar de inicio a *proposição* e della descer ás differentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjuncto, como

---

(1) K. Brugmann, *Abrégé de Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes*, trad. de A. Bloch, A. Cuny e A. Ernout (Paris, 1905), pg. 659.

(2) *Theoria da Construcção Grammatical*, São Paulo, 1923.

se limitam e se completam. "Desse modo a interpretação da phrase porá em relevo o valor semantico das palavras, e dará a sentir, de uma forma palpavel, a propriedade dos vocabulos. Como — se não fôr assim — poderá o alumno aprender efficazmente o valor das palavras conjunctivas?[3]" Como explicar-lhe o que é a *preposição*, sem lhe fazer ver ao mesmo tempo o que é um *complemento?* Como fallar-lhe, em termos racionaes, do *pronome relativo* ou da *conjuncção*, se nenhuma idéa tem elle da existencia e diversidade das *proposições* e de sua ligação?

Quer isto dizer que o estudo da Grammatica começará pela Syntaxe? Mas "a Syntaxe considera os mesmos factos de linguagem que a Morphologia, e assim qualquer separação entre estas duas disciplinas, fundada em uma pretensa diversidade dos factos considerados, desfecha na confusão e no arbitrio"[4]. O que distingue uma de outra é, como dizem os logicos, apenas o *objecto formal*, isto é, o aspecto sob o qual cada uma dellas aprecia os mesmos factos: considerando-os a Morphologia como um systema de flexões, e considerando-os a Syntaxe como a expressão de um sentido global, ou como grupos ou termos em que este sentido eventualmente se decompõe. Na realidade, pois, "o chamado estudo da formação das palavras (morphologia) não pode separar-se absolutamente do estudo da ligação das palavras e da phrase, seja qual fôr a definição que se dê de um e de outro"[5].

---

(3) *Op. cit.*, pg. 14.

(4) A. C. JURET, *Système de la Syntaxe Latine* (Paris, 1926) pg. 1.

(5) K. BRUGMANN, *op. cit.* pg. 298.

Partindo dessas idéas, e procurando encadear de um modo racional os diversos pontos da Grammatica, vimo-nos forçados a alterar em grande parte a disposição tradicional da materia, e isto dará, por ventura, a certos leitores, uma desagradavel impressão de falta de methodo. A estes ousamos pedir que se não deixem levar por este primeiro sentimento, mas insistam na leitura com alguma bôa vontade: confiamos que a nossa tentativa obterá finalmente a sua approvação.

Procurámos ainda, quanto nos foi possivel, aproveitar os modernos ensinamentos da Linguistica naquillo em que diziam com o assumpto deste livro, sem nunca, entretanto, perdermos de vista que elle se destina aos moços estudantes das nossas escolas secundarias e a outras pessoas que, sem um conhecimento especial da materia, desejam ter della uma informação generalizada. Particular diligencia nos mereceram a precisão e a clareza das definições, ponto de summa delicadeza e maxima importancia para a bôa analyse da phrase. Dessa diligencia se certificará quem percorrer as definições que demos, por exemplo, do pronome relativo, do adverbio e do complemento terminativo.

Cremos que ninguem nos levará a mal a abundancia de exemplos em que firmamos as nossas conclusões. Nisso vemos nós grandes vantagens: o estudante se convence da legitimidade da regra apresentada, familiariza-se com os nomes gloriosos dos mestres do idioma, orna de trechos escolhidos a sua memoria. A selecção dos exemplos foi cuidadosa sob o aspecto tanto litterario como educativo e moral, e a indicação das fontes, além de permittir a sua verificação, dará continuamente aos alumnos a norma do trabalho intellectual.

Não terminaremos estas explicações sem reconhecer de bôa mente tudo o que devemos aos grammaticos insignes que, em Portugal e no Brasil, codificaram a lingua que fallamos e devemos conservar em sua integridade e pureza. Os seus nomes se lerão repetidas vezes nas paginas seguintes, e, se não fossem as suas lições, ellas não estar'am escriptas.

São Paulo, 1936.

MARIO PEREIRA DE SOUZA LIMA.

LIVRO PRIMEIRO

DOS MODOS GERAES DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Fallando ou escrevendo, exprimem-se os pensamentos de differentes maneiras.

2. O modo mais commum é o das phrases como: *Chegou o trem, as crianças brincam*, nas quaes se reconhecem dois termos: um que menciona um ser — *o trem, as crianças;* outro que enuncia alguma coisa em referencia a este ser — *chegou, brincam.* Dá-se ao primeiro termo o nome de SUJEITO, e ao segundo o de PREDICADO.

3. Mas nem sempre a phrase se decompõe nestes dois termos, e então enuncia-se o pensamento como um todo indivisivel: *Está chovendo, vive-se.* Neste caso não ha referencia a nenhum sujeito, e o pensamento se concentra em torno da idéa da realização de um facto ou da idéa de uma existencia.

4. Ás vezes, finalmente, basta uma simples exclamação, como, por exemplo, quando se chama alguem ou se traduz instinctivamente uma impressão: *Carlos ! — ai !;* ou basta uma indicação summaria, formada por uma só palavra, ou por um grupo de palavras, como em geral se vê nos dizeres das placas e tabuletas com-

merciaes, nos annuncios e catalogos: *Hotel de Inglaterra; louças e ferragens; chacara na Tijuca;* nas apresentações: *nosso collega;* nos traços descriptivos de uma situação ou de um personagem: *Em São Paulo, noite de verão. Homem alto, expressão intelligente.*

5. Ás phrases do primeiro typo dar-se-á o nome de **orações analyticas;** ás do segundo o de **orações syntheticas,** e ás exclamações e indicações do terceiro typo o de **equivalentes de oração** ou **fragmentos de oração,** conforme representem uma oração inteira ou apenas alguns dos seus termos.

6. Em si mesma a palavra é imprecisa. Só o conjuncto a determina, e não raro o seu significado depende apenas da inflexão da voz.

> "Um mero substantivo, *Pedro,* pode ser sujeito ou fragmento de oração, na resposta dada á pergunta: "Quem chegou?" — "Pedro". Pode ser uma exclamação, como acto de chamar equivalente a: "Escuta!" "Vem cá". Pode ser expressão de surpresa em differentes graus: "Oh! É você!" ou "Como é possivel que seja Pedro?" Pode ser uma admoestação: "Não faças isto!" ou: "Cuidado"! Uma simples pergunta, etc. etc. Supprem-se todas estas idéas, conforme a entonação de quem falla" [1].

(1) RODOLPHO LENZ — *La Oración y sus partes,* Madrid, 1925, pg. 40.

7. As orações se repartem em tres classes principaes:

a) *orações exclamativas,*
b) *orações declarativas,*
c) *orações interrogativas,*

ás quaes correspondem na linguagem oral differentes entonações, e na linguagem escripta, respectivamente, *o ponto de admiração* (!), *o ponto final* (.), *e o ponto de interrogação* (?).

8. A oração exclamativa exprime uma disposição de animo em uma forma ditada pelo sentimento: *Valha-me Deus!*

A oração declarativa enuncia a existencia ou não existencia de um facto: *Terminou o mês. Este alumno não estuda.*

A oração interrogativa encerra uma pergunta: *Que horas são?*

9. a) No discurso, porém, as phrases nem sempre se distribuem uma por uma, separadas por estes signaes de pontuação. O mais commum é que, dentro de um conjuncto mais amplo denominado PERIODO, ellas se succedam, ou collocando-se simplesmente uma ao lado da outra, ou completando uma o sentido de outra. Assim, por exemplo, em *Cheguei, vi e venci,* ha tres phrases que apenas se situam no mesmo periodo; e em *Aqui está o livro que você me emprestou,* ha duas affirmações unidas pelo vocabulo *que.* Este vocabulo, como

outros que servem para ligar proposições, pertence á classe das *palavras connectivas.*

b) No primeiro exemplo, as tres affirmações *cheguei, vi, venci,* denominam-se *orações coordenadas.* No segundo exemplo, á primeira affirmação — *Aqui está o livro,* — dá-se o nome de *proposição principal,* e á segunda — *que você me emprestou* — o de *proposição subordinada.*

c) O conjuncto formado pelas proposições principal e subordinada — constitue uma *oração composta.*

10. **Oração** é "toda proposição ou conjuncto de proposições que forma sentido completo" [2].

11. Quando a phrase interrogativa constitue por si só uma oração de sentido completo, ex.: *Que horas são?* denomina-se *interrogação directa.* Quando é apenas uma proposição subordinada que faz parte de uma oração composta, ex.: *Pergunto que horas são; desejo saber que horas são; não sei que horas são,* denomina-se *interrogação indirecta.*

12. a) A theoria do estado actual da phrase e de seus elementos, de accordo com a estructura e a indole de um determinado idioma, e com as normas seguidas, na linguagem fallada ou escripta, por aquelles que melhor o têm sabido, denomina-se **Grammatica Expositiva** desse idioma.

---

(2) ANDRÉS BELLO, *Gramática de la Lengua Castellana,* com annotações de RUFINO CUERVO (Paris, 1928), pag. 84 § 308. Cf. R. LENZ, *op. cit.* § 351.

b) Quando a Grammatica, em vez de limitar-se a esta exposição dos factos que se verificam em certo idioma em uma epoca determinada, procura explicá-los pelos factos e usos de epocas anteriores denomina-se **Grammatica Historica.**

LIVRO SEGUNDO

DAS PARTES DO DISCURSO E SUAS FUNCÇÕES

GENERALIDADES

96. As relações das palavras entre si, ao mesmo tempo que facultam a sua união na phrase, separam-nas em diversos grupos ou categorias, chamadas *partes da oração* ou *partes do discurso*.

São, em primeiro lugar, o *nome substantivo* e o *verbo*, palavras fundamentaes, e irreductiveis uma á outra. São, depois, o *nome adjectivo*, o *nome numeral*, o *artigo*, o *pronome*, o *adverbio*, a *preposição* e a *conjuncção*.

A *interjeição*, já estudada, não é parte, mas equivalente da oração.

LIVRO TERCEIRO

DA CONSTITUIÇÃO E VARIAÇÕES DAS PALAVRAS

Capitulo I

Da natureza e classificação dos phonemas

321. O apparelho da voz, *apparelho phonetico* ou *apparelho phonador*, consta, de modo geral, das seguintes partes:

1.) Os *pulmões*, orgão respiratorio e armazenador do ar;

2.) A *larynge*, orgão productor do som propriamente dito;

3.) A *pharynge*, a *bocca* e as *fossas nasaes*, orgãos resoadores e modificadores do som.

322. A *larynge* está situada na parte superior de um tubo membranoso, a *tracheia-arteria*, que, por sua vez, communica com os pulmões por meio dos *bronchios*. O seu esqueleto é formado de cartilagens, uma das quaes, a *thyroide*, constitue a parte da garganta vulgarmente chamada *nó* ou *maçã de Adão*. A *pharynge* é um como vestibulo donde o ar, que veio da larynge, se dirige para o exterior, tomando o caminho da bocca ou do nariz, ou dividindo-se por ambas as sahidas.

323. A palavra produz-se pela coordenação de uma serie de movimentos: *expiração*, *phonação* e *arti-*

LIVRO QUARTO

DA CONSTRUCÇÃO DO PERIODO

GENERALIDADES

502. Os processos syntacticos pelos quaes se exprimem as relações das palavras e das phrases são a *ordem* ou *collocação;* a *concordancia* ou correspondencia de flexões entre certos elementos da proposição; a *dependencia* de uns termos para com outros, tambem chamada *regencia;* a *coordenação* e a *subordinação de orações;* o emprego dos *modos* e *tempos* dos verbos.

Qualquer erro commettido contra as regras de Syntaxe constitue um *vicio de linguagem* denominado *solecismo.*

ANEXO B – Capítulo da Gramática Expositiva da Lingua Portuguesa sobre Flexão Nominal, reproduzido em Estilística e Gramática Histórica.

Estilística e
Gramática Histórica
Português Através de Textos
WILTON CARDOSO
CELSO CUNHA
tb

4. LEITURA COMPLEMENTAR.

DA FLEXÃO NOMINAL

(Fragmentado)

MÁRIO PEREIRA DE SOUZA LIMA

Afora os casos dos nomes comuns de dois e sobrecomuns e dos epicenos ou promíscuos, exprime-se a idéia dos sexos masculino e feminino, ou por uma palavra diversa ou por uma terminação diferente:

1.º INDICAÇÃO DOS GÊNEROS POR PALAVRAS DIVERSAS. EXS.: *homem, mulher; carneiro, ovelha; veado, corça; cavalheiro, dama; genro, nora; padrasto, madrasta; zangão, abelha; varão, virago.*

2.º INDICAÇÃO DOS GÊNEROS POR TERMINAÇÕES DIFERENTES. Neste caso há uma correspondência entre as formas masculina e feminina.

a) Masculino *o* (não acentuado e que não seja a segunda vogal de um ditongo), feminino *a*. — Exemplos: *môço, môça; lôbo, lôba.* — Exceções: *galo, galinha; diácono, diaconisa.*

b) Masculino *ão*, feminino *ona, oa, ã*. — Exemplos: *mocetão, mocetona; pavão, pavoa; leão, leoa; hortelão, hortelоa; abegão, abegoa; faisão, faisoa; tabelião, tabelioa; escrivão, escrivã; anão, anã; irmão, irmã; cidadão, cidadã;* — Exceções: *barão, baronesa; ladrão, ladra; sultão, sultana; perdigão, perdiz.*

c) Masculino *or*, feminino *ora*. Exemplos: *pastor, pastora; escritor, escritora.* — Exceções: *ator, atriz; embaixador, embaixatriz; imperador, imperatriz;* A *prior* corresponde *priora* ou *prioresa;* a *senador, senadora* e *senatriz;* a *lavrador, lavradora* e *lavradeira;* a *cantor, cantora* e também *cantarina* e *cantatriz*, que são de pouco uso.

d) Masculino *e*, feminino *a*. — Exemplos: *mestre, mestra; infante, infanta; governante, governanta; hóspede, hóspeda; parente, parenta; monge, monja; alfaiate, alfaiata; presidente, presidenta.* — Exceções: *conde, condessa; visconde, viscondessa; duque, duquesa; abade, abadessa; alcaide, alcaidessa, sacerdote, sacerdotisa; frade, freira. Presidente, parente, governante* empregam-se também como comuns de dois. *Hóspeda*, como substantivo, é mais usado que *hóspede.*

e) Masculino *ês*, feminino *esa*. — Exemplos: *freguês, freguesa; marquês, marquesa.*

Masculino e feminino com outras terminações, sem norma geral. — Exemplos: *avô, avó; rei, rainha; czar, czarina; deus, deusa; herói, heroína; réu, ré; frade, freira; papa, papisa; dom, dona; judeu, judia; ateu, atéia; tabaréu, tabaroa; ilhéu, ilhoa; sandeu, sandia; condestável, condestabeleza; taful, tafula.*

Alguns nomes de sêres inanimados apresentam variações de gênero, indicando na forma feminina a idéia mais vaga e genérica, e na masculina a idéia mais específica e determinada, exs.: *barca* e *barco; porta* e *pôrto; cinta* e *cinto; troca* e *trôco; jarra* e *jarro; cesta* e *cesto; cêrca* e *cêrco; lenha* e *lenho; cabeça* e *cabeço.*

GÊNERO DOS ADJETIVOS

Dizem-se os adjetivos UNIFORMES ou BIFORMES, segundo têm uma ou duas formas para a designação dos dois gêneros gramaticais, ex.: *feliz, grande; alto, alta.*

São BIFORMES os adjetivos terminados em *o* átono precedido de consoante, de *i* ou de *u*; em *u* precedido de consoante; em *ão, eu, or, ês.*

A formação do feminino dêstes adjetivos obedece às seguintes regras:

1.º Os terminados em *o* mudam o *o* em *a*, exs.: *gordo, gorda; esguio, esguia; exíguo, exígua.*

2.º Os terminados em *u* acrescentam *a*, ex.: *cru, crua.*

3.º Os terminados em *eu* mudam êste ditongo em *éia*, ex.: *hebréia.* Exceções: *judeu, judia; sandeu, sandia.*

4.º Os terminados em *ão* mudam *ão* em *ã* ou em *ona*, ex.: *são, sã; cristão, cristã; chorão, chorona; valentão, valentona.*

5.º Os terminados em *or* acrescentam *a*, ex.: *encantador, encantadora.* Excetuam-se os seguintes invariáveis ou uniformes: *incolor, bicolor, tricolor, multicor, sensabor, anterior, posterior, inferior, superior, interior, ulterior, citerior, pior, melhor, maior, menor.*

6.º Os terminados em *ês* recebem *a*, ex.: *português, portuguêsa.* Exceções: *cortês, descortês, pedrês, soês, montês,* que são uniformes.

São UNIFORMES os adjetivos que têm outras terminações, ex.: *paulista, breve, simples, comum, geral, azul, feliz, audaz, feroz, ruim, fiel, fácil, regular, esmoler, sutil, reinol, só.* Exceções: *andaluz, andaluza; bom, boa; mau, má; espanhol, espanhola.*

NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS

1.º Os nomes terminados em vogal oral; em vogal nasal cuja nasalidade se representa por *til* ou *n*; em ditongo oral e no ditongo nasal *ão*, acrescentam *s* ao singular, ex.: *casa, casas; cipó, cipós; irmã, irmãs; regímen, regímens; certâmen, certamens; pai, pais; mãe, mães.*

2.º Os nomes terminados em *r* ou *z*, e os terminados por *s* em sílaba acentuada, acrescentam *es* ao singular, exs.: *mar, mares; revólver, revólveres; repórter, repórteres; vulgar, vulgares; aljôfar, aljôfares; cruz, cruzes; capaz, capazes; português, portuguêses; gás, gases.*

3.º Os nomes paroxítonos terminados por *s* conservam no plural a mesma forma, ex.: *um pires, dois pires.*

4.º Os nomes terminados em vogal nasal, cuja nasalidade se represente por *m*, mudam o *m* em *n* e acrescentam *s* ao singular, exs.: *pagem pagens; jardim, jardins; dom, dons; jejum, jejuns.*

5.º Os nomes terminados em *al, ol, ul* mudam esta terminação em *ais, óis, uis*, exs.: *jornal, jornais; reinol, reinóis; azul, azuis.*

6.º Os nomes terminados em *el* mudam esta terminação em *éis* ou *eis*, exs.: *papel, papéis; amável, amáveis; terrível, terríveis.*

7.º Os nomes terminados em *il* acentuado mudam esta terminação em *is*, exs.: *fuzil, fuzis; sutil, sutis.*

8.º Os nomes terminados em *il* átono mudam esta terminação em *eis*, exs.: *projétil, projéteis.*

9.º Os nomes terminados em *ão* no singular fazem o plural na maior parte em *ões*, uns dez em *ãos* e uns quinze em *ães*, ex.: *a) balão, balões; leão, leões; coração, corações; feijão, feijões; lição, lições; opinião, opiniões; multidão, multidões; grandalhão, grandalhões; b) mão, mãos; irmão, irmãos; pagão, pagãos; cidadão, cidadãos; cristão, cristãos; órfão, órfãos; cortesão, cortesãos; órgão, órgãos; bênção, bênçãos; c) pão, pães; tabelião, tabeliães; escrivão, escrivães; sacristão, sacristães; charlatão, charlatães; capelão, capelães; alemão, alemães; catalão, catalães; deão, deães; capitão, capitães; guardião, guardiães.*

10.º Têm mais de uma terminação no plural os nomes *aldeão, aldeãos, aldeões; alão, alãos, alões; anão, anãos, anões; ancião, anciães, anciões; vilão, vilães, vilões; vulcão, vulcães, vulcões; peão, peães, peões; truão, truães, truões.*

(De *Gramática Expositiva da Língua Portuguêsa*, São Paulo, 1937, págs. 308 - 314.)

5. APLICAÇÃO

1. Leia atentamente o texto da LEITURA COMPLEMENTAR, tirado de uma das melhores gramáticas da língua, e observe que êle se divide em três partes: GÊNERO DOS SUBSTANTIVOS; GÊNERO DOS ADJETIVOS; NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS E DOS ADJETIVOS.

2. Compare, em seguida, uma por uma, as regras relativas a cada parte com a doutrina exposta na TEORIA e procure restabelecer a verdade histórica dos fatos.

3. Resolva, então:

Quanto ao GÊNERO DOS SUBSTANTIVOS:

1.º) Deixando de lado as exceções, que têm causas especiais, justifique os diferentes femininos dos terminados em *-ão*.

2.º) A que declinação latina pertencem os substantivos que, em português, terminam em *-or*, *-e* e *-ês*? Como justificar que variem nas formas de masculino e feminino?

3.º) Como explica a existência de pares de substantivos do tipo *lenho, lenha* e *cinto, cinta?*

Quanto ao GÊNERO DOS ADJETIVOS:

1.º) Levando em conta os correspondentes latinos (*exíguus, -a, -um; crudus, -a, -um; haebreus, -a, um; sanus, -a, -um*), haverá um traço comum na aparente diversidade de formação dos femininos citados pelo autor: *exíguo, exígua; cru, crua; hebreu, hebréia; são, sã?*

2.º) Considerando que *chorão* e *valentão* são aumentativos, formados dentro da língua, podem ser tratados, no caso das formas femininas, como fato paralelo ao de *são* e *cristão?* Explique a variação de gênero de cada um dêles.

3.º) Uma vez verificado que, dos adjetivos terminados em *-or* e *-ês* citados pelo autor, os dados como invariáveis (*anterior, posterior, inferior,* etc.) provêm de adjetivos latinos de 2.ª classe, podem êles considerar-se a exceção em face de *encantador, encantadora,* que é variável? Ou será êste a exceção?

4.º) Da perspectiva da formação histórica, visto que os adjetivos considerados invariáveis (*breve, simples, audaz,* etc.) são, em latim, adjetivos de 2.ª classe, cabe tomar como exceções os casos de *bom, boa* e *mau, má* (em latim, respectivamente, *bonus, -a, -um; malus, -a, -um*)?

Quanto ao NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS:

1.º) Considerando as formas dos acusativos latinos — *irmãs* (< *germanas*), *cruzes* (< *cruces*), *simples* (< *simplices*, pois *pires*, citado pelo autor, não é vocábulo latino), *jejuns* (< *jejunos*), *jornais* (< *diurnales*), *amáveis* (< *amabiles*), *sutis* (< *subtiles*), *répteis* (< *reptiles*, pois *projectiles* parece nunca ter existido em latim) —, podem-se tomar como processos diferentes de formação do plural os casos citados de números 1.º a 8.º no texto do autor?

2.º) Explique a diversidade dos plurais dos nomes em *-ão* e justifique por que alguns admitem duas e, até, três formas.

4. De posse das respostas, tente uma conclusão geral em que demonstre como a GRAMÁTICA EXPOSITIVA encara os fatos da língua e como os interpreta a GRAMÁTICA HISTÓRICA.

ANEXO C – Páginas Introdutórias dos Livros da Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa (Edição revista e aumentada de acôrdo com o Programa Oficial, para as 4 séries), edição 1945.

Capa

Folha de Rosto

Prefácio

Livro Primeiro

Livro Segundo

Livro Terceiro

Livro Quarto

Livro Quinto

O LIVRO ESCOLAR BRASILEIRO
Curso Secundário *(Ciclo Ginasial)* *N.º 1*

MARIO PEREIRA DE SOUZA LIMA

★

GRAMÁTICA PORTUGUÊSA

(Edição revista e aumentada
de acôrdo com o Programa
Oficial, para as 4 séries)

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

O LIVRO ESCOLAR BRASILEIRO
CURSO SECUNDARIO (CICLO GINASIAL) N.º 1

MARIO PEREIRA DE SOUZA LIMA

★

GRAMÁTICA PORTUGUÊSA

(Edição revista e aumentada
de acôrdo com o Programa
Oficial, para as 4 séries)

1945
LIVRARIA JOSE' OLYMPIO EDITORA
R. do Ouvidor, 110 - Rio de Janeiro R. dos Gusmões, 104 - S. Paulo

Duas palavras

Embora se achasse de há muito esgotada a presente obra, retardou-se uma nova edição por motivos que não importa esclarecer. Sai esta agora acrescida de um 5.º livro, em que sumàriamente se estudam as origens da língua portuguêsa a partir das transformações fonéticas e morfológicas do latim. Quanto à matéria anterior — do livro 1.º ao 4.º — foi tôda ela revista com atenção e mais rigorosamente definida e sistematizada, dentro dos princípios que orientaram a primeira edição e constam do seu prefácio. Realizaram-se para isso algumas transposições, visando sempre a melhor concatenação dos capítulos e parágrafos. Teve-se empenho em satisfazer as exigências dos programas oficiais sem sacrificar as exigências doutrinárias, o que de veras não foi difícil, pois coincidem umas e outras, dado o paralelismo existente entre as linhas gerais dos programas e as dêste compêndio.

O "Quadro de correspondência", que se vê adiante, facilitará o trabalho dos professores e alunos.

QUADRO DE CORRESPONDÊNCIA

dos pontos do programa com os parágrafos dêste livro.

PRIMEIRA SÉRIE

Oração. Sujeito e predicado. Oração sem sujeito, oração sem verbo — §§ 1 a 6; 92; 126; 127; 135.
Substantivo, artigo, adjetivo, numerais — §§ 7 a 16; 27 a 29; 303; 306; 62 a 64; 49 a 61.
Gênero e número. Idéia de concordância nominal — §§ 225 a 252; 496.
Verbo: números, pessoas, tempos e modos. Vozes — §§ 37 a 39; 41 a 44; 266 a 291.
Pronomes, advérbios — §§ 31; 33; 65 e 66; 67 a 73.
Análise sintática. Coordenação; noção de conjunção coordenativa — §§ 20 a 23; 39 e 40; 45; 48; 84 a 89; 96 e 97.
Período composto por coordenação — § 503.

SEGUNDA SÉRIE

Preposições; regência das preposições — §§ 74 a 82; 405; 445; 449; 498; 435; 460; 471; 476.
Análise sintática. Subordinação — §§ 20 a 23; 66, III; 88 e 89; 98 a 105.
Predicado verbal, predicado nominal. O predicativo — §§ 92 a 95.
Aposição: o apôsto — § 107 a 112.

Conjugação: imperativo, mais-que-perfeito do indicativo, futuro do subjuntivo — §§ 270 n.º 4; 274, n.º 2 d); 278; 550 e 551; 558.
Verbos conjugados reflexamente — § 283.
Verbos com o pronome *lo* ou *o* enclítico — § 288.
O vocativo. Interjeições e locuções interjectivas — §§ 106; 129 a 132.
Formação de palavras: composição, derivação — §§ 181 a 222.
Graus de significação do substantivo, do adjetivo e do advérbio — §§ 253 a 265.

TERCEIRA SÉRIE

Conjunções coordenativas. Período composto, por coordenação — §§ 90 e 504.
Idéia da sintaxe ideológica e afetiva — §§ 122 a 126; 129; 135; 490; 497.
Conjunções subordinativas. Período composto por subordinação — §§ 91; 362 a 365; 505 a 538.
A partícula *se* em função apassivadora — §§ 37 a 39; 416 a 422.
Infinitivo pessoal e impessoal — §§ 565 e 566.
Concordância do predicativo do sujeito e do predicativo do objeto direto — §§ 495, regras 5.ª a 7.ª e 12.ª; 497.
Modos e tempos na oração subordinada — §§ 559 a 562; 567 a 572.
Colocação de palavras na frase: colocação dos pronomes pessoais átonos — §§ 487 a 493.

QUARTA SÉRIE

Vocábulo, sílaba, número de sílabas dos vocábulos, acento tônico, situação do acento tônico — §§ 7 a 16.
Constituição das sílabas. Qualidades físicas do som. Vogais e consoantes. Ditongos e tritongos — §§ 136 a 178.
Ênclise e próclise — §§ 169 e 170; 334 e 335; 288.

Latim vulgar: declinações; gênero neutro; conjugações na Península Ibérica — §§ 598 a 632.
Criações românicas — § 633.
A ação de analogia — §§ 661 a 664.
Origem das línguas românicas — §§ 585 a 590.
A língua portuguêsa: domínio, léxico — §§ 635 a 645.
Fonética histórica — §§ 646 a 657.
Formas divergentes e convergentes — §§ 658 a 660.
Português do Brasil — §§ 669 e 670.

LIVRO PRIMEIRO

DOS MODOS GERAIS DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO

NOÇÕES GERAIS

1. Falando ou escrevendo, exprimem-se os pensamentos de diferentes maneiras.

2. O modo mais comum é o das frases como: *Chegou o trem, as crianças brincam,* nas quais se reconhecem dois têrmos: um que menciona um ser — *o trem, as crianças;* outro que enuncia alguma coisa em referência a êste ser — *chegou, brincam.* Dá-se ao primeiro têrmo o nome de SUJEITO, e ao segundo o de PREDICADO.

3. Outras vêzes o pensamento se enuncia como um todo indivisível, exprimindo a realização de um fato sem referência a nenhum sujeito determinado: *Está chovendo; vive-se bem aqui.*

4. Pode, finalmente, bastar uma simples exclamação, como se dá, por exemplo, quando se chama alguém ou se traduz instintivamente uma impressão: — *Carlos! Que tarde esplêndida!* — ou uma indicação sumária, formada por uma só palavra, ou por um grupo de palavras, como nos dizeres das placas e tabuletas comerciais, nos anúncios e catálogos: *Hotel de Inglaterra; louças e ferragens; chácara na Tijuca;* nas apresentações: *nosso colega;* nos traços descritivos de uma situação ou de um personagem: *Em São Paulo, noite de verão. Homem alto, expressão inteligente.*

5. Às frases do primeiro tipo dar-se-á o nome de *orações analíticas;* às do segundo o de *orações sintéticas,* e às exclama-

LIVRO SEGUNDO

DA CONSTITUIÇÃO E VARIAÇÕES DAS PALAVRAS

CAPÍTULO I

Da natureza e classificação dos fonemas

136. O aparêlho da voz, *aparêlho fonético* ou *aparêlho fonador*, consta, de modo geral, das seguintes partes:

1.) Os *pulmões*, órgão respiratório e armazenador do ar;

2.) A *laringe*, órgão produtor do som pròpriamente dito;

3.) A *faringe*, *a bôca* e as *fossas nasais*, órgãos ressoadores e modificadores do som.

137. A *laringe* está situada na parte superior de um tubo membranoso, a *traquéia-artéria*, que, por sua vez, comunica com os pulmões por meio dos *brônquios*. O seu esqueleto é formado de cartilagens, uma das quais, a *tiróide*, constitui a parte da garganta vulgarmente chamada *nó* ou *maçã de Adão*. A *faringe* é um como vestíbulo donde o ar, que veio da laringe, se dirige para o exterior, tomando o caminho da bôca ou do nariz, ou dividindo-se por ambas as saídas.

138. A palavra produz-se pela coordenação de uma série de movimentos: *expiração*, *fonação* e *articulação*, (19) correspondente às três partes do aparêlho da voz mencionadas acima.

---

(19) L. ROUDET, **Eléments de Phonétique Générale** (Paris, 1910) pg. 28 e segs.; T. NAVARRO TOMÁS, **Manual de Pronunciación Española** (Madrid, 1932) pg. 13 e sgs.

LIVRO TERCEIRO

DAS PARTES DO DISCURSO E SUAS FUNÇÕES

CAPÍTULO I

Do nome substantivo

a) — SUBSTANTIVO PRÓPRIO

298. O estudo dos nomes próprios decompõe-se em três disciplinas secundárias ([51]).

1.º Estudo de nomes de lugares, rios, lagos (*Toponímia*). Na geografia brasileira tais nomes são muitas vêzes de origem tupi, ex.: *Piraí*, rio do peixe; *Moju*, rio das cobras; *Jacarepaguá*, baixada da lagoa dos jacarés; *Voturantim*, montanha branca; *Itirapina*, morro pelado ou calvo; *Paraitinga*, rio de água branca; *Paraibuna*, rio de água preta; *Pirapora*, morada do peixe.

2.º Estudo dos nomes de pessoas (*Antroponímia*).

A locução substantiva própria, também chamada nome em sentido lato — *Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo* — decompõe-se em:

a) Nome próprio, de batismo ou de pia... *Joaquim*.
b) Segundo nome... *Aurélio*.
c) Nomes de família... *Barreto, Nabuco, Araujo*.

---

(51) L. DE VASCONCELOS, **Antroponímia Portuguêsa** (Lisboa, 1923), pg. 2. Cf. J. J. NUNES, **Os Nomes de Batismo**, in **"Revista Lusitana"**, 1933, vol. 31. TEODORO SAMPAIO, **O Tupi na Geografia Nacional** (Bahia, 1828), donde se tiraram os exemplos acima.

LIVRO QUARTO

DA CONSTRUÇÃO DO PERÍODO

GENERALIDADES

486. Os processos sintáticos pelos quais se exprimem as relações das palavras e das frases são: a *ordem* ou *colocação;* a *concordância* ou correspondência de flexões entre certos elementos da proposição; a *dependência* de uns termos para com outros, também chamada *regência;* a *coordenação* e a *subordinação de orações;* o emprêgo dos *modos* e *tempos* dos *verbos.*

Qualquer êrro cometido contra as regras de Sintaxe constitui um *vício de linguagem,* denominado *solecismo.*

LIVRO QUINTO

DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUÊSA

CAPÍTULO I

Da origem das línguas românicas

585. Pertence o Português ao grupo das línguas denominadas *neolatinas* ou *românicas*, por serem o resultado das transformações mais ou menos profundas, pelas quais passou, através de alguns séculos e em lugares diversos, a *língua latina*, ou língua falada em Roma. Os Romanos, que dilataram as suas conquistas por imensos territórios, levaram-nas igualmente à Península Ibérica, onde se mantiveram do século III antes de Cristo ao século V depois de Cristo, incorporando aquela região à sua própria cultura e transmitindo-lhes o seu idioma.

O estudo histórico do português consistirá, assim, quase sempre, em subir das palavras portuguêsas às suas origens latinas ou em descer destas para aquelas. Em tal estudo nem sempre se encontrará na língua atual, nem em documentos escritos, a palavra donde provém a outra, cuja origem se investiga. Essa, não obstante, deve ter existido, e é lícito supô-la teòricamente, debaixo de certas condições, como base da palavra estudada: será uma forma hipotética, que é costume, na escrita, preceder de um asterisco. Ex.: **comperare, comprar; *amicitate, amizade.*